Sexta-feira, 2 de Junho de 2000 I Série — Número 73

DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 1 DE JUNHO DE 2000

Presidente: Ex.mo Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex mos Srs. José Ernesto Figueira dos Reis
Manuel Alves de Oliveira
António João Rodeia Machado
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão as 15 horas e 10 minutos

Antes da ordem do dia. — *Deu-se conta da entrada na Mesa do projecto de lei n º 217/VIII, bem como da apresentação de requerimentos e da resposta a requerimentos A Câmara tomou ainda conhecimento da rejeição, na especialidade, por parte da Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, do projecto de lei n º 56/VIII — Atribui o direito a subsidio de desemprego aos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos (PCP) e da retirada, por parte do PCP, da agenda parlamentar da apreciação parlamentar n º 10/VIII — Decreto-Lei n º 572-A/99, de 28 de Dezembro (Determina a dissolução e regula a liquidação da EPAC — Empresa para Agroalimentação e Cereais, S A) (PCP)*

Numa breve comemoração do inicio dos trabalhos da Assembleia Constituinte, intervieram, alem do Sr Presidente, os Srs Deputados Luis Fazenda (BE), Heloisa Apolonia (Os Verdes), Basilio Horta (CDS-PP), João Amaral (PCP), Mota Amaral (PSD) e Medeiros Ferreira (PS)

Foi aprovado um parecer da Comissão de Etica relativo a retoma de mandato de um Deputado do PS

Em declaração politica o Sr Deputado Basilio Horta (CDS-PP) insurgiu-se contra a falta de tomada de posição do Sr Presidente da Republica em relação as suspeitas sobre o financiamento da Fundação Jorge Alvares, constituida pelo General Rocha Vieira Respondeu, depois, ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Medeiros Ferreira (PS)

Tambem em declaração politica, o Sr Deputado Jose Magalhães (PS) deu conta da apresentação de varias iniciativas legislativas com vista a reforma do Parlamento

Igualmente em declaração politica, o Sr Deputado Lino de Carvalho (PCP) criticou a politica economica do Governo, apos o que respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Francisco Louçã (BE) e Jorge Neto (PSD)

Ainda em declaração politica, o Sr Deputado Luis Marques Mendes (PSD), a propósito do arquivamento decidido pelo Tribunal da Relação de Lisboa, da queixa-crime movida pelo Procurador-Geral da Republica contra o ex-Director-Geral da Policia Judiciaria, Dr Fernando Negrão, condenou a actuação do Governo por ter optado pela demissão do referido ex-Director-Geral No final, respondeu ao pedido de esclarecimento do Sr Deputado Jose Magalhães (PS)

O Sr Deputado Rui Gomes da Silva (PSD) criticou a gestão da Câmara Municipal de Cascais, alertando para o crescimento desorganizado e para a degradação da qualidade de vida nesta vila

O Sr Deputado Fernando Moreno (CDS-PP) teceu criticas a politica de saude do Governo, em particular no distrito de Viana do Castelo, tendo chamado a atenção para as insuficiências do SNS que levam a dificuldade de acesso dos utentes aos serviços de saude No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs Deputados Rui Solheiro (PS) e Carvalho Martins (PSD)

Ordem do dia. — *Procedeu-se ao debate, na generalidade, do projecto de lei n º 140/VIII — Alteração a Lei da Nacionalidade (PSD), tendo usado da palavra, a diverso titulo, os Srs Deputados Manuela Aguiar (PSD), Telmo Correia (CDS-PP) Carlos Luis (PS), Antonio Filipe (PCP) e Luis Fazenda (BE)*

Entretanto, foram aprovados, na generalidade, as propostas de lei n os 28/VIII — Proibe como contra-ordenação os espectaculos tauromaquicos em que seja infligida a morte as reses nele lidadas e revoga o Decreto n º 15 355, de 11 de Abril de 1928 e 29/VIII — Suspende a eficacia do Decreto-Lei n º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime juridico da urbanização e edificação e o projectos de lei n º 34/VIII — Regulamentação das medicinas não convencionais (BE), tendo sido rejeitados, tambem na generalidade, os projectos de lei n os 78/VIII — Relatorio anual sobre o estado da saude (PSD) e 204/VIII — Prescrição de medicamentos genericos (CDS-PP)

A Câmara aprovou ainda sete pareceres da Comissão de Etica, dois dando assentimento ao Sr Presidente e cinco autorizando quatro Deputados do PSD e um do CDS-PP a prestar depoimento por escrito, na qualidade de testemunha, em tribunal

Foi discutido, na generalidade, o projecto de lei n º 157/VIII — Garante a gratuitidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatoria (PCP) Usaram da palavra a diverso titulo, os Srs Deputados Luisa Mesquita (PCP), Carlos Zorrinho e Isabel Sena Lino (PS), Luis Fazenda (BE), David Justino (PSD) e Rosado Fernandes (CDS-PP)

A proposta de lei n º 27/VIII — Altera a composição e competências da Comissão Nacional de Eleições, revogando a Lei n º 71/78, de 27 de Dezembro, foi tambem debatida na generalidade, tendo intervindo, a diverso titulo, alem do Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Publica (Alberto Martins), os Srs Deputados Antonio Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Miguel Macedo (PSD) e Laurentino Dias (PS)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 15 minutos

O Sr ***Presidente.*** *— Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão*

Eram 15 horas e 10 minutos

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
Aires Manuel Jacinto de Carvalho
Alberto Bernardes Costa
Alexandre António Alves Chaves
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
António Alves Marques Júnior
António Alves Martinho
António de Almeida Santos
António Fernandes da Silva Braga
António Fernando Marques Ribeiro Reis
António Fernando Menezes Rodrigues
António Jorge Freire de Brito Calvete
António José Gavino Paixão
António José Santinho Pacheco
António Manuel Dias Baptista
António Manuel do Carmo Saleiro
António Rui Esteves Solheiro
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
Carlos Alberto
Carlos Alberto Dias dos Santos
Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
Carlos Manuel Luís
Casimiro Francisco Ramos
Cláudio Ramos Monteiro
Dinis Manuel Prata Costa
Eduarda Maria Castro de Sousa
Eduardo Ribeiro Pereira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando Pereira Serrasqueiro
Filipe Mesquita Vital
Francisco José Pereira de Assis Miranda
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
Helena Maria Mesquita Ribeiro
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco D'Almeida
Isabel Maria dos Santos Barata
Jamila Barbara Madeira e Madeira
João Alberto Martins Sobral
João Francisco Gomes Benavente
João Macedo Lourenço
João Pedro da Silva Correia
João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
João Rui Gaspar de Almeida
Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
Jorge Lacão Costa
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
José António Teixeira Cardoso
José Aurélio da Silva Barros Moura
José Carlos Correia Mota de Andrade
José Carlos da Cruz Lavrador
José Carlos das Dores Zorrinho
José Carlos Lourenço Tavares Pereira
José da Conceição Saraiva
José de Matos Leitão
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Ernesto Figueira dos Reis
José Manuel de Medeiros Ferreira
José Manuel Pires Epifânio
José Manuel Rosa do Egipto
José Manuel Santos de Magalhães
José Rodrigues Pereira dos Penedos
Jovita de Fátima Romano Ladeira
Laurentino José Monteiro Castro Dias
Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
Luís Pedro de Carvalho Martins
Luísa Pinheiro Portugal
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António dos Santos
Manuel Francisco dos Santos Valente
Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Custodia Barbosa Fernandes Costa
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
Maria Isabel da Silva Pires de Lima
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
Maria Luísa Silva Vasconcelos
Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Rui Manuel Leal Marqueiro
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Teresa Maria Neto Venda
Vítor Manuel Alves Peixoto
Vítor Manuel Caio Roque
Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
Álvaro dos Santos Amaro
Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
António de Carvalho Martins
António D'Orey Capucho
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Manuel da Cruz Silva
António Manuel Santana Abelha
António Paulo Martins Pereira Coelho
Armando Manuel Dinis Vieira
Arménio dos Santos
Artur Ryder Torres Pereira
Bruno Jorge Viegas Vitorino

Carlos José das Neves Martins
Carlos Manuel de Sousa Encarnação
Carlos Manuel Marta Gonçalves
David Jorge Mascarenhas dos Santos
Domingos Duarte Lima
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
Feliciano José Barreiras Duarte
Fernando Jorge Loureiro de Reboredo Seara
Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
Fernando Santos Pereira
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
João Bosco Soares Mota Amaral
João Eduardo Guimarães Moura de Sá
João José da Silva Maçãs
Joaquim Martins Ferreira do Amaral
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
José António de Sousa e Silva
José David Gomes Justino
José Eduardo Rêgo Mendes Martins
José Frederico de Lemos Salter Cid
José Luís Campos Vieira de Castro
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
José Manuel Macedo Abrantes
Lucília Maria Samoreno Ferra
Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Manuel Machado Rodrigues
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
Manuel Alves de Oliveira
Manuel Castro de Almeida
Manuel Filipe Correia de Jesus
Manuel Joaquim Barata Frexes
Manuel Maria Moreira
Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
Maria do Céu Baptista Ramos
Maria Eduarda de Almeida Azevedo
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
Maria Manuela Dias Ferreira Leite
Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Mário Patinha Antão
Melchior Ribeiro Pereira Moreira
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
Pedro Augusto Cunha Pinto
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
Pedro Manuel Cruz Roseta
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Rui Fernando da Silva Rio
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

António Filipe Gaião Rodrigues
António João Rodeia Machado
Bernardino José Torrão Soares
João António Gonçalves do Amaral
Joaquim Manuel da Fonseca Matias
José Honório Faria Gonçalves Novo
Lino António Marques de Carvalho
Maria de Fátima Caeiro Queimado Amaral
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Maria Natália Gomes Filipe
Maria Odete dos Santos
Octávio Augusto Teixeira
Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)·

António Herculano Gonçalves
António José Carlos Pinho
Basílio Adolfo de Mendonça Horta da França
Fernando Alves Moreno
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
Luís Pedro Mota Soares
Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
Narana Sinai Coissoró
Paulo Sacadura Cabral Portas
Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
Sílvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)·

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta do diploma, dos requerimentos e das respostas a requerimentos que deram entrada na Mesa

O Sr **Secretário** (António Reis) — Sr Presidente e Srs Deputados, deu entrada na Mesa, e foi aceite, o projecto de lei n° 217/VIII — Criação da freguesia de Triana, Rio Tinto (PS), que baixou à 4 ª Comissão.

Devo, ainda, informar que a Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social enviou um relatório sobre a votação, na especialidade, do projecto de lei n° 56/VIII — Atribui o direito a subsídio de desemprego aos docentes contratados dos estabelecimentos de educação e ensino públicos (PCP), o qual foi rejeitado, na sua reunião de 16 de Maio p p.

Mais informo que o PCP retirou da agenda parlamentar a apreciação parlamentar n° 10/VIII — Decreto-Lei n.° 572-A/99, de 28 de Dezembro (Determina a dissolução e regula a liquidação da EPAC — Empresa para Agroalimentação e Cereais, S A) (PCP)

Foram também apresentados na Mesa diversos requerimentos Nas reuniões plenárias de 25 e 26 de Maio aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Educação, formulado pelo Sr Deputado Caio Roque, ao Ministério da Saúde, formulados pelos Srs Deputados Barbosa Ribeiro e Manuel Oliveira; aos Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social, formulado pela Sr.ª Deputada

Maria Santos, ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulados pelos Srs Deputados António Capucho, Bruno Vitorino e Lucília Ferra, ao Ministério da Educação, formulados pelos Srs Deputados José Cesário, Luísa Mesquita e José Miguel Medeiros, ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade, formulado pelo Sr Deputado Vicente Merendas, aos Ministérios do Equipamento Social, da Economia, da Cultura e do Ambiente e do Ordenamento do Território, formulados pelo Sr Deputado Agostinho Lopes, ao Governo, formulados pela Sr ª Deputada Fátima Amaral, a diversos Ministérios, formulados pelo Sr Deputado João Amaral, ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr ª Deputada Isabel Castro, ao Governo e aos Ministérios do Trabalho e da Solidariedade e da Economia, formulados pelo Sr Deputado Bernardino Soares, aos Ministérios da Economia e das Finanças, formulados pelo Sr Deputado Lino de Carvalho, à Secretaria de Estado da Administração Interna, formulado pelo Sr Deputado João Rebelo, ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, formulado pelo Sr Deputado João Pedro Correia, ao Ministério da Economia, formulados pelos Srs Deputados Paulo Pereira Coelho e Natália Filipe, à Câmara Municipal do Porto, formulado pelo Sr Deputado Sílvio Rui Cervan

Entretanto, o Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs Deputados No dia 29 de Maio Mota Torres, na sessão de 9 de Dezembro, Bernardino Soares, na sessão de 22 de Dezembro; Isabel Vigia, no dia 15 de Fevereiro, Adão Silva e António Nazaré Pereira, na sessão de 18 de Fevereiro, Luís Fazenda, na sessão de 16 de Março, Rosado Fernandes, na sessão de 23 de Março, Maria Santos, na sessão de 6 de Abril

No dia 30 de Maio Bernardino Soares, no dia 10 e na sessão de 22 de Março, Agostinho Lopes e Paulo Portas, na sessão de 23 de Março, Natalina Tavares de Moura, na sessão de 30 de Março, Luís Fazenda, na sessão de 5 de Maio

No dia 31 de Maio Moreira da Silva, na sessão de 15 de Abril, Agostinho Lopes, na sessão de 30 de Março, Rosado Fernandes, na sessão de 6 de Abril, Sílvio Rui Cervan, na sessão de 27 de Abril

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, vamos proceder à prevista breve comemoração do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte, dispondo cada grupo parlamentar de 5 minutos para intervir

Hoje, já tive oportunidade de almoçar com os elementos que ainda são Deputados desta Assembleia, tendo também sido Deputados à Assembleia Constituinte Quando, no dia 2 de Abril do próximo ano, se celebrar o aniversário da aprovação da Assembleia Constituinte, nessa altura, terão lugar comemorações mais condignas em relação ao significado do acontecimento Por agora, temos um breve «aperitivo», mas, ainda assim, revestido de muito significado

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís fazenda

O Sr **Luís Fazenda** (BE) — Sr. Presidente, Sr ªs e Srs Deputados 25 anos após o início dos trabalhos da Constituinte, há que sublinhar com toda a importância o facto de Portugal, vindo de uma ditadura fascista e de uma revolução libertadora, ter conseguido encontrar, através de uma Constituição, o espaço de um Estado de direito e de uma democracia que provou a sua vinculação às aspirações mais sentidas pelo povo português, designadamente aquelas que se prendem com liberdades em variadíssimos domínios, com um sistema eleitoral proporcional, com direitos sociais bastantes avançados, com direitos fiscais e económicos e, também, com a vinculação a um projecto internacional pela paz e pela dissolução dos blocos político-militares

Tratou-se de uma Constituição extremamente avançada no seu tempo

Devo recordar aqui que, desde a UDP ao MDP/CDE, ao PCP, ao PS e ao PSD, todos confluíram na definição de um Estado de transição para o socialismo, todos confluíram no objectivo de uma democracia extremamente avançada, todos encontraram como benéfico e essencial ao desenvolvimento nacional que Portugal tivesse um sistema político, um sistema social e económico avançado, colocando no centro dessa matriz de desenvolvimento a apropriação colectiva dos meios de produção fundamentais

Foi um manifesto de modernidade, mas foi, também, um sopro que se lhe deu, após o revisionismo constitucional que se instalou nos anos que se seguiram, em contracorrente ao que tinha sido o Movimento do 25 de Abril Esse revisionismo constitucional teve as suas etapas e nessas etapas o Direito Constitucional teve a capacidade, a engenharia e, até, um «saco sem fundo» para conseguir tornear muitas das disposições que se tornaram inóspitas para determinados partidos e correntes de opinião na sociedade portuguesa Conseguiu-se de tudo um pouco, até rever os limites materiais de revisão constitucional!

Seja como for, e apesar dessa fúria revisionista, a Constituição é um documento avançado, garante direitos fundamentais inalienáveis do povo português, contém um conjunto de dispositivos essenciais para a justiça social e para o progresso no nosso país e apresenta uma visão aberta e pacífica das relações internacionais É, por isso, um documento no qual o Bloco de Esquerda se revê, uma Lei Fundamental que importa, em muitas áreas, passar do que ainda tem de programático ao que deve ser realidade, ao que deve ser não apenas a decorrência normativa mas a Constituição prática dos direitos do quotidiano dos cidadãos e das cidadãs

Devo, neste momento, para que não fiquemos apenas em aspectos laudatórios dos heróicos Constituintes — que se saúdam —, lembrar aqueles que trabalharam para essa Constituição não só dentro desta Assembleia mas também fora dela, sob variadíssimas formas, porque a participação popular expressou-se, ao tempo, de forma inegável e essa relação interactiva entre a rua e o Hemiciclo produziu prodigiosos resultados

Seja como for, Sr Presidente, Sr ªs e Srs Deputados, devo assinalar que, hoje, a matriz essencial e o valor fundamental da Constituição estão novamente em debate, não porque a direita se sente mal com a Constituição, não porque os grupos económicos se sentem mal com a Constituição, não porque há que a adaptar a qualquer tratado da União Europeia, mas porque a Europa, ela própria, a União Europeia, o espaço onde Portugal se insere, tem algo a dirimir nesta sua crise de gestação, neste caminho que vai fazendo para a integração política, com o valor insito do primado constitucional de cada Estado-Nação.

Aqui, após as reflexões que têm vindo a surgir, quer da parte do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha, quer da parte de responsáveis governamentais franceses e de outros mais em redor da Conferência Intergovernamental, devo acrescentar que, pela parte do Bloco

de Esquerda, mantemos o primado e a força da Constituição, pensamos que a democracia deve ser de alta intensidade e de proximidade em relação ao cidadão

Contudo, não enjeitamos uma Carta de Direitos Fundamentais, direitos esses que se situam no domínio da cidadania, mas também nos domínios sociais, matéria que deve ser anteposta e separada dos tratados da moeda única, sem nunca embargar ou diminuir o valor constitucional

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, embora ainda não estejam presentes os numerosos alunos que esperamos para assistir aos nossos trabalhos, e porque se têm de retirar, invoco o facto de se encontrar a assistir à sessão um grupo de cidadãos da CDU alemã, que já tive o prazer de receber, e um grupo de cidadãos de Aljezur, acompanhados pelo seu Presidente da Junta, bem como outros cidadãos que já se encontram na mesma galeria, para os quais peço a vossa habitual saudação, sem prejuízo de, posteriormente, saudarmos os jovens estudantes

Aplausos gerais, de pé

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr ª Deputada Heloísa Apolónia

A Sr ª **Heloísa Apolónia** (Os Verdes) — Sr Presidente, Srs Deputados Assinalar o início dos trabalhos da Assembleia Constituinte é, claro, invocar o 25 de Abril que lhe deu azo ao iniciar um processo de conquista e consolidação da democracia, tarefa para a qual a Assembleia Constituinte foi um dos primeiros passos

Eleita por sufrágio directo e universal foi a esperança de milhares de homens e mulheres que elegeram, pela primeira vez, os seus Deputados e neles confiaram a elaboração e a aprovação do novo texto constitucional, de ruptura com o longo passado fascista e de garantia de um tempo novo, onde a liberdade e a democracia ganhassem real expressão

E o povo constituiu-a plural! Um pluralismo de ideias e de movimentos partidários que adivinhava, simultaneamente, um maior desafio para a tarefa em causa e, seguramente, um enriquecimento do texto a constituir

Um desafio que, por certo, não era tarefa fácil, mas que os Deputados da Assembleia Constituinte souberam honrar no confronto de ideias, na vivacidade do debate, na diversidade de opiniões E assim levaram por diante a tarefa que lhes foi incumbida por tempo que durou muito mais do que o previsto, o que seria, à partida, inevitável

Certamente enriquecido pela pluralidade, dali saiu um texto avançado em termos de direitos fundamentais dos cidadãos e da garantia desses direitos Na Constituição da República Portuguesa, a palavra e o sentido liberdade, muito e necessariamente repetidos, transmitiram um sentido e a conquista de Abril

Um País novo, reflectido no texto constitucional, onde se perspectivava uma consciência social invejável e onde a consciência ambiental e a exigência de qualidade de vida ganhavam expressão constitucional

O que importa, passados estes anos, é que os direitos conquistados não se percam com as sucessivas revisões, ao sabor de interesses partidários e de acordos menos assumidos Importa que a dinâmica da sociedade, que a mudança de mentalidades e que as novas questões que se colocam ao homem se reflictam na Constituição da República Portuguesa pelo reforço e garantia dos direitos, numa lógica de aprofundamento da democracia Assim se caracterizam as sociedades modernas e não pela subjugação a novas formas de ditadura, como a do poder económico, cada vez mais poderosas, que muitos insistem em considerar inevitável, mas que de inevitabilidade só tem a vontade política que lhe está por trás

Ditadura, como qualquer outra, perigosa e limitadora do exercício de direitos, geradora da globalização da pobreza e da miséria vergonhosa que o mundo encara, geradora da injusta distribuição da riqueza, geradora da delapidação dos recursos naturais e do património da humanidade, geradora de insegurança e de angústias pessoais e familiares (com o trabalho precário, a escola degradada, a violência, as míseras reformas), enfim, as mais profundas injustiças a contrastar com os direitos adquiridos

Esta realidade, Sr Presidente e Srs Deputados, deve ser motor de acção de qualquer eleito Cumprir a Constituição, fruto do trabalho da Assembleia Constituinte iniciado há 25 anos atrás, é alterar muito esta realidade

Caminhar para o desenvolvimento participado, integrado e sustentável na construção de uma sociedade onde a paz, a justiça, a solidariedade, a harmonia entre os homens e a natureza, a vivência harmoniosa no colectivo entre todos é o que queremos que seja cada vez mais realidade

A Constituinte cumpriu um desafio complexo Hoje ainda, de geração em geração, cabe-nos levar o produto desse desafio por diante

Vozes do PCP e do PS — Muito bem!

O Sr **Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr **Basílio Horta** (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados e, se me é permitido, meus Queridos Amigos, Colegas Deputados Constituintes Faz amanhã 25 anos que, com emoção e curiosidade, entrámos nesta Sala para começar um texto que foi, no fundo, um texto legitimador da democracia em que hoje vivemos

Com que emoção, com que vontade, diria mesmo, com que solidariedade democrática, com que valores — e, peço desculpa, estou um pouco emocionado ao recordar esses tempos — começámos aqui a trabalhar! E pergunto, Sr Presidente e Srs Deputados, com que bitola, hoje, podemos julgar os Constituintes de então!

Recordo-me da personalidade ímpar do Professor Henrique de Barros — e estou a vê-lo no lugar hoje ocupado pelo Sr Presidente —, da capacidade do Dr Jorge Miranda, da capacidade do Dr Vital Moreira, da inteligência fulgurante do Adelino Amaro da Costa, da inteligência penetrante do Francisco Salgado Zenha Recordo-me dos debates notáveis que aqui se travaram E isto num tempo em que era difícil lutar pela liberdade e em que era honroso assumir a diferença

Há pouco, o Sr Deputado do Bloco de Esquerda — e também me recordo do Sr Deputado da UDP, que se sentava no seu lugar e que tinha um discurso menos radical do que o Sr Deputado tem hoje

Risos do PS

E, no entanto, na altura, era já bastante esquerdista!

Mas, dizia eu, como era difícil e útil assumir essa diferença, numa época — e repito aquilo que André Malraux disse momentos antes de morrer —, numa época de valores em que a porta estava aberta aos grandes desafios, onde a coragem física se irmanava com a imaginação, com

a capacidade intelectual, enfim com tudo aquilo que fazem os homens grandes, as instituições dignas e os regimes perenes

Que saudade, Sr Presidente! Que saudade, mesmo dos tempos difíceis Que saudade do tempo em que estivemos aqui cercados, na tal irmandade entre a rua e as instituições! Mesmo nos momentos mais difíceis, a solidariedade não nos abandonou!

Recordo Oliveira Dias, com a mulher a morrer fora daqui, e a solidariedade de um partido representado nesta Câmara para que ele pudesse sair e assistir aos últimos momentos da sua mulher

Recordo isso e tantos e tantos momentos que aqui vivemos!

Recordo quando a generosidade da Constituição abria as suas portas a tudo o que é mais digno na condição humana e o personalismo inerente à maioria dos Deputados desta Câmara subordinava o socialismo Infelizmente, não subordinou totalmente! E nós, CDS, aqui a votar sozinhos contra a Constituição, tivemos a coragem de afirmar que o socialismo não era, nem podia ser, o único aliado da liberdade Quem pensava que o socialismo era o único aliado da liberdade enganou-se redondamente!

Talvez daqui a alguns anos a pessoa que se sentar no lugar do meu amigo Luís Fazenda possa dizer também que evoluíram, que as coisas foram diferentes e que a diferença, a liberdade, a tolerância, a democracia, são valores inestimáveis na construção de uma sociedade que se pretende mais justa, mas, ao mesmo tempo, mais livre e mais digna

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O **Orador** — É esse o espírito da Constituição! Constituição generosa na liberdade!

Por isso votámos a favor de todas as disposições que garantiam a liberdade, que garantiam o Estado de direito, que aprofundavam a democracia Mas não podíamos votar a favor, por uma questão de coerência, com as constituições que aprofundavam um caminho que não era o nosso, porque a democracia é a diferença, a democracia é assumirmos, no confronto pacífico, mas firme, aquilo que nos separa e, ao mesmo tempo também, com firmeza, aquilo que nos une

O Sr **Paulo Portas** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — E aquilo que nos une tem de ser sempre o Homem, a pessoa, a liberdade, a dignidade de todos nós

A Constituição, para nós, e hoje à distância, foi a vitória da legitimidade democrática, a vitória do Homem sobre concepções ditatoriais

É essa Constituição que hoje aqui recordamos e é nessa Constituição que nos revemos A cada uma das mulheres e dos homens que contribuíram para a fazer gostaria de dar um abraço apertado de amizade e de solidariedade, na diferença que nos separa, mas também naquilo que nos une que, eventualmente, é muito mais importante

Aplausos do CDS-PP

O Sr **Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado João Amaral

O Sr **João Amaral** (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados Todos os aqui se sentam não podem deixar de sentir uma profunda emoção ao lerem o primeiro *Diário* da Assembleia Constituinte Vendo a lista dos fundadores, prestamos homenagem aos que partiram para sempre Em todos os partidos, nomes de insubstituível referência, como Manuel Tito de Morais e Teófilo Carvalho dos Santos do PS, Nuno Rodrigues dos Santos e Francisco Sá Carneiro do PSD ou Adelino Amaro da Costa do PP

Na sessão inaugural da Constituinte, o primeiro orador do PCP foi o nosso saudoso camarada Octávio Pato Muitos outros Deputados do PCP que aqui se sentaram há 25 anos também já faleceram José Magro, que foi Vice-Presidente da Constituinte, Francisco Miguel, Angelo Veloso, Dinis Miranda, Maria Alda Nogueira Aqui evocamos a sua memória, todos corajosos lutadores contra a ditadura e pela liberdade e democracia, todos empenhados com o seu partido, o PCP, nos trabalhos e no êxito de uma Assembleia Constituinte que consolidasse a democracia em todas as suas componentes e as profundas transformações que o País vivia com o 25 de Abril

O Sr **Octávio Teixeira** (PCP) — Muito bem!

O **Orador** — Este compromisso do PCP com as eleições e a realização de uma Assembleia Constituinte decorria inequivocamente das posições do PCP tomadas no VI Congresso, em 1965, que marcou as orientações de luta do PCP pelo Portugal democrático Como decorria de todas e cada uma das posições que o PCP assumiu após o 25 de Abril, no Congresso Extraordinário de 1974 e nos documentos aprovados pelos seus órgãos dirigentes

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — Os que aqui estão agora no Grupo Parlamentar do PCP, depois da saída de Deputados prestigiados, como Carlos Brito, Jerónimo de Sousa e José Manuel Maia, já nenhum foi Deputado Constituinte Estamos assim particularmente à vontade para desta tribuna dizermos que nos orgulhamos e assumimos integralmente a contribuição que os militantes do PCP, Deputados à Constituinte, deram à aprovação da Constituição da República Portuguesa

Aplausos do PCP

Aqui repito o que foi dito em nome do Grupo de Deputados do PCP acerca da Constituição «O PCP não reivindica a Constituição como propriedade sua, nem a lê por metade Mas o PCP está em condições de se reclamar de uma intensa participação na sua elaboração e de um grande contributo para o triunfo dos seus aspectos mais progressistas» Isto foi assim porque o seu grupo de Deputados sempre considerou que realizava um trabalho essencial para a consagração das bases legais da Revolução de Abril

Contra todas as deturpações da História e provocações baratas, aqui afirmo que para o PCP, então, como agora, a aprovação da Constituição foi uma vitória da Revolução e das forças que a sustentavam, os militares de Abril e o povo português, unidos como os dedos da mão

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — Desde então, a Constituição já conheceu quatro revisões A Constituição já não é a forma legal dos valores de Abril como que foi aprovada pelos Deputados cujo mandato começou há 25 anos

Mas a Constituição não passou para o campo contrário Em muitos dos seus preceitos, particularmente no de-

senho das obrigações do Estado na definição dos direitos, liberdades e garantias, dos cidadãos e dos trabalhadores, na lista dos direitos sociais, económicos e culturais, ela abre o campo e legitima soluções políticas de esquerda

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — Não falta, à direita, quem continue a reclamar uma completa rescrita da Constituição, retirando-lhe o que é ainda hoje o património mais honroso dos Deputados Constituintes

Muitas das disposições aprovadas pelos Constituintes são hoje letra morta, pela razão simples de que as políticas de direita que com mais ou menos frontalidade têm sido aplicadas nestes anos nunca quiseram pôr em execução esses conteúdos progressistas da Constituição

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador**. — A Constituição, Srs Deputados, não pode ser invocada como pretexto ou exigência para o prosseguimento das políticas de direita, pelo contrário, o exacto cumprimento do conteúdo que ainda hoje tem a Constituição reclama uma profunda mudança política

Este é o conteúdo da homenagem que aqui fazemos aos fundadores da Constituição É o nosso compromisso com o honroso trabalho que eles, na sua diversidade, fizeram É o nosso compromisso com o Portugal livre, democrático, de progresso e independente que eles escreveram a letras de ouro na Constituição da República de 1976

Aplausos do PCP

O Sr **Presidente**· — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Mota Amaral

O Sr **Mota Amaral** (PSD) — Sr Presidente, sendo esta a primeira vez que subo à tribuna dos oradores na presente legislatura, gostosamente me submeto à praxe antiga de saudar com amizade V. Ex ª, bem como todos os membros do Parlamento

O Sr **Presidente** — Muito obrigado, Sr Vice-Presidente

O **Orador** — Sr Presidente, Sr ª Deputadas e Srs Deputados Um olhar retrospectivo sobre a Assembleia Constituinte, um quarto de século já passado sobre a abertura dos seus trabalhos, não pode quedar-se na evocação, melancólica, muito menos ressentida, desses tempos conturbados e simultaneamente fascinantes

Em 2 de Junho de 1975, tomaram assento, no histórico Hemiciclo do Palácio de São Bento, os representantes legítimos do povo português, eleitos nas primeiras eleições livres, com sufrágio universal, alguma vez realizadas no nosso país

Cientes da força derivada do mandato popular, todos se empenharam, na coerência das respectivas convicções ideológicas e compromissos programáticos, em dotar Portugal de uma Constituição democrática e moderna, adequada à nova fase, pós-imperial, da sua História

Com um ou outro sobressalto pelo meio, hoje lembrados, com um certo perfume de romantismo, por todos quantos viveram por dentro a Revolução dos Cravos, o labor levado a efeito pelos Constituintes de 1975 é motivo de honra para os próprios e também para Portugal

O Sr **Basílio Horta** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — A Constituição do 25 de Abril aí está, pujante, regendo os nossos destinos colectivos num quadro de liberdade e democracia e apontando objectivos bem nítidos, que é preciso respeitar e cumprir, de solidariedade e justiça social

Vozes do PSD e do CDS-PP — Muito bem!

O **Orador**. — Sob a garantia suprema da Constituição, somos hoje todos, portugueses e portuguesas, cidadãos livres de um país livre O ideal de liberdade é sempre novo e belo nunca nada é demais para consolidar e fortalecer a liberdade! Tenho-o em conta a geração mais jovem, que julga a liberdade tão natural como o mesmo ar que respira

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — Os mais velhos sabem que a liberdade também se pode perder, e sabem ainda como é duro e triste viver sem ela

O Sr **Medeiros Ferreira** (PS) — Muito bem!

O **Orador** — Junto com as liberdades cívicas fundamentais, garante-nos a Constituição as liberdades das instituições que exprimem a nossa sociedade plural A livre associação e a livre empresa, com o seu incomparável e imprescindível dinamismo, os partidos políticos, o poder local democrático são peças-chave da democracia portuguesa nesta transição de século e de milénio

Facilmente se compreenderá venha eu a atribuir ênfase particular à consagração constitucional das liberdades açoreanas e madeirenses, concretizadas num regime político-administrativo de governo próprio democrático, que resgatou as ilhas portuguesas do Atlântico de séculos de abandono e estagnação

O Sr **Manuel Moreira** (PSD) — Muito bem!

O **Orador** — A liberdade vive-se dia a dia nos mecanismos da democracia representativa, sabiamente organizados pela Constituição, aperfeiçoados em ulteriores revisões constitucionais que também afinaram os rumos da sociedade portuguesa O povo elege representantes para prosseguirem o bem-comum Cabe-lhes terem sempre presente a gravidade da sua missão, resistindo a pressões variadas e contendo-se em padrões de elevada exigência ética

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — A democracia perde quando os eleitos são injustamente desprezados, mormente em virtude de apelo ou de cedência a entidades ou procedimentos fora do sistema previsto na Constituição, vulneráveis a manipulações mais ou menos subtis, quando não apostados unicamente na realização dos seus interesses particularistas

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador**: — Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, presto homenagem a todos os Deputados à Assembleia Constituinte Incumbe-me, natural-

mente, destacar Francisco Sá Carneiro, fundador do PSD e precursor e co-fundador da jovem democracia portuguesa Curvo-me respeitosamente perante a sua memória e o valor do seu legado político, que o PSD mantém vivo e fecundo, ao serviço de Portugal

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — Agrego sob esta menção o nome de todos os antigos Deputados Constituintes já falecidos, dos vários partidos representados na Assembleia

Aos que felizmente estão vivos, em especial ao Presidente Henrique de Barros, dirijo, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, uma saudação grata e amiga, que é particularmente calorosa para os mais debilitados pela idade ou pela doença

O Sr. **José Magalhães** (PS) — Muito bem!

O **Orador** — Finalmente, àqueles poucos que ainda têm assento nesta Casa, testemunhas directas da Assembleia Constituinte e obreiros da nossa Constituição, endereço, sobrevivente também eu desses tempos, já hoje nimbados pelo mito, o meu abraço fraterno.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP

O Sr **Presidente**. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr **Medeiros Ferreira** (PS) — Sr Presidente, se não posso saudar em si um constituinte, saúdo, certamente, o maior reconstituinte da democracia portuguesa!

Risos do PS, do PSD e do CDS-PP

Sr Presidente, Srs Deputados É com júbilo que venho saudar o 25 º aniversário da abertura da Assembleia Constituinte, que amanhã se comemora O meu primeiro pensamento vai para os Deputados Constituintes já falecidos

Mas também quero aqui saudar os Constituintes, hoje Deputados, Manuel Alegre, António Reis, Helena Roseta, Basílio Horta, Mota Amaral, Pedro Roseta e Miranda Calha

Foi a meta da realização de eleições livres para uma Assembleia Constituinte, no prazo de um ano após o derrube da ditadura, que imediatamente distinguiu a acção militar do MFA de um mero golpe do Estado E o objectivo da realização dessas eleições foi a pedra angular da edificação do regime democrático pluralista e representativo Participação era, então, uma realidade tão exuberante que não era preciso proclamá-la

O PS orgulha-se, muito justamente, do papel que desempenhou na altura, bem expresso na fórmula «Soares e Zenha não há quem os detenha»

Mas houve todo um trabalho de elaboração da lei eleitoral e do recenseamento que é justo aqui relevar, nomeadamente através da Comissão de Elaboração do Projecto de Lei Eleitoral promovida por José Magalhães Godinho e nomeada durante o I Governo Provisório

Os Decretos-Leis n ºs 621-A, B e C, de 15 de Novembro de 1974, bem como a lei dos partidos políticos, do mesmo mês, regularam atempadamente as eleições para a futura Constituinte e ainda hoje perduram como traves mestras da arquitectura representativa.

Uma das operações que serviram de base à nova comunidade político-democrática portuguesa foi a operação de recenseamento. Enquanto as estimativas mais optimistas calcularam em cerca de 5 milhões os eleitores, a operação desencadeada sob a autoridade do Ministro da Administração Interna, o Tenente-Coronel Costa Braz, saldou-se por um total de 6 231 372 eleitores. Era o resultado da baixa de idade eleitoral dos 21 para os 18 anos e da extensão do voto a todas as mulheres e aos analfabetos, ou seja, a todos que efectivamente deveriam aspirar à participação da cidadania, tanto tempo sonegada pela antiga oligarquia opressora.

O máximo de inscritos nos cadernos eleitorais até então não ultrapassava os 2 milhões. A liberdade e a democracia também se fortaleceram com esse salto qualitativo.

Esse número verdadeiramente impressionante do corpo eleitoral seria ainda mais realçado quando votou 91% da população recenseada a 25 de Abril de 1975, nas primeiras eleições livres em Portugal

A sessão solene de abertura da Constituinte, a 2 de Junho de 1975, revelou-se um marco fundamental na passagem da ditadura para a democracia em Portugal.

Eram, então, 250 os Deputados Muitos deles provinham directamente da luta contra a ditadura e até das prisões políticas Manuel Alegre, José Magalhães Godinho, Cal Brandão, Tito de Morais, Raúl Rêgo, Vasco da Gama Fernandes, Teófilo Carvalho dos Santos, Lopes Cardoso, Sotto Mayor Cardia, Álvaro Cunhal, Francisco Miguel, Octávio Pato, Carlos Brito, José Tengarrinha, Nuno Rodrigues dos Santos, Emídio Guerreiro, Artur Cunha Leal, Artur Santos Silva e tantos outros

Sinal dos tempos, era ainda uma Assembleia com poucas mulheres Recordo Sofia de Mello Breyner, Etelvina Lopes de Almeida, Maria Helena Carvalho dos Santos, Carmelinda Pereira, Alda Nogueira, Georgette Ferreira, Élia Brito Câmara, Amélia Azevedo, Maria José Sampaio.

Presidia aos trabalhos da Assembleia o Professor Henrique de Barros, que exerceu o cargo como um herói sereno, possuidor das mais altas virtudes republicanas.

Aplausos do Deputado do CDS-PP Basílio Horta

Sr Presidente, Srs Deputados A Assembleia Constituinte teve um papel fundamental na construção do regime democrático em que ainda hoje vivemos A sua obra não foi perfeita, mas permitiu o seu próprio aperfeiçoamento sem rupturas nem sobressaltos.

Como tive ocasião de declarar, em nome do Partido Socialista, por ocasião da discussão sobre a sistematização da Constituição, a 5 de Agosto de 1975, já lá vão 25 anos: «Contra todas as aparências é bem possível que deste processo revolucionário venha a ser a Constituição elaborada por esta Assembleia o testemunho mais perdurável deste ano que encobre o século »

O Sr **Presidente**· — Faça favor de terminar, Sr Deputado

O **Orador** — Vou já terminar, Sr Presidente.

Dizia eu, então, que· «Este ano que encobre o século viu já ruir, como elementos preponderantes da construção do novo edifício político-social, o chefe carismático, as vanguardas ditas revolucionárias e, finalmente, a tentativa de uma pseudodemocracia directa. Desta forma, a democracia política acabará por se impor em Portugal como uma

necessidade Talvez seja a necessidade o único fundamento da sua existência»

Mas que ninguém cuide poder viver em liberdade sem estar pronto de novo para defender a democracia, no culto dos valores cívicos e do idealismo dos Constituintes e do empenhamento político, mesmo contra a indiferença ou a hostilidade de alguns.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP

O Sr **Presidente** — O Sr Deputado Medeiros Ferreira chamou-me reconstituinte. Ora, estou habituado a ver esta designação ser aplicada aos remédios para as pessoas e as coisas débeis e a Constituição era algo de muito forte De modo que não posso ter sido um reconstituinte, mas talvez um fragilizante!

O Sr. **Medeiros Ferreira** (PS) — Nunca, Sr. Presidente!

O Sr **Presidente**: — Srs Deputados, associo-me às vossas palavras Esta foi apenas uma cerimónia preliminar da grande cerimónia que faremos, em 2 de Abril do próximo ano, da aprovação da Constituição da República Portuguesa, mas foi bom que hoje pudéssemos ouvir as vossas palavras sinceras e emocionadas

A Constituição de Abril nasceu avançada em relação ao seu tempo na afirmação dos direitos fundamentais, tendo muitas Constituições europeias vindo a segui-la nesse aspecto. Ela foi muito para além da Declaração Universal dos Direitos do Homem e muito para além da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Agora, quando se pensa na Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, não é possível levar a bom termo esse trabalho sem tomar em conta a Constituição portuguesa

Envio daqui um pensamento de admiração e reconhecimento ao Professor Henrique de Barros.

Aplausos gerais

em homenagem a todos os Constituintes já falecidos e que deram à nova Constituição um contributo inestimável

Srs Deputados, até 2 de Abril, quando, então, sim, renderemos a devida homenagem aos Constituintes de 1976!

Aplausos gerais

Srs Deputados, o Sr Secretário da Mesa vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética

O Sr **Secretário** (José Reis) — Sr Presidente e Srs Deputados, o relatório da Comissão de Ética refere que, em reunião desta Comissão realizada a 1 de Junho de 2000, pelas 15 horas, foi observada a retoma de mandato do Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista António Rui Esteves Solheiro, eleito pelo círculo eleitoral de Viana do Castelo, cessando o mandato Rosalina Maria Barbosa Martins, em 1 de Junho corrente, inclusive

O parecer é no sentido da admissão da retoma do mandato em causa, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, está em apreciação

Pausa

Dado não haver pedidos de palavra, vamos votar o parecer

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Lembro aos Srs Deputados que temos hoje a assistir aos nossos trabalhos um grupo de 26 alunos da Escola Agrícola Rio Grande, da Lourinhã, um grupo de 75 autarcas do concelho de Valença, um grupo de 36 alunos da Escola Profissional de Trancoso e um grupo de 60 alunos da Escola do 1 º Ciclo do Ensino Básico de Igreja de Vila Chã, Vila do Conde Uma saudação carinhosa para todos eles!

Aplausos gerais, de pé

Srs Deputados, o tempo já decorrido não contou para o período de antes da ordem do dia, o qual terminará impreterivelmente às 17 horas e 20 minutos Vamos ver se conseguimos incluir nele todas as intervenções já inscritas, embora me pareça que talvez seja necessário posteciparr

Para declarações políticas, inscreveram-se os Srs Deputados Basílio Horta, José Magalhães, Lino de Carvalho e Luís Marques Mendes

Tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr **Basílio Horta** (CDS-PP) — Sr. Presidente, Srs Deputados Terminado o consenso, assumamos então as diferenças e exerçamos a liberdade que a Constituição nos deu

Em artigo publicado no Expresso sob o título «A minha verdade sobre Macau», o Sr. General Rocha Vieira, último governador português daquele território, justificou a publicação do seu texto dizendo o seguinte «(.) a dignidade nacional ( )» é «(.) incompatível com suspeições injustificáveis e com silêncios incompreensíveis». A dignidade nacional e a honra dos homens, acrescentamos nós, principalmente as daqueles que, com a confiança dos mais altos órgãos de soberania, representaram Portugal em momentos decisivos da nossa história

Assim sendo, depois de o General Rocha Vieira ter afirmado expressamente que a decisão de constituir a Fundação Jorge Álvares, para além de caber no âmbito das suas competências, era do conhecimento do actual chefe do executivo macaense, o Sr Edmund Ho, que não só foi ouvido como aprovou a iniciativa, ficamos perplexos com o desenvolvimento desta tristíssima saga

Com efeito, as conclusões da comissão de inquérito nomeada por Edmund Ho para investigar o financiamento da Fundação lançaram sobre a instituição o anátema de esta ter sido financiada através de um desvio de fundos de Macau para Portugal determinado por um acto ilegal e, consequentemente, anulável

Perante tais acusações de enorme gravidade, era exigível que o Sr Presidente da República, na sua qualidade de mais alto responsável político pela administração do território, no mínimo, se pronunciasse dizendo com clareza o que sabe e o que pensa sobre este assunto

Porém, foi com um misto de indignação e de espanto que tomámos conhecimento das declarações públicas do Sr Presidente que, qualificando o Sr Edmund Ho como um «seu particular amigo», faz sua uma frase deste, que, enigmaticamente, considera uma frase-chave, onde diz «este assunto está morto, não mexam muito mais nele» E nem mais uma palavra! Nem para os portugueses, para os esclarecer, nem para as instituições, para se responsabilizar

ou não, nem para o General Rocha Vieira, para o desagravar ou para o condenar.

Para nós, este assunto não está, não estará, nem pode estar morto É a dignidade do Estado português e a honra do ex-governador que o exigem

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O **Orador** — Nestes termos, pedimos ao Sr Presidente da República que se digne esclarecer o País sobre se tinha ou não conhecimento da constituição da Fundação Jorge Álvares, se concordou ou não com os termos em que ela foi constituída, se aceita ou repudia as conclusões da comissão de inquérito, se concorda ou não com a devolução a Macau da verba de 1,25 milhões de contos e, finalmente, se mantém ou não a confiança pessoal e política no cidadão e ex-governador General Rocha Vieira.

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O **Orador** — É que os portugueses — e, quando digo os portugueses, refiro-me a alguns portugueses, porque, outros, creio que já não têm memória! — ainda têm na memória a imagem emocionante de um honrado general português agarrando contra o peito a bandeira nacional, no momento em que Portugal abandonava o seu último território ultramarino

O Sr **Paulo Portas** (CDS-PP). — Muito bem!

O **Orador**. — Não podemos consentir que essa imagem fique manchada por frases ambíguas, silêncios forçados ou julgamentos furtivos A honra do General e, principalmente, a dignidade da bandeira assim o impõem!

Aplausos do CDS-PP e da Deputada do PSD Natália Carrascalão

O Sr. **Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Medeiros Ferreira

O Sr **Medeiros Ferreira** (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Basílio Horta, tenho reparado que, com o aproximar das eleições presidenciais, V Ex ª tem uma tendência para falar de Macau É já a segunda vez, num período de alguns anos, que esta sua obsessão se acentua

Ouvi com muita atenção o que disse e gostava de lhe perguntar o seguinte o Sr. Deputado Basílio Horta, a quem reconheço sentido de Estado, considera que a melhor maneira de tratar desta questão relacionada com a Fundação é fazer uma declaração política na Assembleia da República ou considera que qualquer outro caminho mais racional que tenha até a ver com negociações entre partes internacionalmente relevantes deve ficar ao cuidado do Executivo, com os cuidados inerentes ao tratamento de questões deste tipo?

E, ainda, por que é que não está de acordo com a posição do Presidente da República que, em todas as circunstâncias, tem vindo a defender o bom nome de Portugal — eu sou testemunha disso mesmo — nas negociações que efectuou com a República Popular da China, quando Macau estava ainda sob administração portuguesa e, mesmo, depois da retirada da administração portuguesa?

Quero, ainda, recordar que também está em causa o bom nome de um General que serviu sempre a República Portuguesa com sentido de Estado e com patriotismo

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr **Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Basílio Horta

O Sr **Basílio Horta** (CDS-PP)· — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Medeiros Ferreira, agradeço a questão que colocou, mas quero dizer-lhe que não tenho qualquer obsessão sobre Macau. Espero que o seu partido não tenha nenhuma obsessão em esconder Macau

O Sr **Pedro Mota Soares** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Essa é que é a questão, porque sempre que falei de Macau os factos vieram a comprovar que eu tinha razão e, neste momento, não vamos falar mais disso, porque são casos ultrapassados.

O Sr **José Magalhães** (PS) — Mas podemos falar!

O **Orador** — Com certeza Se quiser, podemos falar! Faça a pergunta e eu respondo-lhe!

Risos do CDS-PP

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Estejam descansados!

O **Orador** — Em relação ao caso vertente, nós não sabemos o que o Sr Presidente da República pensa.

O Sr. **Paulo Portas** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — O que o Sr. Presidente da República diz é que é melhor não falar neste assunto e creio que não há pior maneira de deixar sozinho um homem honrado do que esta

O Sr **Paulo Portas** (CDS-PP). — Muito bem!

O **Orador** — O General Rocha Vieira, em minha opinião, prestou relevantíssimos serviços ao País Não quer dizer que eu concorde — tenho-o dito com toda a franqueza — com o facto de se constituir uma fundação e de quem a constituir assumir a presidência Penso que essa opção não é feliz, digo-o com total franqueza Agora, não é menos certo que isso não significa que a honra de um homem, de um General e de um ex-governante, possa ficar sob suspeição, sem que a pessoa que o manteve no lugar, .

O Sr **Manuel Queiró** (CDS-PP) — Exactamente!

O **Orador** — que o apoiou, não tenha uma palavra desagravando-o ou condenando-o

O Sr **Paulo Portas** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Porque nós estamos a falar de razões de Estado, que são coisas muito sérias A não ser que estas matérias já não interessem,

O Sr **José Magalhães** (PS) — Interessam! Interessam!

O **Orador** — a não ser que estas matérias já passem despercebidas, a não ser que isso já não tenha importância ou esta Assembleia já não tenha a dignidade necessária para elas serem tratadas aqui

Aplausos do CDS-PP

Sr. Deputado Medeiros Ferreira, estamos fartos da política furtiva, estamos fartos daquilo que se faz «atrás do cortinado» — é sempre o interesse do Estado que está à frente! Nós nunca podemos saber nada, o povo português tem que estar sempre mantido na ignorância Tudo se passa nos corredores ou no alcatifado dos gabinetes !

Um Presidente da República, que levou 10 anos de mandato, é insultado de «contrabandista» e nada se passa, porque isso é prejudicar Angola Tudo se tratou na confidencialidade dos gabinetes e dos corredores!

Agora, em relação a um General que o País viu agarrado à bandeira nacional, um homem honrado, um homem cujo nome tem que ser defendido, é dito «é melhor não mexer mais nisso »

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O **Orador** — Por seu turno, o Chefe do Governo chinês diz «é melhor ficarmos por aqui, porque eu tenho muito respeito pelo Sr. General e não quero dizer mais nada!»

Mas por que é que não dizem tudo?

O Sr **Pedro Mota Soares** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Por que é que o povo português não há-de saber tudo? Que democracia é esta que se esconde atrás de interesses nacionais, quando o interesse nacional é a transparência, é o esclarecimento, é o conhecimento do eleitorado?

Aplausos do CDS-PP

É isto, Sr Deputado, que me leva a trazer este assunto aqui, singelamente em quatro páginas

O Sr Presidente da República tem, sobre este caso — já que sobre outros pouco diz

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, agradeço que termine

O **Orador** — Termino já, Sr Presidente

Dizia eu que o Sr Presidente da República tem, em meu entender, o dever de esclarecer o País cabalmente sobre se o Sr. General Rocha Vieira é ou não uma pessoa honrada, sobre se o Estado chinês abusou ou não da sua qualidade, sobre se há alguma coisa que o País deva saber e que até agora não sabe É esta a questão!

Aplausos do CDS-PP e de alguns Deputados do PSD

O Sr **Presidente** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado José Magalhães

O Sr **José Magalhães** (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta, hoje, um conjunto de projectos de lei sobre a reforma do Parlamento Denominámos essa iniciativa «Parlamento 2000» e abrange um conjunto articulado de projectos de lei centrados em torno de cinco eixos de inovação

Em primeiro lugar, a reorganização profunda do figurino de funcionamento da Assembleia da República e das regras fundamentais do Regimento para dinamizar o debate político e dar mais eficácia à Câmara

Em segundo lugar, a instituição de procedimentos eficazes para garantir o controlo da qualidade das leis e o controlo parlamentar da sua execução

O terceiro eixo de inovação consiste, Srs Deputados, num salto qualitativo na intervenção da Assembleia da República na construção europeia para combater o défice democrático, não com palavras, mas com actos

Em quarto lugar, a revisão do Estatuto dos Deputados para criar melhores condições de trabalho e eliminar distorções prejudiciais no relacionamento com os tribunais

Em quinto e último lugar, uma reforma profunda dos serviços parlamentares, colmatando lacunas e alterando a filosofia organizativa, herdada dos anos 80, que pesa duramente em condições de trabalho que todos sentimos

Não nos coibimos, Srs Deputados, de adiantar soluções para problemas que, pelo seu melindre, têm levado à reserva ou, mesmo, a perversos esforços de transferência de responsabilidades

É de frente que devemos encarar, por exemplo, a regra vigente sobre a realização de viagens com acompanhante e desdobramento de bilhetes A agitação de Setembro de 1999, seguida de silêncio, é malsã O PS entregará na Mesa o projecto que elimina essa regra

Temos consciência de que é preciso dar passos credíveis para a reforma do sistema e que os perigos de «apagão» político que alguns fazem se combatem acendendo a luz e valorizando os esforços de quem tenta fazê-lo

Por isso, saudamos os esforços do grupo de reflexão e da Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, que prepararam medidas e propostas que podem ajudar essa escolha, e saudamos o Sr Deputado Mota Amaral que fez esforços para que o grupo funcionasse

O Partido Socialista dá hoje resposta a todas as questões suscitadas Distribuiremos o texto integral dos projectos a todos os Srs Deputados, propomos um calendário exequível para elas serem apreciadas e tomamos a iniciativa de tirar do silêncio da gaveta questões de que não se fala, mas que, a não serem resolvidas, seriam lesivas dos interesses de Portugal

As grandes opções propostas sintetizam-se simplesmente primeiro, cumprir a revisão constitucional, onde alargámos os direitos dos Deputados, reforçámos o papel da Assembleia da República, clarificámos situações que precisavam de tal clarificação

O que queremos? Quatro coisas intensificar o debate político e a qualidade das leis, eliminar distorções desprestigiantes, inovar no trabalho parlamentar, garantir aos portugueses e às portuguesas acesso fácil a tudo o que se passa na Assembleia da República, aqui, no Plenário, nas comissões ou em qualquer outra instância

Para intensificar o debate político, o sinal visível a dar, o primeiro dos primeiros, é alterar a semana parlamentar

Srs Deputados, tudo ponderado, a nossa proposta é a de que o Plenário reúna às 15 horas de terça-feira, quarta-feira e, para debate de iniciativas legislativas, sexta-feira, com votações à quarta-feira e à sexta-feira Nos restantes dias úteis, devemos realizar as nossas outras actividades

Quinzenalmente, o Plenário deve começar às 15 horas de terça-feira com uma sessão de perguntas ao Governo, segundo o modelo inovador

Mensalmente, no começo da semana parlamentar, o Primeiro-Ministro deve comparecer perante a Assembleia da República para debater com os Deputados a acção governativa; devemos criar um novo figurino de debates de urgência e somar a eles as questões de actualidade, como fazem outros parlamentos, propomos uma «via verde» para a tramitação célere de processos legislativos ou tratados que sejam consensuais entre as várias bancadas; propomos que sejam organizados em cada sessão legislativa debates sobre grandes orientações de políticas estruturais (saúde, justiça, educação, defesa, segurança), com carácter regular, em datas a fixar por articulação entre as bancadas e o Governo, propomos, como referi, um novo impulso à construção europeia e, como verão, analisando o nosso projecto, propomos, entre outras coisas, um debate anual sobre o estado da democracia na União Europeia, o que pode ajudar-nos a aprofundar essa reflexão

Entendemos também que a Assembleia da República deve passar a assegurar a preparação e difusão de livros verdes tendentes a promover o debate público de estratégias nacionais No fundo, é o que prenuncia o excelente trabalho que a Comissão de Assuntos Europeus está a fazer em torno da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais Há que consagrar esse tipo de práticas e alargá-las

Por outro lado, julgamos que, sem prejuízo dos inquéritos parlamentares, é bom que haja relatórios de investigação feitos por Deputados, com a colaboração do Governo e reunindo informação para nós e para os cidadãos

Quando a 1 ª Comissão decidiu incumbir um membro seu, a Sr ª Deputada Odete Santos, de estudar a experiência dos julgados de paz no Brasil e em Itália foi esse caminho que percorreu e o resultado desse esforço foi um excelente relatório que vai servir de trabalho ao Plenário e às comissões Julgamos que isso é de alargar.

O segundo grupo de alterações visa eliminar distorções desprestigiantes Isso implica, Srs Deputados, aprofundando a reflexão da Comissão de Ética, designadamente, alterar o regime das imunidades para densificar alguns conceitos que são vagos, dispensar o sufrágio secreto para o levantamento do mandato de Deputados, quando isso seja necessário, garantir uma forma clara de notificar os Deputados, quando seja preciso, alterar o regime de viagens no ponto que referi

Em segundo lugar, é preciso reformular e melhorar o funcionamento dos inquéritos parlamentares Teremos propostas, vamos estudar as sugeridas por outros, julgamos que é um ponto em que é preciso estabelecer um consenso.

Em terceiro lugar, regulamentar as condições de acesso à Assembleia de documentos classificados, garantindo a comunicação de segredos de Estado que temos direito de conhecer, mas que também temos o dever de respeitar e preservar contra adversários do Estado português

Em quarto lugar, é preciso reforçar o direito de petição A possibilidade que propomos de entrega de petições através da rede nacional de Lojas do Cidadão e por via electrónica pode ajudar a essa celeridade que os portugueses desejam, com toda a razão

A Sr ª **Natalina Moura** (PS). — Muito bem!

O **Orador**: — Propomos também que haja acompanhamento mensal, por algum, ou alguns, dos vice-presidentes, do trabalho dos relatores das comissões para garantir o cumprimento devido dos prazos e a consulta do Governo onde for necessário O Governo, naturalmente, responderá às diligências feitas

Achamos, também, que, na primeira parte da ordem do dia, deve haver um novo modelo de debate das petições no Plenário, abandonando-se a realização, como tema único, de sessões de sexta-feira

Precisamos, por outro lado, Sr ª e Srs Deputados, de inovações que melhorem o nosso trabalho parlamentar Por isso, propomos, designadamente — o que julgamos inovador —, que haja a instituição de uma conferência de presidentes das comissões, como órgão de coordenação que, em reuniões periódicas com o Presidente da Assembleia da República, avalie problemas comuns e tome medidas

Propomos que se crie um mecanismo de avaliação e garantia da qualidade das leis a accionar entre a votação na especialidade e a votação final global, propomos que se crie — como o Sr Presidente tanto tem insistido e julgo que desta vez terá consumação — a criação de uma comissão de acompanhamento da regulamentação e sucessão das leis apoiada devidamente pelo Centro de Estudos Parlamentares, a activar urgentemente.

Propomos, num outro plano — terão ocasião de o ler, depois de distribuirmos os textos integrais —, que a Assembleia lance aquilo a que se chama «iniciativas interinstitucionais», de colaboração com o Governo, e pensámos numa, num domínio interessante, que poderíamos chamar «leis simples» Ou seja, o Governo e a Assembleia devem trabalhar em conjunto para eliminar, por articulação devida, disposições inúteis e tornar facilmente perceptíveis as regras legais aplicáveis aos cidadãos e às empresas

Para tudo isto, Srs. Deputados, há que reestruturar os serviços da Assembleia da República. Propomos, entre outras coisas — terão ocasião de ver —, que se adopte o orçamento base zero como método de gestão financeira, que se active o Centro de Estudos Parlamentares, que é bem necessário e está previsto na letra da lei desde os anos 80, sem execução, que se concentrem os serviços de Documentação e de Biblioteca, evitando duplicações, e dando à nossa Biblioteca (o que, julgo, outros países e outros parlamentos fazem, com toda a razão) o nome de «Biblioteca Almeida Garrett», no prolongamento do bicentenário que comemorámos em 1999.

A Sr ª **Natalina Moura** (PS). — Muito bem!

O **Orador**. — Devemos também utilizar métodos mais sofisticados na comunicação dos Deputados com os cidadãos e entre uns e outros

Por último, Srs. Deputados, para reforçar a relação entre a Assembleia e os cidadãos, julgamos que urge melhorar e utilizar sistemas avançados de informação pública, combinando o uso de «linhas verdes», que já são usadas por um grupo parlamentar – o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda –, mas que podem ser usadas por todos os grupos parlamentares com eficácia, melhorando o atendimento dos cidadãos, combinados com o serviço .

O Sr **Presidente** — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado O painel dos tempos está errado a seu favor. Não sei como é que conseguiu isso, mas...

O **Orador**· — Sr Presidente, eu acabo mesmo e com todo o gosto!

O Sr. **Presidente**. — Faça favor, Sr Deputado

O **Orador** — As iniciativas estão nas vossas mãos, Srs Deputados, e o nosso apelo é o de que sejam discutidas e votadas a 27 de Junho para entrarem em vigor em Setembro deste ano com um novo figurino

Aplausos do PS

O Sr **Narana Coissoró** (CDS-PP) — O Sr Deputado José Magalhães podia ter dito o que aqui disse no grupo de trabalho!

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, agradeço que façam silêncio!

O Sr **Narana Coissoró** (CDS-PP) — Foi tudo tirado da algibeira!

O Sr **Presidente** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr **Lino de Carvalho** (PCP) — Sr Presidente, Srs Deputados Decididamente, os ventos não correm de feição para o Governo e para o Partido Socialista Mas, sobretudo, não correm de feição para os portugueses que se vêem confrontados e a sofrer os efeitos da derrapagem e da evidente desorientação em que, porventura, muito mais cedo do que muitos pensariam, o Governo e o PS mergulharam

As consequências sociais de uma política económica a pensar centralmente nos grandes interesses económicos privados e no desmantelamento das responsabilidades públicas do Estado estão bem à vista

Tinham e têm razão os trabalhadores portugueses e, em especial, os trabalhadores da Administração Pública quando protestavam e protestam contra a fixação autoritária de tectos nos aumentos salariais, muito abaixo das previsões reais e não virtuais da inflação

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — Ao contrário do que o Governo continua cegamente a afirmar, tudo aponta para que a inflação, no mínimo, se fixe, este ano, nos 2,5%

Mas a realidade, Srs Deputados, é bem mais concreta e assume outra dimensão social, quando descemos dos grandes números macro-económicos para o quotidiano concreto dos portugueses Aumento dos transportes pela segunda vez, este ano, que globalmente atingem mais de 5% A partir de segunda-feira, aumento pela terceira vez do preço do gás doméstico, totalizando 24% de aumento em, apenas, cinco meses Uma botija de gás, que custava em finais de 1999 cerca de 2000$, vai agora custar na ordem dos 2500$ Os combustíveis, devido à política eleitoralista do Governo, tiveram os brutais aumentos que todos conhecemos Nas telecomunicações, a assinatura mensal do serviço universal já aumentou 6,7% e as chamadas locais de média duração sofreram aumentos entre os 30% e os 45%

Em curso, está agora o brutal aumento do custo dos empréstimos à habitação Conjugados os sucessivos aumentos das taxas de juro e, agora, da diminuição da taxa de referência para cálculo das bonificações, um empréstimo de 12 500 contos contratado, por exemplo, em Abril de 1999 a 25 anos, na primeira classe de bonificação significa um aumento da prestação de 50 para 60 contos e, no segundo escalão, de 54 para 65 contos mais 20%

O Sr **Octávio Teixeira** (PCP) — É um escândalo!

O **Orador** — Mas a velocidade do aumento do custo do crédito é tão grande que, hoje mesmo, já foram anunciados novos aumentos das taxas de juro que agravarão o exemplo que acabámos de dar em mais cerca de 3000$, a partir do próximo mês

Há alguns anos, tentaram convencer os portugueses de que com a moeda única as taxas de juro iriam baixar Tudo iria ser «rosas» «Rosas»? Sim, Srs Deputados, mas «rosas» com muitos espinhos!

Agora, a redução da taxa de bonificação, da exclusiva responsabilidade do Governo, tem um só sentido· o Governo decidiu começar a diminuir as despesas públicas, aumentando o custo do crédito à habitação para os mais desfavorecidos e para os jovens Esta é a «sensibilidade social» que tanto o Eng° Guterres apregoou

Veremos, ainda, onde vai o Governo cortar mais para atingir a já falada redução de 210 milhões de contos na despesa pública a fim de compensar as suas imensas trapalhadas com os preços dos combustíveis e dar cobertura à sua política irracional e incompetente, que navega a pensar no curto prazo e, sobretudo, a pensar nos grandes negócios

O Sr **Octávio Teixeira** (PCP) — Muito bem!

O **Orador** — Património do Estado já está em leilão e, até, com direito a anúncio de venda nos jornais Despesas sociais já começaram Despesas de investimento virão a seguir. Mas seguramente, também está a chegar o tempo que, para parafrasear Eça de Queiroz, os portugueses vão cortar alguma coisa ao Governo Confiança, já a cortaram, o resto logo se verá

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador**. — Da nossa parte, PCP, queremos contribuir para pôr um travão a esta política gravosa do Governo, gravosa para os portugueses

Neste sentido, anunciamos que vamos entregar, de imediato, na Mesa, um projecto de resolução com vista à suspensão da Portaria n° 12/2000, de 14 de Janeiro, que diminui as bonificações das taxas de juro no crédito à habitação e que visa repor a bonificação anterior de mais um ponto percentual, fixando-a de novo em 6,5%

Aplausos do PCP

Mas nem só, Srs Deputados, de aumentos se fazem as agruras que o Governo e o PS estão a fazer passar os portugueses A situação de degradação dos serviços públicos de grande consumo começa igualmente a marcar o quotidiano do País O PCP preveniu, a tempo, contra o abastardamento que a qualidade dos serviços públicos iria sofrer, em resultado de uma desvairada política de privatizações e progressiva renúncia pelo Estado das suas responsabilidades públicas, numa linha neoliberal que a Sr ª Thatcher não desdenharia Os resultados, infelizmente, aí estão, mais velozes que a cegonha ridiculamente responsável pelo «apagão» da EDP A questão é muito mais séria e preocupante A razão fundamental, por exemplo, do recente «apagão» reside centralmente na progressiva degradação da gestão da rede eléctrica e no desinvestimento em equipamentos e conservação da rede e dos serviços, em resultado directo do processo de privatização e

desmembramento de uma empresa que presta um serviço público estratégico

O Sr **Honório Novo** (PCP) — Muito bem!

O **Orador** — Acrescem, e não é menor, outras consequências que os cidadãos estão a sofrer, designadamente em matéria de encerramento de muitos postos de atendimento Há um afastamento deste serviço das populações Há pessoas, hoje, nomeadamente no interior do País, que têm agora de andar 100 km para tratar de assuntos que até há pouco resolviam na sua área de residência E tudo isto porquê? Porque a EDP, que só no primeiro trimestre deste ano registou lucros na ordem dos 34 milhões de contos – e vou citar –, «( ) optimiza resultados à custa dos consumidores ( )» Sabem quem disse isto, Srs Deputados? Pois foi, precisamente, o Sr Ministro Armando Vara que, perante as gravíssimas consequências desta política do PS, parece, agora, querer fazer esquecer as responsabilidades do seu próprio Governo

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — O que se passa no sector é grave e, volto a citar, «( ) o trabalho desenvolvido nos últimos anos não consubstancia aquilo que o PS e a Nova Maioria apregoou para o sector eléctrico, quando das últimas eleições» Sabem também quem escreveu o que acabei de citar, Srs Deputados? Exactamente a «Tendência Sindical Socialista» da EDP

Aliás, o que se passa em matéria de degradação do serviço público eléctrico é tão grave que daqui desafiamos o Governo a garantir que, no próximo Inverno, não se vão suceder mais incidentes na rede eléctrica Primeiro não podem estar os negócios e, depois, o interesse público

O Sr **Octávio Teixeira** (PCP) — Muito bem!

O **Orador** — Deve ser, precisamente, o contrário!

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — A propósito de negócios, e negócios obscuros, queremos também trazer aqui um outro problema e dele fazer uma pergunta clara e frontal ao Governo e ao PS é ou não verdade que o Governo se prepara para «comprar» a rede eléctrica nacional à EDP, num negócio avaliado em cerca de 300 milhões de contos?

Risos do Deputado do PSD António Capucho

É que, se for verdade, estaremos, seguramente, perante um novo escândalo de enorme dimensão Isto já foi anunciado, não foi desmentido e foi, aliás, confirmado, segundo a imprensa, pelo Gabinete do Ministro da Economia

Como é que o Estado vai «comprar» um bem que já é do domínio público? Como é que o Estado encara a possibilidade de entregar centenas de milhões de contos a uma empresa já privatizada em 47,5% e da qual se prepara a quarta fase, para pagar um bem que está na esfera jurídica do Estado? Como é que o Governo tem a coragem de gastar centenas de milhões de contos dos portugueses para comprar o que já é seu?

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — Sr Presidente e Srs Deputados Impõem-se, nestas matérias, informações imediatas, que o Governo venha a público esclarecer cabalmente esta questão e que, desde já, seja abandonada a quarta fase do projecto de privatização da EDP, promovendo-se uma reflexão global sobre as consequências da privatização

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP) — Muito bem!

O **Orador** — Sublinhámos este exemplo paradigmático, mas, Srs. Deputados, em matéria de abandono de serviços públicos, o quadro é, infelizmente, muito mais vasto

No serviço de Correios anuncia-se uma nova etapa de liberalização dos serviços postais com vista a entregá-lo a operadores privados, podendo pôr em causa a manutenção do serviço postal universal a tarifas uniformes

No gás natural, os lisboetas são diariamente confrontados com imposições autoritárias, aumentos de preços e comportamentos arrogantes da empresa que detém o exclusivo da distribuição sem nenhum respeito pelos direitos dos consumidores

Mas também no resto do sector energético ligado à Petrogal as perspectivas não são melhores Para além das matérias que justificaram a criação de uma comissão de inquérito desta Assembleia, outras questões se estão a colocar reestruturação com desmembramento da empresa, redução de trabalhadores obrigando quem, durante toda a sua vida, deu o melhor de si à empresa a responder a testes com vista a rescisões de contratos, reduções ilegítimas de salários, a pretexto das greves realizadas

O Sr **Presidente** — Sr. Deputado, já terminou o seu tempo

O **Orador** — Vou terminar, Sr Presidente

Mas, nesta matéria, uma outra questão exige aqui também uma resposta clara do Governo

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, tem de terminar mesmo

O **Orador** — É verdade ou não que, na sequência do chorudo negócio para os grupos privados e com a venda aos italianos da Eni, a chamada reestruturação em curso pode levar ao encerramento da refinaria do Porto

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, tem de terminar Não me obrigue a tirar-lhe a palavra!

O **Orador** — Sr Presidente, vou terminar, dizendo que, pela nossa parte, reafirmamos

O Sr **Presidente** — Já gastou a mais 1 minutos e 27 segundos, Sr Deputado

O **Orador** — que é tempo de se arrepiar caminho a favor de uma política que assuma o primado do interesse público É nesse caminho que o PCP está e continuará empenhado

Aplausos do PCP

O Sr. **Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã

O Sr **Francisco Louçã** (BE) — Sr Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, a sua intervenção sublinhou que

estamos numa situação económica à deriva e que a prática e a política governamental parecem estar claramente sem norte Mas, em particular, sublinhou uma injustiça social gravíssima, que é a decisão recente, por razões duvidosas de corte de despesa orçamental, de afectar a poupança das famílias por via da alteração das regras a respeito da fixação da taxa de juro de referência para o crédito bonificado

Sr. Deputado, essa questão é, certamente, uma questão central e acompanho-o na sua preocupação, na sua crítica e na sua proposta, mas quero sublinhar que ela tem duas implicações, as quais importa discutir nesta Assembleia.

A primeira é a de que nos é apresentada como uma consequência inevitável de algo que foi evitável Há uma diferença substancial entre as taxas de juro dos Estados Unidos e as que são praticadas na União Europeia e, assim sendo, porque o ciclo económico regista momentos diferentes nas duas áreas económicas, a tendência vai continuar a ser a da subida sistemática, ao longo dos próximos meses, da taxa de juro E, dessa forma, a política de contenção orçamental nas taxas de juro de referência para o crédito bonificado será necessariamente agravada se o Governo mantiver o mesmo critério Este é um efeito da demagogia ou da ortodoxia da liberdade de circulação de capitais e da incapacidade de políticas alternativas

Mas a escolha continua nas nossas mãos e nas mãos do Governo em particular, porque é uma escolha da despesa. E quando um Governo anuncia, tão irresponsavelmente, uma factura energética, que, neste ano, chegará à ordem dos 100 milhões de contos, tem de responder, necessariamente, por que razão não defende os interesses de uma parte da população que é prejudicada com esta medida.

A segunda implicação é, talvez, tão importante quanto esta e tem que ver com o problema essencial de o Governo, abdicando de fazer uma alteração no imposto sobre o património, ter desistido de agir não só sobre os juros — e, com isso, ter prejudicado as famílias — mas também sobre o preço de referência das próprias habitações em Portugal. Não há política imobiliária mas se a houvesse o preço das casas poderia ser muito mais baixo e o preço do juro teria de ser mais barato

Continua a pagar-se imposto sobre o património imobiliário e contribuição autárquica a partir de cadastros definidos nos anos 30, 40, 50 e 60, estabelecendo uma diferença fundamental que é tão injusta como aquela que, por sua deliberação, o Governo agora acrescenta Mais do que isso: não há política a respeito das casas vazias!

Neste contexto, Sr Deputado Lino de Carvalho, certamente me acompanha, reconhecendo que é preciso uma alteração de conjunto e que ela é urgente a partir de agora

O Sr **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Jorge Neto

O Sr **Jorge Neto** (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, o PSD partilha da opinião de que, efectivamente, na condução da política da EDP tem havido um claro desnorte O recente «apagão» é um indício claro desse desvario gestório na EDP E, indiscutível e inquestionavelmente, comungamos também do entendimento de que tal só ocorre porque, de facto, a EDP tem vindo a desviar o seu core business ou a sua core competence para outras áreas que não a área específica do seu objecto social, que é a da distribuição eléctrica

Posto isto, a afirmação feita pelo Sr Deputado Lino de Carvalho de que correm alguns rumores de que o Estado se prepara para adquirir a rede eléctrica à EDP por um valor da ordem dos 300 milhões de contos é algo que me deixa absolutamente estupefacto Efectivamente, a rede eléctrica faz parte do domínio público e um negócio deste tipo, feito na véspera da quarta fase de privatização da EDP, é algo de absolutamente anacrónico, aberrante, abstruso

Assim, gostaria que o Sr Deputado Lino de Carvalho concretizasse, especificasse e, se possível, elencasse quais são ou qual é a sua fonte de ciência para fazer uma afirmação desse tipo, dada a enorme gravidade que comporta, a ser verdade, esse putativo negócio de aquisição da rede eléctrica nacional pelo Estado à EDP.

Neste domínio, como noutros, particularmente na actividade política, a verdade deve sempre vir ao de cima, a verdade é o caput e o fundamentum da actividade política, é o método dos métodos, é o valor dos valores, pelo que se exige, neste domínio em concreto, que a verdade seja reposta

O Sr **Rui Rio** (PSD) — Muito bem!

O Sr **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, dispondo de 5 minutos para o efeito, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. **Lino de Carvalho** (PCP) — Sr Presidente, permita-me que comece por agradecer aos Srs Deputados as perguntas que fizeram e que, por uma questão de ordenamento das respostas, responda primeiro ao Sr Deputado Jorge Neto

Sr Deputado, efectivamente, como eu disse na intervenção, temos vindo a assistir a uma progressiva degradação de vários serviços públicos e, neste caso, de um serviço público estratégico, que é o fornecimento de energia eléctrica Essa degradação é clara e, como disse, mas, infelizmente, o PS não quer intervir neste debate, é o próprio Governo, os próprios Ministros, os próprios socialistas da EDP que imputam isso à política irresponsável do seu próprio Governo

Mas, de facto, entretanto, veio a público uma questão que vai para além desta e que, como disse, a confirmar-se, consubstancia um negócio de enorme escândalo que esta Assembleia, a seu tempo, terá, necessariamente, de esclarecer ou de procurar esclarecer, pelos mecanismos à sua disposição

Na minha intervenção fiz perguntas, Sr Deputado Jorge Neto, porque não queremos fazer afirmações sem estarem perfeitamente demonstradas O que sei é que essa notícia veio na imprensa, em largas parangonas, nomeadamente no Diário Económico, de 26 de Maio, onde se afirma claramente que o «Estado vai comprar rede eléctrica à EDP por 300 milhões de contos», sabendo-se — basta consultar a legislação que compilámos a propósito disto — que a EDP, desde há muito, pertence à esfera jurídica do Estado E refere a mesma notícia que, consultado o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, este, não desmentiu, não quis comentar a matéria, ou seja, não a pôs em causa

Até hoje, esta notícia não foi desmentida e, como se costuma dizer, «quem cala, consente» Por isso, trouxemos aqui esta matéria, colocando o Governo perante uma pergunta, no sentido de que, urgentemente, esclareça cabalmente esta questão. é verdade ou é mentira que o Governo se propõe entregar 300 milhões de contos a uma

empresa privatizada, isto é, aos privados, para, aparentemente, comprar para o Estado aquilo que já é da esfera jurídica do Estado? Que negociata está por detrás deste escândalo, a confirmar-se? É esta questão que queremos ver esclarecida, são estas as bases em que sustentamos a pergunta, compete ao Governo esclarecer, aliás, já o deveria ter feito, confirmando ou infirmando, se não são válidas, as notícias que vieram na imprensa Esperamos que agora haja alguma resposta

Sr Deputado Francisco Louçã, é verdade o que suscitou

Em resumo, esta é uma questão de ordem global que tem que ver com a política de habitação, com o custo da habitação e também com o sistema fiscal, com a enorme carga fiscal que existe sobre a habitação em Portugal Mas recordo aqui duas questões.

Em primeiro lugar, e sublinhando o que já disse na tribuna, recordo aquilo que nos foi aqui prometido, há uns anos, quando nos foi, enfim, «vendida» a ideia da moeda única disseram-nos que isto iria, progressivamente, baixar a taxa de juro e nunca nos foi dito aquilo que está hoje a acontecer e que, numa previsão, era inevitável que viesse a acontecer, que era o facto de, em determinada altura, haver um processo de reforço, de novo aumento das taxas de juro

Mas o que se passa neste momento não tem que ver com isso, tem a ver com uma decisão da exclusiva responsabilidade do Governo O Governo está envolvido num problema orçamental que vai ter de resolver, que é o de diminuir a despesa pública, e tomou uma decisão que, para nós, não é novidade, não é surpresa, pois corresponde a uma previsão que já fazíamos aquando da votação do Orçamento, quando outros o viabilizaram, sendo, portanto, co-responsáveis por esse Orçamento. O Governo começou por cortar exactamente as despesas sociais, aquelas que atingem os grupos sociais mais desfavorecidos, e a seguir vai cortar nas despesas de investimento

Por isso, Sr Deputado Francisco Louçã, havendo esta questão imediata a tratar, sem prejuízo da consideração das questões globais, propomos que, no mínimo e de imediato, o Governo suspenda a portaria que diminui a taxa de referência para as bonificações e que reponha a taxa anterior de mais um ponto percentual Mas propomos mais propomos que, em face destes aumentos, o Governo faça aumentos intercalares de salários para os trabalhadores, bem como aumentos intercalares de pensões de reforma, para compensar, no mínimo, a perda de poder de compra em decorrência de uma política irresponsável

Aplausos do PCP

O Sr **Presidente** — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr **Luís Marques Mendes** (PSD) — Sr Presidente, Sr " e Srs. Deputados Ontem, o Tribunal da Relação de Lisboa decidiu arquivar a queixa-crime que tinha sido movida pelo Sr Procurador-Geral da República contra o Dr Fernando Negrão, ex-Director-Geral da Polícia Judiciária Este caso, como se recordam, passado há um ano, foi do mais grave que sucedeu em Portugal

Há um ano, numa atitude totalmente insólita e grave, o Governo, por pressão e a pedido do Procurador-Geral da República, resolveu demitir, sem dó nem piedade, o Dr Fernando Negrão do cargo de Director-Geral da Polícia Judiciária. Não foi, então, uma demissão qualquer! Na sua origem, como, então, foi público, esteve uma coisa muito simples mas muito importante uma guerra de poderes e de influências movida pelo Ministério Público e, em particular, pela Procuradoria-Geral da República contra a Polícia Judiciária.

O Governo, que devia ter sido árbitro, foi parte,.

O Sr **Luís Marques Guedes** (PSD) — Muito bem!

O **Orador** — .. tomando a parte da Procuradoria-Geral da República contra a Polícia Judiciária.

O Governo, que devia ter usado a sua autoridade, que é democrática e legítima, para defender o Estado e as suas instituições, fez o contrário, abusou da autoridade para colocar Estado contra Estado, instituições contra instituições

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — Há um ano, era totalmente claro que a actuação do Governo, também nesta matéria, tinha sido uma actuação leviana Um ano depois, comprova-se, com esta decisão, que foi uma actuação leviana e irresponsável.

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — O Governo não cuidou, nunca, de querer esclarecer os factos e de querer conhecer a verdade, o Governo preocupou-se apenas em ceder a uma das partes, aquela que julgava a mais forte e que queria e quer, permanentemente, aumentar o seu poder no Estado

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador**. — Desta forma precipitada e iníqua, o Governo conseguiu uma coisa extraordinária alcançar, na prática, três objectivos, qual deles o mais grave para o País Por um lado, manchou a personalidade de um magistrado judicial impoluto e, indirectamente, afectou a própria magistratura judicial

Vozes do PSD. — Muito bem!

O **Orador** — Em segundo lugar, desprestigiou uma instituição nacional essencial para o País, como é a Polícia Judiciária

Em terceiro lugar, não menos grave, acentuou o reforço de um poder pessoal do Procurador-Geral da República.

Vozes do PSD. — Muito bem!

O **Orador** — Este comportamento do Governo não tem qualquer tipo de perdão, é absolutamente inaceitável

Em democracia, ninguém está acima da lei mas, neste caso concreto e particular, o que parece é que um magistrado judicial impoluto, esse, foi colocado abaixo da lei pela actuação do Governo

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — E esta questão tem tudo a ver com a circunstância de este alto responsável ter sido demitido liminarmente, sem qualquer tipo de esclarecimento, e de, ainda por cima, lhe ter sido movida uma acusação da gravidade daquela por que agora foi julgado.

Nada disto deveria ter acontecido, porque tudo isto revela um comportamento indigno da parte do Governo Um Governo sem autoridade e sem sentido das responsabilidades E é por isso que, um ano depois, aqui chegados, há, de facto, um problema de responsabilidade que não pode ser enjeitado.

Quanto à actuação do Procurador-Geral da República, nem sequer vou fazer qualquer comentário Há dois anos que digo publicamente, de uma forma clara, séria e fundamentada, que ele já deveria ter sido demitido da sua função.

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — Mas quanto ao Governo, que é disso que hoje importa tratar, porque é o Governo o autor desta monstruosidade política de todo o tamanho, há, de facto, uma responsabilidade política que não pode passar em claro,

O Sr **Guilherme Silva** (PSD) — Muito bem!

O **Orador** — porque não se pode «passar uma esponja» sobre um Governo que, de uma só penada, conseguiu colocar várias instituições do Estado «pelas ruas da amargura» Num primeiro momento, como já disse, desprestigiou a Polícia Judiciária e afectou, indirectamente, a imagem da Magistratura Judicial e, agora, depois desta decisão judicial, acaba também por ser co-responsável pelo desprestígio de uma outra instituição, o Ministério Público, que acabou desautorizada pela decisão ontem tornada pública

Ou seja, não pode passar em claro a responsabilidade política de um Governo que maltratou o Estado, maltratou as instituições do Estado e maltratou os servidores de instituições importantes do Estado Esta é uma responsabilidade inalienável

E, por isso, importa perguntar e agora, Sr Primeiro-Ministro, o que vai o Governo fazer para reparar os danos que causou a um magistrado judicial impoluto, como o Dr Fernando Negrão?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD) — Muito bem!

O **Orador** — O que vai o Governo fazer para reparar a situação de vários ex-Sub-Directores da Polícia Judiciária que se demitiram em solidariedade para com o Dr Fernando Negrão? Que palavra vai o Governo dirigir para repor o prestígio e a credibilidade e defender a imagem de uma instituição importante como a Polícia Judiciária? E, por último, questão das questões, o que vai o Governo fazer em relação ao Sr. Procurador-Geral da República? Será que «a culpa vai morrer solteira», uma vez mais? Que nada sucede? Que nada acontece?

Digo, a concluir o País e os portugueses exigem neste caso, ou sobretudo neste caso, reparação e justiça, porque, se é certo que os governos passam, o Estado fica, e a imagem do Estado democrático português, que foi abalada, seriamente abalada, pelo Governo, tem de ser agora defendida, prestigiada e valorizada

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Magalhães.

Vozes do PSD: — Oh! .

O Sr **José Magalhães** (PS) — Sr. Presidente e Srs Deputados, acabámos de ouvir uma versão abreviada da entrevista que foi dada, esta manhã, pelo Sr. Deputado Luís Marques Mendes a um matutino,

Vozes do PSD — Já estávamos à espera!

O **Orador** — que, devo dizer, todos escutámos atentamente, mas ninguém que esteja aqui sentado, nem, aliás, fora, encontrou qualquer novidade Ou talvez se tenha encontrado uma! Limitou-se a não dizer que os portugueses não respeitam o PSD! Mais nada!

Risos do PS

Protestos do PSD

Só que, Sr Presidente e Srs Deputados, «cá se fazem e cá se pagam»!

Protestos do PSD

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, agradeço que oiçam em silêncio! São os primeiros interessados nisso quando estiverem no uso da palavra! Se não, depois, não se queixem de ter o mesmo tratamento da parte dos vossos adversários políticos!

Faça favor de continuar, Sr Deputado José Magalhães

O **Orador** — Só que, Sr Presidente e Srs Deputados, temos de respeitar as decisões dos tribunais e a honra das pessoas Por isso, gostava apenas de dizer duas coisas, em nome da direcção do meu grupo parlamentar em primeiro lugar, não discutimos este tema — o tema da justiça, o tema da honra das pessoas, o tema das decisões dos tribunais — no tom escolhido pelo Sr Deputado Luís Marques Mendes, .

Risos do PS

Protestos do PSD

queremos discuti-lo com o sentido institucional que é próprio dessa questão, e fá-lo-emos em qualquer sítio, na 1 ª Comissão ou aqui no Plenário, mas não assim, em segundo lugar, gostava de garantir a todas os Srs Deputados e Deputadas do PSD que, pela nossa parte, não deixaremos que a questão da política de justiça possa ser instrumentalizada ao sabor de conveniências, de ser usada como arma de arremesso, na luta interna do Partido Social Democrata

Protestos do PSD

e que dessa linha de não ingerência não nos desviaremos um milímetro. Esta questão não merece ser instrumentalizada nestes termos, nem esta nem outra, mas esta, que envolve a honra das pessoas e o funcionamento dos tribunais, seguramente não e nunca! Não nos desviaremos um milímetro desta orientação, Sr Deputado Luís Marques Mendes e Srs Deputados do PSD! Desta posição não nos desviaremos!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD

O Sr **Presidente**. — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Luís Marques Mendes.

O Sr **Luís Marques Mendes** (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado José Magalhães, irei ser rápido relativamente às questões que não colocou

Risos do PSD

O Sr **Guilherme Silva** (PSD) — Não as tinha para colocar!

O **Orador**· — Quanto às insinuações de natureza interna, Sr Deputado, não se preocupe com isso, preocupe-se mais com os problemas que tem junto de si e junto do Governo que apoia Não tenha qualquer tipo de comportamento de outra natureza, em particular por esta razão, Sr. Deputado é que se, num partido democrático, pode haver problemas de divergências, no caso concreto do PSD é apenas quanto a uma coisa, porque o objectivo essencial a todos une E sabe qual é? É apenas a divergência quanto à melhor forma de, o mais rapidamente possível, correr com o Governo que o senhor apoia, que tão mal tem feito a Portugal, ao País

Aplausos do PSD

De resto, a prova provada de que este Governo é o que é e de que os seus servidores, como V Ex.ª, são o que são está na sua intervenção de há instantes

O Sr **Guilherme Silva** (PSD) — Frouxa!

O **Orador**. — Perante um dos casos que, no Estado, na justiça portuguesa, foi do mais grave e insólito que existiu, de uma gravidade que está à vista de todos, perante a decisão ontem tomada por um tribunal, .

O Sr **José Magalhães** (PS) — Por um tribunal! Diz bem.

O **Orador** — o senhor aqui, em representação do Partido Socialista, que apoia o Governo, limita-se a dizer esta coisa simples e espantosa é assunto que trataremos ali, na 1.ª, na 2 ª ou em qualquer comissão Não, Sr. Deputado! O senhor, não podendo olhar para o problema e sobretudo não tendo a coragem de o enfrentar, «chuta para o lado» É isto que o seu Governo e o seu partido têm feito ao longo dos tempos e, por isso, nesta bancada, o que a todos preocupa não é o estado do Governo é o estado do Estado, que o seu Governo deixou chegar a esta situação

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr **José Magalhães** (PS) — Não entramos em «peixeiradas»!

O **Orador**· — É por isso também, Sr Deputado, que, com mais um caso, com mais dois, com mais três e assim sucessivamente, a autoridade do Estado em Portugal está pelas ruas da amargura E a autoridade do Estado tem a ver com uma coisa muito importante, que é defender os cidadãos, os seus direitos, as suas liberdades e aquilo que são os seus interesses legitimamente protegidos.

O que gostava agora de saber, depois desta decisão judicial, depois de, há um ano atrás, os senhores terem dito o que disseram, de o ex-Ministro da Justiça e de outros responsáveis terem dito o que disseram, é como é que se defende a honra do Dr Fernando Negrão Como é que se defende a honra daqueles que estiveram com ele e, mais importante do que isso, como é que se defende uma instituição como a Polícia Judiciária? Como é que se permite que um «Estado» dentro do Estado, como o Procurador-Geral da República, mande neste Governo, do Primeiro-Ministro aos vários ministros que o integram? Isto é inadmissível!

Sei que a verdade custa, mas o Sr Deputado tem de ouvir, e o importante também é que o Sr Primeiro-Ministro ouça, porque, como eu disse na tribuna, não é tão importante que os governos caiam, o importante é que o Estado fique dignificado

Aplausos do PSD

O Sr **Presidente**: — Para tratamento de assunto de interesse político relevante, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Gomes da Silva

O Sr **Rui Gomes da Silva** (PSD) — Sr Presidente, Srs Deputados Tem sido voz corrente que o Partido Socialista tem passado ao lado de tantas condições económicas sem nada fazer.

Mas se no País, por onde os socialistas vão passando, deslumbrados com a Europa, que julgam governar, tal corresponde inteiramente à verdade, em Cascais, o PS tem-se desdobrado em apresentar um exemplo acabado de como não se deve gerir um concelho

O Sr **Luís Marques Guedes** (PSD) — Muito bem!

O **Orador** — Em Cascais, o PS afasta o turismo de qualidade, esquece os espaços verdes, adia a construção de um novo hospital e omite acessibilidades, educação e segurança, gerando todas as condições de quase ruptura nesses subsistemas

As queixas de violação do PDM sucedem-se, o trânsito na A5 atingiu os 160 000 carros/dia, os novos fogos multiplicam-se e a desqualificação ambiental é uma realidade.

Contra um hipotético crescimento de 30 000 habitantes em 10 anos, avançado pelo PSD, levantou-se, então, um PS, liderado pelo então vereador Eugénio Sequeira, em defesa de uma «quixotesca» opção zero, a qual foi reafirmada, em 1993, por José Luís Judas, em plena campanha eleitoral

Dos cerca de 22 000 fogos construídos nos anos 80 passou-se, em 1990, para 369 novos fogos.

Com o PDM, aprovado pelo PS, o objectivo «opção zero» transformou-se num crescimento previsto de 119 769 habitantes, nos próximos 10 anos

Cascais cresce hoje «sem rei nem roque», como o comprovam, a título de exemplo, os números da recolha do lixo no concelho, entre 1993 e 1999, que cresceu 18,9%. Metade, é verdade, se comparados com os 35% de Sintra, mas muitíssimo mais em relação a Oeiras, onde apenas aumentou, no mesmo período, 6,8%

De facto, em Cascais, em 1998, o licenciamento quase duplicou em relação aos anos anteriores e o número médio de fogos aprovados por edifício é de cerca de 4,7, mais do dobro da média de Lisboa e Vale Tejo

Em 1996, a Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais alertava para o facto de, até 2005, Cascais poder vir a ter mais 93 000 habitantes, ou seja, mais de 60% do que em 1991.

Todos os índices de utilização e de densidade de fogos/ha ou de alta densidade demonstram que, para Cascais, o panorama é pior do que para a própria Amadora, e negro, muito negro mesmo, se comparados, por exemplo, com Mafra.

Sr. Presidente, Srs Deputados É enorme a indignação de todos quantos acordam numa fila de trânsito de hora e meia, numa incomensurável diferença entre o concelho de Cascais que quiseram e a crescente degradação que, dia a dia, constata quem nasceu e sempre viveu no concelho

O Presidente da Câmara tem subsidiado tudo o que lhe possa causar problemas, rodeando-se de assessores, a quem paga ordenados principescos — 85 000 contos num ano —, para, como o próprio afirma, «( ) compensar a precariedade do vínculo laboral»

Em toda a área costeira, a aprovação prévia de projectos de urbanização conduz a uma fase de construção com um maior índice de ocupação, a que se segue uma construção sem qualquer qualidade arquitectónica, de que as raríssimas excepções mais não fazem do que confirmar a regra.

A proliferação de construção clandestina e a ocupação selvática do Parque Natural Sintra-Cascais são casos de excesso na sua esmagadora maioria, casos nacionais, a que corresponde um não menor sentimento de revolta das populações afectadas.

Quem não conhece os casos do prolongamento da autoestrada até ao Guincho, ao Abano, que não os ligue, imediatamente, a uma verdadeira violação da Rede Natura e do Regulamento do Parque Natural Sintra-Cascais?

Quais os termos da suspensão do Decreto Regulamentar n º 9/94, de 11 de Março, que o Conselho de Ministros aprovou na sua reunião de 3 de Maio último?

Que comentários poderá merecer a ocupação do domínio público marítimo na Casa da Guia, onde a câmara permitiu que as obras se concluíssem sem qualquer oposição ou embargo?

Que dizer da prometida Cidade do Cinema? Que dizer da Quinta de Santo António, na Parede, onde a câmara havia chumbado, há apenas quatro anos, um projecto de moradias com dois pisos e agora aprova prédios com sete, ou do Bairro do Junqueiro, das construções previstas para as traseiras do Hotel Baía, da Quinta da Carreira, onde, para além da estrada prevista passar «por cima da escola», se desenha já a construção de cerca de mais 350 fogos, em seis torres de onze andares e quatro prédios de sete andares, ou que dizer de S Domingos de Rana, para onde estão projectados, de imediato, 121 lotes, a que corresponderão 1213 fogos e mais 7000 fogos até 2004?

Que dizer da construção de um prédio na Rua de Santa Rita, junto ao mercado de S João do Estoril, sobre a tubagem do emissário do saneamento básico do Costa do Estoril?

Em Carcavelos, o PS e José Luís Judas prevêem aumentar 22 000 habitantes, que deverão ocupar os 4100 fogos a construir, ou seja, um aumento de cerca de 50% da actual população da freguesia!

As propostas para a Torre da Aguilha, para o Parque Miramar, para a Moagem, para a Quinta do Barão, para a Quinta de S Gonçalo, para os Lombos, para a Rebelva, para a Quinta dos Gafanhotos, para a Riviera, para S Miguel das Encostas e para o Bairro da Torre da Tomada, bem como para a Quinta dos Ingleses, perfazem, Sr Presidente e Srs. Deputados, estes 4100 fogos e a câmara não opta por outras soluções que, não violando direitos adquiridos, se os houvesse, poderiam vir a abrandar este panorama de perfeito caos urbanístico

O Sr **Luís Marques Guedes** (PSD). — Muito bem!

O **Orador** — O mesmo se diga da Quinta das Taínhas, futuros Jardins da Parede, onde a câmara se prepara para autorizar mais 2000 fogos, em torres de oito pisos

A justificação para a construção do Cascais Vila é a necessidade do pagamento do interface da CP, mas para a aprovação, pelo Parque Nacional, de uma moradia em plena Praia do Guincho, com ocupação de área do domínio público marítimo, qual será?

Face ao projecto que o PS fez aprovar, ilegalmente, para a Praça de Touros, em que a própria Presidente socialista da Junta de Freguesia de Cascais manifestou a sua discordância e a maioria socialista no executivo camarário aprovou com recurso ao voto de qualidade do qualidade do Presidente Judas, como poderá ser explicada a construção de três torres de sete pisos, numa área de moradias, que acrescentarão mais 12 000 automóveis por dia ao centro de Cascais? Diz-se que para resolver os problemas da Santa Casa da Misericórdia de Cascais, o que, no futuro, como se verá, redundará numa perfeita mentira!

Mais o PS alienа, de forma grave, zonas nobres da vila, em negócios que a própria CDU afirma lesarem o município em, pelo menos, mais de um milhão de contos,...

O Sr **Octávio Teixeira** (PCP) — A CDU portuguesa!

Risos do PCP e de Os Verdes

. havendo quem fale em verbas bem superiores a essas, tudo com o voto de qualidade, neste caso, do Presidente da Assembleia Municipal

Dir-se-á que «é muito voto de qualidade para tanto projecto sem qualidade nenhuma»!

Como explicar, então, as declarações do mesmo Presidente da Assembleia Municipal, que diz que, se fosse ele a mandar, alteraria o PDM?

O PSD alterou — e bem! — a situação e pôs um ponto final em tudo o que dizia respeito a esta matéria em idêntica situação no Algarve, o que não podemos compreender é a frase do Presidente da Câmara que diz «(.) construir para um dia demolir (.)», num processo «(..) inevitável, pois assim o quis o mercado» Tão extraordinária esta frase como o facto de a própria Presidente da Junta de Freguesia de Cascais ter ido apanhada literalmente a arrancar duas árvores da borracha no — espante-se! — Dia da Árvore!

O Movimento Cívico de Defesa do Abano e a Associação de Moradores da Guia, entre outros, são movimentos de revolta de uma população farta da indiferença e da prepotência de quem não responde aos munícipes ou demora um ano para dizer, por exemplo, que «nada consta do respectivo registo cadastral» Desrespeito que atingiu o cúmulo com o «caso da fiscalização», inventado para ocultar responsabilidades pessoais, ocultar solidariedades políticas, anunciado como um processo de «mãos limpas» e arquivado com a vergonha de ter correspondido a um misto de alibi e perseguição política

Sr Presidente, Srs Deputados É preciso mudar! É preciso pôr um travão neste descalabro! Em 20 de Março, o PS recusou uma proposta do PSD para parar 120 dias, apenas 120 dias, para pensar Não queremos construir para demolir daqui a15 anos! Como diria Miguel Sousa Tavares,

«(.) Cascais está mais feia e indubitavelmente mais descaracterizada», vivendo «( ) ao arrepio de qualquer política de ordenamento, de qualquer preocupação ambiental»

Não queremos acreditar quando o Presidente da Câmara diz que Cascais nunca será uma nova Reboleira porque aqui «( ) há andares vendidos a 50 000 contos» Dispensamos afirmações de quem considera que as «Reboleiras» se medem não pelo caos urbanístico mas pelo poder de compra de quem vive na zona!

Razão tem Sousa Tavares quando dirige a estes «comunistas arrependidos», como lhes chama, «bacocamente deslumbrados com o capital e os capitalistas»!

O Sr **António Capucho** (PSD) — É verdade!

O **Orador** — Como escreveu Eduardo Prado Coelho, «é notório, em Cascais, o crescimento selvagem, o gosto boçal, a modernice de capoeira! Cascais está a perder os lugares com memória, lugares de afecto e cumplicidade, onde o tempo e os valores permanecem servindo de ponto de encontro, de contemplação, de deslumbramento e de paz» Para que tudo isto seja possível em Cascais, como em Portugal, é preciso mudar. Será este o compromisso do PSD com as populações de Cascais, do Estoril, da Parede, de Carcavelos, de S Domingos de Rana e de Alcabideche a partir da nossa vitória nas próximas eleições autárquicas Porque em Cascais, como em Portugal, é preciso mudar

Aplausos do PSD

O Sr **Presidente** — Também para tratamento de assunto de interesse político relevante, tem a palavra o Sr Deputado Fernando Moreno

O Sr **Fernando Moreno** (CDS-PP). — Sr Presidente, Sras e Srs Deputados O Governo socialista do Eng ° António Guterres elegeu a saúde como paixão eleitoral e governativa, o que era suposto implicar iniciativas urgentes que melhorassem a situação da assistência na saúde aos portugueses, que hoje é manifestamente caótica Para já, esse projecto apaixonado parece ainda não ter dado frutos e, entretanto, pacientemente, os portugueses continuam à espera de soluções para as suas graves e penosas dificuldades de protecção e tratamento da doença, tal como acontece nessa Europa, com a qual já nos identificamos, pelo menos nos impostos

O Sr **Sílvio Rui Cervan** (CDS-PP) — Exactamente!

O **Orador** — Se esta é uma preocupação generalizada dos portugueses, mais acentuada se torna aos altominhotos que, no distrito de Viana do Castelo, vêem o Serviço Nacional de Saúde como uma miragem ou, em muitos casos, a sua desgraça económica, o desespero no sofrimento físico e psíquico ou a última caminhada para uma morte precoce Desiludidos com os meios assistenciais, em matéria de saúde, sublinha-se sempre no fim do tão esperado atendimento hospitalar, ou da sua inexistência, a falta de recursos materiais, humanos ou outros que se anunciam e que os tribunais julgam ou que ficam por julgar

O artigo 64 ° da Constituição, tão evocado em campanhas eleitorais, é inequívoco em relação à posição do direito fundamental de protecção da saúde dos cidadãos, bem como do esforço universal do Estado num Serviço Nacional de Saúde, que tem de tratar com igualdade de oportunidades todos os cidadãos, com a garantia de acesso aos cuidados de saúde preventiva, curativa e de reabilitação, o que implica, nessa Lei Fundamental, a garantia de uma racional e eficiente cobertura de todo o País em recursos humanos e unidades de saúde

O Sr **Sílvio Rui Cervan** (CDS-PP) — Muito bem!

O **Orador** — Parecem-nos claramente violados estes princípios, quando os portugueses vêem tão dificultadas as acessibilidades ao sistema de saúde implementado, que também não é universal e equitativo As experiências dos governos em matéria de implementação de modelos do Serviço Nacional de Saúde não têm resolvido o problema da proximidade, temporal e física, da prestação de cuidados de saúde às populações, particularmente àquelas que, mercê do seu isolamento e esquecimento de muitas décadas, vêem cada vez mais longe e difíceis os serviços de saúde de que necessitam

O distrito de Viana do Castelo é bem o exemplo desta amarga forma de qualidade de vida que o governo lhe proporciona Com um hospital distrital insuficientemente dotado de recursos, com várias especialidades esgotadas há muitos anos, neste distrito, a ansiedade da população cresce com fundamentados receios, à espera da sua sorte no dia em que, acometidos pela doença, não tenham dinheiro para recorrer aos estabelecimentos privados, que, esses sim, proliferam com êxito na região Com corredores cheios de macas ocupadas por pessoas que, durante largas horas ou mesmo dias, nelas vegetam à espera de um atendimento condigno, sofre-se e morre-se numa postura desumana para a qual os responsáveis, talvez políticos, não encontraram ainda soluções porque a dor dos outros não os sensibiliza

Num esforço governamental para responder aos vergonhosos números das listas de espera, encomendou o Hospital de Santa Luzia e a Administração Regional de Saúde do Norte serviços cirúrgicos às clínicas privadas da Galiza, que prontamente receberam grupos de doentes altominhotos, conduzidos em autocarros que os arrancam à sua família e fazem saborear a amargura de terem que ser socorridos num país que não é seu depois de longos anos nessas listas de espera Numa postura humilde, sem arriscarem na reflexão sobre o que acontecerá se as coisas correrem mal, estes doentes questionam a razão de, naquela clínica espanhola, aparentemente com menos condições, se fazerem 10 vezes mais cirurgias num dia do que no seu hospital durante uma semana

O Sr **Sílvio Rui Cervan** (CDS-PP) — É uma vergonha!

O **Orador** — Se, no distrito de Viana do Castelo, o problema de assistência de saúde faz a todos «trazer o credo na boca», o assunto ganha particular acuidade nas sub-regiões mais distantes do Hospital de Santa Luzia, muito particularmente no Vale do Minho, onde, além dos factores já referidos, se junta a distância sinuosa das populações ao serviço de urgência do hospital mais próximo e indicado O Instituto Nacional de Emergência Médica, muito pronto e muito apetrechado nos dois grandes centros urbanos do País, esquece radicalmente a província, onde também é Portugal mas onde não há viaturas médicas de emergência rápida, onde não há ambulâncias medicalizadas, onde não há helicópteros de socorro urgente, onde não há profissionais de saúde nas ambulâncias,

onde não há planeamento de formação em matéria de socorrismo, onde, em suma, o cidadão não tem o mesmo direito à assistência de saúde com a garantia e universalidade que o referido artigo da Constituição lhe anuncia num regime livre e democrático

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador** — No Vale do Minho, com populações a residir a mais de 130 km do serviço de urgência mais próximo, se o doente não morre durante o transporte, sempre e só ao cuidado de tripulantes das ambulâncias, pode ter a sorte de se ver rodeado de algum profissional de saúde, quando puder ocupar uma das macas do corredor dos hospital de Santa Luzia, depois de ter saído de sua casa, ou do local do acidente, há mais de duas, três ou quatro horas Aí se confrontará com a falta do especialista conveniente, que, se chegar a aparecer, poderá demorar muitas horas, tendo-se assim evitado a transferência para outro hospital a mais de 50 km.

Numa sub-região com cerca de 100 000 habitantes, no Vale do Minho, é imperativo que o Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, decida da construção de uma estrutura hospitalar, com serviço de urgência competente, localizada numa zona geo-estratégica Resolve-se, assim, definitivamente este problema, que tanta ansiedade causa nas populações desta bacia hidrográfica, que, após a revolução de Abril, viu desaparecer as suas modestas e insuficientes estruturas hospitalares, de âmbito concelhio, geridas por organizações de solidariedade social Esse novo hospital do Vale do Minho facilitará a gestão das necessidades de saúde numa zona em que, há muitos anos, os centros de saúde se desdobram em atitudes de diagnóstico e tratamento, superando, muitas vezes, as suas próprias competências de cuidados primários na tentativa de substituição da falta, no distrito, de cuidados diferenciados disponíveis

É com estranheza que também registamos que, numa atitude enganadora das populações, o Hospital Conde de Bertiandos tenha em funcionamento um modesto Serviço de Atendimento Permanente em vez de um eficaz Serviço de Urgência tão necessário à sub-região do Vale do Lima É este o nosso segundo apelo ao Governo e Ministério da Saúde depois dos investimentos levados a efeito nesse estabelecimento hospitalar, é absolutamente necessário que, dentro de um planeamento racional dos meios de assistência do Alto Minho, se crie no Hospital de Ponte de Lima um serviço de urgência que diminua o afluxo ao hospital de Viana do Castelo, proporcionando um atendimento mais proximal, que abreviará o sofrimento dos doentes e diminuirá o número de mortes por espera de atendimento em serviços de saúde hospitalares

Aplausos do CDS-PP

O Sr **Presidente** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr Deputado Fernando Moreno, os Srs Deputados Rui Solheiro, José Carlos Tavares e Carvalho Martins Não tenho a certeza de que possa dar a palavra a todos os que a pediram para este efeito e já não poderei dá-la – lamento, uma vez mais – ao Sr Deputado Caio Roque, que ficou para o fim do período de antes da ordem do dia na medida em que invocou o artigo 81 °, n ° 2 Sei que o PS vai pedir a interrupção dos trabalhos por 20 minutos, pelo que tenho de ser rigoroso no limite do tempo destinado ao período antes da ordem do dia.

Tem a palavra o Sr Deputado Rui Solheiro

O Sr **Rui Solheiro** (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados Começo por me congratular pelo facto de o Sr. Deputado Fernando Moreno ter acordado para os problemas da saúde no distrito, como profissional da saúde e como político, há alguns anos no activo na Câmara Municipal de Valença, onde é vereador. Calculo que foi por alinhamento partidário que esteve em silêncio durante vários anos, enquanto vereador eleito pelo PSD, enquanto naquele distrito se degradava de forma escandalosa a situação da saúde

O Sr **João Sobral** (PS) — Muito bem!

O **Orador**: — Não havia serviços de urgência na maior parte dos centros de saúde porque não havia médicos e cruzavam-se os braços perante a situação Havia listas de espera enormes nos hospitais distritais e não se resolvia nada, mais uma vez cruzando-se os braços perante a situação Agora, que foi possível pôr a funcionar todos os serviços de urgência do distrito 24 horas por dia, nos centros de saúde, que, numa situação que não é a ideal mas a possível para combater as listas de espera, se fez um concurso internacional, que foi ganho por clínicas espanholas, e se está a dar assistência às pessoas, o Sr Deputado «acordou» dizendo que não pode ser assim, que tem de ser feito de outra forma! Nós temos de resolver o problema das populações, Sr Deputado, e é isso que está a ser feito! Não chega, temos de ir mais longe e o próprio Governo reconhece-o ao considerar uma grande prioridade da política nacional a questão da saúde

Espero apenas que a proposta que o Sr Deputado apresenta para reforçar a zona de Valença, que não é nova – já é velha, na região – e que todos nós defendemos há muito tempo, não se confunda com a proposta apresentada no estudo sobre a região, que aponta para a diminuição dos serviços de urgência, reforçando Ponte de Lima, Viana do Castelo e Valença Os serviços de urgência são os primeiros a prestar cuidados às populações e não podem, de maneira nenhuma, ser postos em causa Esperamos bem que a proposta do Sr Deputado não esteja alinhada com este tipo de estudo, do qual nós discordamos e que combatemos

Vamos, com certeza, continuar a defender os interesses do distrito, simplesmente lamento o seu silêncio durante tantos anos, enquanto a situação se degradava Hoje, felizmente, o distrito de Viana do Castelo é dos distritos que mais recuperou em termos de saúde em instalações, há três novos centros de saúde nos últimos três anos – Paredes de Coura, Ponte de Lima e Caminha, foi feito um investimento de cerca de um milhão de contos no Hospital de Ponte de Lima; foi feito um investimento de 500 000 contos no Hospital Distrital de Viana de Castelo e preencheram-se as vagas nos serviços de urgência em todos os centros de saúde com o recurso aos médicos espanhóis Isto não é tudo, está longe de ser tudo, mas, com honestidade política, é preciso reconhecer que tem sido feito um grande esforço para melhorar a saúde no distrito de Viana do Castelo

Aplausos do PS

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra o Sr Deputado Carvalho Martins, de acordo com o princípio da alternância

O Sr **Carvalho Martins** (PSD): — Sr Presidente e Srs Deputados, inscrevi-me porque pensei que ia acontecer aquilo que, de facto, aconteceu os Deputados do PS aproveitaram a intervenção feita pelo Sr Deputado do CDS-PP e, automaticamente, como é hábito, viraram-se contra o PSD.

Quero ainda saudar o Sr Deputado Fernando Moreno, mas a questão fundamental, Sr. Deputado Rui Solheiro, como é óbvio, é que V Ex ª fala em muitos milhões mas os habitantes do Alto Minho não vêem esses milhões!

Vozes do PS. — Não fale connosco! Fale o Sr Deputado Fernando Moreno, foi ele que fez a intervenção!

O **Orador** — Não, eu já imaginava que isto fosse acontecer, como já imagino que o Sr Deputado José Carlos Tavares fale da auto-estrada que não foi construída, da estrada Valença/Monção/Melgaço, que não foi construída, e dos 12 centros de saúde que não foram construídos! Já imaginava que isso acontecesse e por isso é que me inscrevi.

Vozes do PS: — Ah! Então, não foi para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Fernando Moreno?!

O **Orador** — Quero dizer que o fundamental para analisarmos o que se passa hoje, na saúde, no distrito de Viana do Castelo é que ninguém, no Alto Minho, cinco anos depois de termos um Governo socialista, sente que a saúde esteja melhor Ninguém, no Alto Minho, sente que os serviços de saúde estejam melhor, ninguém, no Alto Minho, sente que o Hospital de Ponte de Lima e o de Viana do Castelo estejam melhor, como ninguém, no Alto Minho, sente que os centros de saúde estejam melhor! VV. Ex.as falam em muitos milhões mas a questão nuclear é que não é fundamental a quantidade, o que é fundamental é a qualidade, o que é fundamental, é gerir melhor, que é algo que o senhores nunca souberam fazer! Gerir bem, gerir com qualidade e ser capaz de saber que um escudo é um escudo e 1000 escudos são 1000 escudos é um hábito que o PS nunca teve! Por isso, as preocupações do Sr Deputado Fernando Moreno são as minhas preocupações

Por último, quero colocar ao Sr. Deputado Fernando Moreno a seguinte questão acha V Ex ª que a saúde no distrito de Viana do Castelo, cinco anos depois, está melhor do que estava, depois dos muitos milhões que o PS diz que investiu lá?

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Srs Deputados, estou a gerir os tempos como penso que é melhor Dado que estamos a chegar ao limite do tempo disponível para o período de antes da ordem do dia, penso que não haverá tempo para o Sr Deputado José Carlos Tavares formular a sua pergunta. Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Moreno para responder às questões já colocadas

O Sr **Fernando Moreno** (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado Rui Solheiro, esperava a sua intervenção e, independentemente daquilo que ela fosse, estava preparado para o felicitar por ser hoje o primeiro dia que V Ex ª vem a este Parlamento Mas agora tenho de dizer mais alguma coisa: lamento que tivesse começado tão mal!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O **Orador**: — O silêncio que tive enquanto vereador eleito pelo PSD não tem nada a ver com o meu silêncio enquanto Deputado, seja por que partido for – neste caso, o CDS-PP Não me envergonho desse passado e não é V. Ex.ª o primeiro a referi-lo, pois eu mesmo o faço muitas vezes. Como vereador, tinha as minhas competências e as minhas capacidades, e fui até onde pude e até onde consegui ir

O Sr. **João Sobral** (PS): — Onde o deixaram!

O **Orador** — Fiz o que pude e V. Ex.ª sabe o quanto fiz pela saúde a outros níveis, inclusivamente em algumas matérias relativamente às quais nós ainda temos «o livro aberto», como, por exemplo, no que se refere ao aterro sanitário do Vale do Minho.

Mas, Sr Deputado, de facto, no nosso distrito de Viana do Castelo, onde V Ex ª é presidente de câmara — e parece que com excelente desempenho, tenho de lho dizer, ..

O Sr. **Joel Hasse Ferreira** (PS). — Muito bem! Muito bem!

O **Orador**: — ... pelo que lamento que, como Deputado, me pareça que não está no mesmo caminho —, durante estes cinco anos não vi nada de positivo em termos de investimentos em saúde por parte do Governo, e com isto respondo também ao Sr Deputado Carvalho Martins

Há algumas melhorias muito pontuais, mas não há resposta aos problemas de fundo e não estão resolvidos os problemas da população V Ex ª sabe disso! Castro Laboreiro está a 130 km de Viana do Castelo — corrija-me se assim não for – e é aí que está o serviço de urgência médico-cirúrgica permanente mais próximo!

Sr Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, não queira que os castrejos andem 130 km para encontrar um serviço de urgência, pois isso não se admite numa sociedade moderna, isso não se admite no nosso país!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O **Orador**. — Eu diria mesmo isso não se admite no nosso distrito! Por isso é que me insurgi! Tive hoje o privilégio de fazer esta intervenção precisamente no primeiro dia em que V Ex.ª aqui está, mas espero que, nas próximas intervenções, tenhamos melhor consonância, para que me ajude também a fazer lembrar ao Governo que o Minho — e o Alto Minho, sobretudo — ainda é Portugal

Aplausos do CDS-PP

O Sr. **Presidente**. — Srs Deputados, chegámos ao fim do período antes da ordem do dia.

Eram 17 horas e 20 minutos

ORDEM DO DIA

O Sr **Presidente** — Sr Deputado José Magalhães, pede a palavra para que efeito?

O Sr **José Magalhães** (PS): — Sr Presidente, para interpelar a Mesa.

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra Sr Deputado.

O Sr. **José Magalhães** (PS) — Sr Presidente, a minha interpelação é no sentido que V. Ex ª, na sequência de contacto, já pré-anunciou. Ou seja, o meu grupo parlamentar tem necessidade de praticar um acto público, para o qual precisa de cerca de 15 a 20 minutos, pelo que propúnhamos que a sessão interrompesse agora e recomeçasse às 17 horas e 45 minutos

O Sr **Presidente**· — Srs. Deputados, há consenso neste sentido ou temos de votar?

O Sr **Octávio Teixeira** (PCP). — Peço a palavra para interpelar a Mesa, Sr Presidente.

O Sr **Presidente**. — Faça favor, Sr. Deputado

O Sr. **Octávio Teixeira** (PCP) — Sr. Presidente, queria saber se, daqui para o futuro, passa a haver consenso para todos.

O Sr. **Presidente** — A isso só os Srs. Deputados podem responder, eu não.

O **Orador**· — Mas não será por nós, Sr Presidente, que o Partido Socialista não dará a sua conferência de imprensa.

O Sr. **Presidente**: — Não há, então, oposição por parte de nenhum grupo parlamentar?

Pausa.

Não havendo oposição, recomeçaremos os nosso trabalhos às 17 horas e 45 minutos

Srs. Deputados, está suspensa a sessão

Eram 17 horas e 25 minutos

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 17 horas e 50 minutos

Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos Começo por pedir a um qualquer Sr Deputado socialista o favor tomar posição na primeira fila da bancada, porque não podemos continuar à espera que termine o acto público por que os Srs Deputados pediram a interrupção dos trabalhos

Srs Deputados, do primeiro ponto da ordem do dia de hoje consta da discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 140/VIII — Alteração à Lei da Nacionalidade (PSD)

Para introduzir o debate, tem a palavra a Sr ª Deputada Manuela Aguiar

A Sr.ª **Manuela Aguiar** (PSD) — Sr Presidente, Sr ªs e Srs Deputados· O PSD pretende rever a Lei da Nacionalidade com dois objectivos precisos primeiro, abreviar o processo de reaquisição da cidadania por portugueses de origem, que, pelo facto de naturalização em país estrangeiro antes da entrada em vigor da lei actual, tenham sido sujeitos a processo de declaração de perda de nacionalidade, segundo, proibir, futuramente, a declaração de perda da nacionalidade por esse mesmo facto, o que equivale a consolidar o direito à cidadania daqueles em relação aos quais essa declaração não tenha ocorrido

Carecendo, embora, de alterações pontuais, a Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro, é um notável documento jurídico, que, ao aceitar a ideia da plurinacionalidade, se tornou precursora de tendências que, só agora, se vão impondo na Europa Anote-se, por exemplo, o apoio que lhe dá, em 1996, o Parlamento Europeu, incitando os Estados-membros a facilitá-la para todos os residentes legais, ou o Conselho da Europa, que, só em Maio de 1997, a incorpora, de forma não vinculativa, na nova Convenção Europeia da Nacionalidade, o que também acontece na África e nas Américas, no Brasil, em Cabo Verde, na Venezuela

Permitam-me recordar que esse pioneirismo foi, afinal, uma resposta dos governos da Aliança Democrática a solicitações antigas, até aí incompreendidas e insatisfeitas, dos portugueses emigrados, que o Conselho das Comunidades Portuguesas, à data recém-criado, lhe veio colocar, com absoluta prioridade

Entre os expatriados, esta é comummente chamada «a lei da dupla nacionalidade», porque consideram como a mais relevante das suas disposições a que veio permitir a aquisição da cidadania do país de acolhimento sem perda da de origem Faculdade logo largamente utilizada, como o mostra o movimento de naturalizações em massa, nos Estados onde o mesmo sistema impera — é o caso paradigmático do Canadá

Neste período alargado de experiência vivida, poucas foram as vozes que se levantaram, entre nós, a pôr em causa a multinacionalidade, salvo nas linhas travessas de outras leis, como fundamento para excluir os binacionais do voto na eleição presidencial e, mais latamente, como pretexto para limitar o acesso dos emigrantes à participação política

Bem pelo contrário, o que alguns criticam é o não alargamento do seu âmbito temporal de aplicação, a fim de cobrir as situações herdadas do passado, ou seja, a sua não-retroactividade

Pertenci ao governo que iniciou, em 1980, os trabalhos preparatórios para a reforma da Lei da Nacionalidade e, por isso, não ignoro que a *vexata questio* da sua eventual retroacção foi uma das que mereceu mais rigorosa ponderação entre as razões aduzidas pelos que queriam ver restituído, *ex vi legis*, o direito da cidadania, porque considerado direito fundamental, e pelos que apontavam os riscos que comportava uma tal opção, incidindo sobre situações jurídicas subjectivas muito variadas e complexas e interagindo, no plano internacional, com sistemas jurídicos regidos pelo princípio da uninacionalidade

Não era, assim, sequer de excluir a hipótese da perda automática da segunda nacionalidade e, com ela, da segurança do estatuto de residência, pessoal e familiar

Na realidade, fora da América do Norte, as maiores das nossas comunidades transoceânicas encontravam-se no Brasil, na República da África do Sul e na Venezuela, que, ao tempo, rejeitavam, em absoluto, a admissibilidade da dupla cidadania e que entre si somavam, nas estatísticas oficiais, cerca de 2,2 milhões de emigrantes nossos Na Europa, era, e é, o caso da Alemanha ou da Suécia

Daí, a preocupação do legislador tanto em consagrar as soluções ideais do seu normativo apenas para o futuro, como em abrir uma via de transição fácil para o novo regime, a reaquisição da nacionalidade por simples declaração, deixada ao critério de cada um

Porém, na prática, o simples se fez complicado, nas malhas apertadas da nossa burocracia, e vimos assistindo a uma intolerável morosidade de processos, muito variável embora, de uma para outra área consular e que, a partir de

alguns países, chega a atingir de três a cinco anos e, às vezes, até mais

Eis porque nos propomos reformular o artigo 31 °, para que toda a tramitação processual iniciada no estrangeiro aí corra e se encerre no acto da inscrição consular.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD) — Muito bem!

A **Oradora**. — Não se trata, pois, de repristinar o regime anterior à Lei n ° 25/94, em que a inscrição consular *de per si* constituía meio probatório para o reconhecimento da nacionalidade — de modo algum! Aqui, a inscrição só será efectuada, após produzida a dupla prova do vínculo de uma cidadania pré-existente e do seu termo, por causa da aquisição voluntária da nacionalidade estrangeira

Fica, assim, delimitado o alcance da modificação a introduzir no artigo 31 °, com a precisão, repito, de que rege os casos em que haja sido oficialmente declarada a cessação dos laços da cidadania.

Na segunda das alterações constantes do projecto de lei, curamos daqueles que não sofreram as consequências da declaração de perda de nacionalidade, prevista no artigo 16.°, passando a redigir este inciso por forma a precludir, doravante, essa declaração, no que respeita a todos os que manifestam inequívoca vontade de se manter portugueses O nosso único objectivo é o de fazer com que o direito plasme a realidade da sua vivência! Tudo o mais é acessório e, naturalmente, negociável em sede de discussão na especialidade.

É o que pretende igualmente o Conselho das Comunidades Portuguesas, que, na reunião plenária de 1997, aprovou, por consenso, uma recomendação ao Governo, do mesmíssimo teor, que aguarda resposta há cerca de três anos.

Sr Presidente, Srs Deputados Solicito, assim, a vossa atenção para um problema que contende com a própria privação ilegítima do direito fundamental à cidadania de muitos emigrantes, decretada ao abrigo da Lei n ° 2098 e de legislação anterior, que revogámos e repudiámos.

Solicito o vosso apoio para a presente iniciativa, que deverá ser vista, essencialmente, como um reconhecimento da pertença destes portugueses à comunidade nacional Como reparação jurídica, devida e dada após prolongado compasso de espera, mas no tempo possível que acaba sendo o tempo certo

Aplausos do PSD

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr **Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia

O Sr **Telmo Correia** (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr ª Deputada Manuela Aguiar, vou fazer-lhe um pedido de esclarecimento muito breve, não sem antes a cumprimentar pela intenção deste projecto de lei, resultante da sua larga experiência nesta matéria, que muito respeitamos e que, desde o tempo do Dr Francisco Sá Carneiro, evidenciou em várias funções governativas, demonstrando, agora, o seu conhecimento

No entanto, registando a boa intenção deste seu projecto de lei, temos uma dúvida É que este projecto de lei visa fazer justiça a uma geração de portugueses que emigrou, designadamente nos anos 60, e que, por força de uma lei do Estado Novo, perdeu a nacionalidade portuguesa, uma geração de portugueses que teve de emigrar e que adquiriu a nacionalidade alemã, francesa ou outra como forma de integração nessas comunidades Ora, com isso, estamos de acordo A dúvida é que o artigo 16 ° do projecto de lei refere que não perderam a nacionalidade, quando o artigo 31 ° prevê a reaquisição Pode, pois, haver aqui uma dúvida

O Sr **Carlos Luís** (PS) — Há contradição!

O **Orador**. — E ainda que para nós seja inteiramente legítimo e justo que se faça justiça a esta geração de portugueses emigrantes, convém saber se fez alguma avaliação das consequências que isto terá, designadamente num momento em que pretendemos alargar o universo e a possibilidade eleitoral destes mesmos emigrantes.

São estas as duas questões que lhe coloco, não sem deixar de referir que esta sua iniciativa, podendo merecer alterações em sede de especialidade, é, do nosso ponto de vista louvável e registamo-la com apreço

O Sr **Presidente** — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Aguiar

A Sr ª **Manuela Aguiar** (PSD). — Sr Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, começo por agradecer as suas palavras e elogiar a sua compreensão daquilo que verdadeiramente está em causa no projecto de lei que apresentamos

Efectivamente, há toda a vantagem, para a integração dos emigrantes no país de acolhimento, na existência de uma lei que permita essa naturalização sem perda da nacionalidade portuguesa

Há, contudo, no que respeita àqueles que procederam à naturalização antes da entrada em vigor da nova lei, duas situações completamente diferentes. a daqueles em relação aos quais houve por parte dos serviços públicos oficiosamente uma declaração de perda da nacionalidade e a daqueles em relação aos quais isso se não verificou.

Quando tenha havido um registo de perda da nacionalidade, entendemos que é o artigo 31 ° que deve reger a matéria, sendo indispensável proceder à reaquisição da nacionalidade — ainda que consideremos que ela tenha sido ilegitimamente perdida, porque se trata de um direito fundamental! Importa, digamos, limpar esse registo.

Não assim quanto àqueles que, efectivamente, de jure, perderam a nacionalidade por força da lei anterior mas que não foram objecto de declaração da perda do vínculo da nacionalidade. Não lhe sei dizer quantos são estes portugueses, mas são inúmeros os que continuam a ter passaporte português, inscrição consular e, eventualmente, até estando registados no recenseamento para participarem em eleições. Em muitos casos, estes portugueses nem sequer sabem que perderam a cidadania portuguesa, porque a declaração de perda não lhes é necessariamente comunicada, e só se apercebem disso quando vão, por exemplo, pedir um qualquer documento, um bilhete de identidade ou um passaporte, às vezes até a nacionalidade para um filho. Quando descobrem que lhes retiraram a nacionalidade sentem-se indignadíssimos com a Pátria, com os Deputados, com os partidos, com todos nós!

Nestes casos a solução encontra-se no artigo 16 °. Para mim, esta é a mais importante das alterações, porque, na outra, na relativa ao processo de reaquisição, tentamos apenas que ele seja mais célere, podendo a nossa propos-

ta ser substituída por qualquer outra que assegure essa celeridade.

Já no referente à declaração de perda, julgo que a disposição que avançamos é insubstituível Interditemos, acabemos com a declaração de perda por parte dos funcionários da administração portuguesa. Ao fazê-lo, consolidamos a cidadania de todos esses portugueses, que, como referi, na maior parte dos casos — e por isso acho que nem devemos pôr muito o problema da quantidade dos que recuperam a nacionalidade! —, estamos já a considerar como tal Gozam, de facto, do estatuto de cidadania Nós pretendemos agora torná-lo irrevogável

O Sr. **Presidente** — Srs Deputados, vou agora dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Carlos Luís, após o que procederemos às votações agendadas para hoje

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Luís

O Sr. **Carlos Luís** (PS). — Sr. Presidente, Sr.as e Srs Deputados: O projecto de lei n.º 140/VIII, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, veio tarde Mas é caso para dizer que «mais vale tarde do que nunca»

O PSD vem «emendar a mão», tentando corrigir uma posição política por si assumida, enquanto governo, com a solução adoptada pelo artigo 31.º da Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro.

Estabelecia essa disposição que os cidadãos que perderam a nacionalidade portuguesa, nos termos da Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959, por terem adquirido voluntariamente outra nacionalidade estrangeira, poderiam adquiri-la mediante declaração, sendo capazes

O Regulamento da Nacionalidade Portuguesa, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, veio criar enormes dificuldades à reaquisição da nacionalidade portuguesa pelos cidadãos que a perderam, em razão da aquisição da nacionalidade de outro Estado.

Os cidadãos que, em tal quadro, queiram readquirir a nacionalidade têm de o requerer à Conservatória dos Registos Centrais ou, no caso de naturalização imposta por Estado estrangeiro, ao Tribunal da Relação de Lisboa O processo é instruído com requerimento e documentos de prova, a entregar na Conservatória dos Registos Centrais ou, conforme interpretação conjugado dos artigos 45.º e 47.º do referido Regulamento, em conservatórias de registo civil intermediárias ou nos consulados de Portugal.

Recebido o requerimento, o Conservador dos Registos Centrais decide ou opõe-se à reaquisição nos casos de simples naturalização Nos casos em que a naturalização foi imposta por Estado estrangeiro, o Conservador solicitará informação ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e, depois de a ter colhido, enviará o processo com todos os seus elementos ao Tribunal da Relação de Lisboa (artigo 45.º, n.os 2 e 3).

Na fase judicial do processo, aplicam-se os princípios dos artigos 25.º a 28.º do Regulamento, por força do disposto no artigo 45.º, n.º 4, do mesmo diploma Ou seja, o candidato à reaquisição da nacionalidade portuguesa ou faz prova de que tem uma «ligação efectiva à comunidade nacional» ou vê indeferida a sua pretensão de voltar a ser português

Esta engenharia, que é da autoria de um governo do PSD, presta uma excelente homenagem ao ditador Salazar, ao garantir não só a eficácia da norma punitiva da Base XVIII da Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959, que penalizava com a perda da nacionalidade portuguesa os cidadãos que adquirissem nacionalidade estrangeira, como a possibilidade de uma efectiva filtragem dos que pretendam regressar à comunidade que os portugueses constituem

A lei não define o que é uma «ligação efectiva à comunidade portuguesa» e as decisões dos tribunais sobre a matéria têm sido profundamente dispares, chegando ao ponto de considerarem que não tem ligação à comunidade portuguesa quem seja casado com cidadã portuguesa e com ela tenha cinco ou seis filhos portugueses

Mas mais grave do que isso é o quadro em que o Ministério Público pode deduzir oposição à reaquisição da nacionalidade portuguesa

A solução agora proposta é um remendo que não resolve a tremenda injustiça que a Lei da Nacionalidade, de 1981, assegurou, em homenagem à medida de exclusão imposta pela lei de Salazar.

Importa salientar que a Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro, com o formato que tem, e que lhe foi dado pelo Governo do PSD, mantém em vigor, no que à matéria respeita, o essencial da lei Salazarista. É que a referida Lei n.º 2098 estabelecia que quem adquirisse outra nacionalidade perdia a nacionalidade portuguesa (Base XVIII), mas estabelecia como sendo de registo obrigatório as declarações para a perda de nacionalidade (Base XL).

Tal lei esteve em vigor de 1959 a 1982, mas tem continuado a ser aplicada, o que conduz a enormes injustiças. Na prática, a perda da nacionalidade portuguesa, no sobredito quadro, não decorre imediatamente da lei, mas do registo e os registos da perda da nacionalidade continuam a ser processados sempre que se detectam situações de cidadãos que adquiriram outra nacionalidade no período de vigência da Lei n.º 2098. É isso que é extremamente injusto e discriminatório

Sr. Presidente, Srs. Deputados· Vejamos diversos quadros alternativos.

Primeiro quadro: os cidadãos que adquiriram outra nacionalidade antes da entrada em vigor da Lei n.º 2098 e relativamente aos quais não haja sido feito registo de perda da nacionalidade mantêm a nacionalidade portuguesa, porque se entende que essa lei não tem aplicação retroactiva e deixaram de se processar os registos de perda de nacionalidade

Segundo quadro. os cidadãos que adquiriram outra nacionalidade antes da entrada em vigor da Lei n.º 2098 e cuja perda de nacionalidade foi declarada depois desse diploma ter entrado em vigor perderam a nacionalidade e só a podem readquirir seguindo os complicados trâmites atrás referidos.

Terceiro quadro. os cidadãos que adquiriram outra nacionalidade mas cuja declaração de perda não foi registada, podem ter a sorte de, por descuido da administração, continuarem a ser portugueses;

Perante estes quadros, imagine-se a panóplia de desigualdades, de discriminações e de injustiças que se configuram no caso da aquisição originária de nacionalidade por parte de filhos de cidadãos portugueses (artigo 1.º da Lei da Nacionalidade de 1981).

Um outro elemento que é importante considerar é que, no quadro a Lei da Nacionalidade de 1981, a reaquisição da nacionalidade não repristina a nacionalidade originária. Bem pelo contrário, ela é uma forma de aquisição de nacionalidade por efeito da vontade, desde logo sujeita ao controlo prévio do governo, por via da informação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao controlo político-administrativo da Conservatória dos Registos Centrais

e à consequente promoção do Ministério Público junto do Tribunal da Relação de Lisboa

Um cidadão que nasceu em Portugal e que, acossado pela fome e pela miséria da ditadura, demandou outras terras e ali buscou a melhor forma de se inserir em outra comunidade, pode ver negados os direitos que a mesma lei reconhece aos filhos de cidadãos portugueses como ele, nascidos no estrangeiro de pais relativamente aos quais não tenha sido feita a sinistra declaração de perda de nacionalidade

O projecto de lei do PSD não só não resolve qualquer problema como, salvo melhor opinião, ainda agrava mais as injustiças e a discriminação a que a lei de 1981 conduziu

Dispõe a proposta um aditamento de um n.º 2 ao artigo 16 º, em que «Não são sujeitos a declaração de perda da nacionalidade portuguesa todos aqueles que, tendo adquirido voluntariamente outra nacionalidade antes da entrada em vigor da presente lei, manifestem por qualquer forma a vontade de manterem a nacionalidade portuguesa». Resulta desta solução que continuará a ocorrer a perda da nacionalidade portuguesa relativamente a cidadãos que adquiram outra nacionalidade, desde que eles não venham declarar que querem manter a nacionalidade portuguesa

É uma solução bárbara, pois ninguém de bom-senso imagina que ainda pode perder a nacionalidade portuguesa, apesar de ela sempre lhe ter sido reconhecida, por ter adquirido outra nacionalidade há 18 anos ou mais E é uma solução que, em más mãos, permitiria a «limpeza étnica», por via da promoção discreta do registo da perda da nacionalidade das pessoas que não convenham e do recenseamento das demais

Relativamente aos cidadãos cujo registo de perda de nacionalidade foi processado, prevê o projecto do PSD que eles possam readquirir a nacionalidade mediante declaração, que não se diz como será processada, mera inscrição no consulado ou comprovação da fixação de residência definitiva em Portugal

Sabendo-se como é dispersa a nossa rede consular e como é difícil, em alguns países, a prática de actos consulares, sabendo-se qual o nível de saturação das conservatórias do registo civil e, especialmente, da Conservatória dos Registos Centrais, conhecendo-se as injustiças geradas pela lei de 1981, parece-nos que só há uma solução que garanta a reposição do respeito pela igualdade dos cidadãos, que é a de encontrar uma medida legislativa que ponha termo, de imediato, ao registo das declarações de perda de nacionalidade operadas ao abrigo da Base XVIII, alínea *a*), da Lei n º 2098 e que declare a nulidade dos registos que foram processados com esse fundamento.

Sr. Presidente, Srs Deputados A Lei n º 2098, de 29 de Junho de 1959, punia com a perda da nacionalidade portuguesa os cidadãos que, voluntariamente, adquirissem uma nacionalidade estrangeira A Lei n º 37/81, de 3 de Outubro, passou a permitir aos nacionais portugueses a aquisição voluntária de outra nacionalidade O Estado não promoveu o registo da perda da nacionalidade de todos os cidadãos que adquiriram outra nacionalidade, no quadro da referida Lei n º 2098, continuando, quase 20 anos depois da revogação dessa lei, a processar registos desse tipo

Resulta dessa realidade a violação do princípio constitucional da igualdade, que em, muitos aspectos, é especialmente grave, com reflexo, nomeadamente na segunda geração

Sr Presidente, Srs. Deputados O PS, através do seu Governo, está a ultimar a proposta de lei que fará justiça nesta matéria

Este primeiro debate é útil para consciencializar o diagnóstico e mostrar a insuficiência da via proposta pelo PSD. Não impediremos, que a proposta de lei baixe à Comissão, mas é preciso mais e melhor. O PS garante que assim acontecerá!

Aplausos do PS

O Sr **Presidente** — A Sr ª Deputada Manuela Aguiar inscreveu-se para um pedido de esclarecimento, mas o Sr. Deputado Carlos Luís não tem tempo para responder. Como é que vamos resolver isto?

A Sr ª **Manuela Aguiar** (PSD) — Sr. Presidente, procurarei partilhar o meu tempo com o Sr Deputado Carlos Luís.

O Sr. **Presidente** — Então, repartimos o tempo, ficando cada um com metade

A Sr ª **Manuela Aguiar** (PSD) — Vou tentar, Sr Presidente.

O Sr. **Presidente**· — Muito bem, é bonito!
Tem a palavra, Sr ª Deputada Manuela Aguiar

A Sr ª **Manuela Aguiar** (PSD) — Sr Presidente, Sr. Deputado Carlos Luís, agradeço a suas palavras e a acalorada defesa que fez daquilo que nós propusemos. Isto é, acabemos com a sinistra declaração de perda da nacionalidade, acabemos com o sinistro registro de perda da nacionalidade!

O Sr **Luís Marques Guedes** (PSD) — Muito bem!

A **Oradora** — Essa é a mais importante das disposições do nosso projecto! É isso o fundamental!

Só há dois casos – *tertium non datur* —, o daqueles que perderam a nacionalidade por declaração de perda e o daqueles que não a perderam Em relação aos que a perderam, vamos procurar restituir a declaração de nacionalidade no mais curto espaço de tempo Isto é como que uma forma de retroactividade superveniente, porque se, há 20 anos, a lei fosse retroactiva, ela poderia retirar o direito da segunda nacionalidade a mais de dois milhões de emigrantes portugueses

Sr Deputado, como disse, muito obrigado pelas suas palavras, mas só lhe faço uma pergunta por que é que V. Ex ª ou o seu partido, não nos apresentaram, também, há mais tempo, um diploma no sentido de melhorar a lei?

O Sr **António Capucho** (PSD) — Ora aí esta!

O Sr **Luís Marques Guedes** (PSD) — Mas vêm a tempo!

Aplausos do PSD

O Sr **Presidente** — A Sr ª Deputada gastou um minuto do tempo de que dispunha, pelo que o Sr. Deputado Carlos Luís tem um minuto para responder Tem a palavra Sr Deputado

O Sr **Carlos Luís** (PS)· — Sr Presidente, Sr.ª Deputada Manuela Aguiar, muito obrigado

Li com muita atenção o relatório do Sr Deputado relator, Telmo Correia e ele é bem explícito, dizendo que há contradições na Lei n.º 37/81, da autoria do PSD e, agora, no novo projecto de lei, sobretudo no que respeita aos artigo 16.º e 31.º Existe uma contradição, em absoluto!

Portanto, o que pretendemos, Sr.ª Deputada, é que esta Câmara, com sentido suprapartidário, crie um quadro jurídico que permita que os portugueses que perderam a nacionalidade involuntariamente não deixem de ser portugueses, porque nunca manifestaram vontade nesse sentido Há milhares e milhares de portugueses, ninguém sabe ao certo quantos, que, pela via da Lei n º 2098 e da lei do PSD (Lei n º 37/81), perderam a nacionalidade portuguesa e que, ao apresentarem-se como portugueses numa conservatória ou num consulado, são informados pelo conservador ou pelo cônsul que deixaram de o ser Imagine esta situação! E este quadro foi criado pelo PSD, em 1981!

Por conseguinte, nós, através do Governo, iremos apresentar..

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, terminou o seu tempo.

O **Orador**. — Termino já, Sr Presidente

Dizia eu que nós, através do Governo, iremos apresentar uma proposta de lei que vai colmatar esta situação.

O Sr. **Presidente**· — Srs Deputados, vamos proceder às votações regimentais.

Há consenso no sentido de os projectos de lei n ºs 191/VIII — Lei de enquadramento do Orçamento do Estado (PSD) e 211/VIII — Lei de enquadramento do Orçamento do Estado (CDS-PP) serem votados apenas na próxima quinta-feira Portanto, estes dois diplomas não serão votados hoje.

Vamos passar à votação, na generalidade, da proposta de lei n º 28/VIII — Proíbe como contra-ordenação os espectáculos tauromáquicos em que seja infligida a morte às reses nele lidadas e revoga o Decreto n º 15 355, de 11 de Abril de 1928.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PCP e de 7 Deputados do PSD, votos contra do PSD, de Os Verdes, do BE, de 2 Deputados do PS e de 4 Deputados do CDS-PP e abstenções do CDS-PP, de 3 Deputados do PS e de 4 Deputados do PSD

Esta proposta de lei baixa à 1 ª Comissão

O Sr **Manuel dos Santos** (PS) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr **Presidente**. — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr **Manuel dos Santos** (PS) — Sr Presidente, para anunciar que apresentarei, na Mesa, uma declaração de voto justificativa da mudança do meu sentido de voto em relação a uma votação anterior que houve sobre este assunto

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, fica registado

O Sr **António Saleiro** (PS) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr **Presidente** — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr **António Saleiro** (PS) — Sr Presidente, para informar que apresentarei também na Mesa uma declaração de voto sobre esta proposta de descriminalização e que, em sede de discussão na especialidade, apresentarei um aditamento que permita a excepção para Barrancos.

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, a segunda parte veio a mais, porque não há declarações de voto com promessas de atitudes futuras

O Sr **Narana Coissoró** (CDS-PP): — Sr Presidente, peço a palavra.

O Sr **Presidente** — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr **Narana Coissoró** (CDS-PP) — Sr Presidente, como vários Deputados de diversas bancadas parlamentares tiveram sentidos de voto diferentes, pergunto se se pode fazer a contagem dos votos.

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, só poderei fazê-lo se 1/10 dos Deputados requererem a votação nominal De outra maneira é impossível, não posso fazê-lo, porque teria de fazer a contagem e a contagem só se faz nos casos de votação nominal, porque assim acordámos

O Sr **Narana Coissoró** (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr **Presidente** — Faça favor Sr. Deputado

O Sr **Narana Coissoró** (CDS-PP). — Sr Presidente, então, queria informar que apresentarei na Mesa uma declaração de voto

O Sr **Presidente** — Está registado, Sr Deputado

O Sr **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr **Presidente** — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr **Nuno Teixeira de Melo** (CDS-PP) — Sr Presidente, para informar que apresentarei também na Mesa uma declaração de voto

O Sr **Presidente** — Fica registado, Sr Deputado

O Sr **Artur Torres Pereira** (PSD) — Sr. Presidente, peço a palavra

O Sr **Presidente**: — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr **Artur Torres Pereira** (PSD) — Sr Presidente, é também para informar que apresentarei na Mesa uma declaração de voto

O Sr **Presidente** — Fica registado, Sr. Deputado

O Sr **Azevedo Soares** (PSD) — Sr. Presidente, peço a palavra

O Sr **Presidente** — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr **Azevedo Soares** (PSD). — Sr Presidente, também para informar que apresentarei na Mesa uma declaração de

voto, para que se saiba que votei contra a proposta de lei.

O Sr. **Presidente**· — Fica igualmente registado, Sr Deputado

Vamos, agora, proceder à votação, na generalidade, da proposta de lei n ° 29/VIII — Suspende a eficácia do Decreto-Lei n ° 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o novo regime da urbanização e edificação

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do PCP, do CDS-PP, de Os verdes e do BE e o voto contra de 1 Deputado do PS

Esta proposta de lei baixa à 4 ª Comissão.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD)· — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr. **Presidente** — Para que efeito, Sr Deputado?

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD) — Sr. Presidente, para lhe pedir que este diploma baixe à 1.ª e não à 4 ª Comissão, uma vez que a única matéria que está em causa, na especialidade, respeita a um problema de aplicação da lei no tempo, que é complexo De resto, já havia falado, previamente, com o Partido Socialista sobre isto

O Sr. **Presidente**· — Há consenso sobre isso?

O Sr. **Manuel dos Santos** (PS)· — Sim, isso foi acordado na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares

O Sr. **Presidente**· — Há consenso e, portanto, a proposta de lei baixa à 1.ª Comissão e não à 4.ª Comissão.

Srs. Deputados, vamos passar à votação, na generalidade, do projecto de lei n.° 34/VIII — Regulamentação das medicinas não convencionais (BE)

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor de Os Verdes e do BE e abstenções do PS, do PSD, do PCP e do CDS-PP.

O projecto de lei baixa à 8 ª Comissão

Tem a palavra o Sr Deputado Nuno Freitas

O Sr **Nuno Freitas** (PSD) — Sr Presidente, queria informar que entregarei à Mesa, por escrito, uma declaração de voto.

O Sr **Presidente** — Fica feito o registo, Sr. Deputado

Srs Deputados, agora, vamos votar, na generalidade, o projecto de lei n.° 78/VIII — Relatório anual sobre o estado da saúde (PSD)

Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS

Srs Deputados, dada a situação de empate, vamos proceder a uma segunda votação.

Submetido à votação, verificou-se um empate, tendo votado a favor o PSD, o PCP, o CDS-PP, Os Verdes e o BE e contra o PS.

Srs Deputados, tendo-se registado novo empate, ao abrigo do artigo 107.° do Regimento, o projecto de lei foi rejeitado

Passamos à votação, na generalidade, do projecto de lei n ° 204/VIII — Prescrição de medicamentos genéricos (CDS-PP)

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do CDS-PP e abstenções do PSD, do PCP, de Os Verdes e do BE.

Srs Deputados, agora, o Sr Secretário vai dar conta de vários pareceres da Comissão de Ética, que serão votados após a respectiva leitura

O Sr **Secretário** (José Reis) — Srs Deputados, a solicitação da Procuradoria da República da Comarca de Oeiras, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr António de Almeida Santos, a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no inquérito n.° 436/00.7 TAOER-P, que se encontra pendente naquela procuradoria

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr **Secretário** (José Reis) — Srs Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Fafe, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dr António de Almeida Santos, a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no processo n.° 240/97 — 2 ° Juízo, que se encontra pendente naquele tribunal.

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr **Secretário** (José Reis) — Srs Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial de Guimarães — 3 ° Juízo Criminal, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Luís Cirilo a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no processo n ° 143/2000, que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, está em apreciação.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr **Secretário** (José Reis) — Srs Deputados, a solicitação do Departamento de Investigação e Acção Penal — Distrito Judicial de Coimbra, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Carlos Encarnação a prestar depoimento, como testemunha, por escrito, no inquérito n ° 593/00.2 TACBR 5H

O Sr. **Presidente**: — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr **Secretário** (José Reis) — Srs Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Fafe, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado António Montalvão Machado a prestar depoimento, como testemunha, por escrito, no processo n º 240/97 — 2 º Juízo, que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr **Presidente** — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr **Secretário** (José Reis) — Srs Deputados, a solicitação da 5 ª Vara Cível da Comarca de Lisboa, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr. Deputado Menezes Rodrigues a prestar depoimento, como testemunha, no processo n º 2122/B — 2.ª Secção, que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr **Presidente**: — Srs Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

O Sr **Secretário** (José Reis) — Srs Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Valença, a Comissão de Ética decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Sr Deputado Fernando Moreno a prestar depoimento, como testemunha, por escrito, no processo n º 29/97, que se encontra pendente naquele tribunal

O Sr **Presidente** — Srs. Deputados, está em apreciação

Não havendo pedidos de palavra, vamos votar

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade

Srs Deputados, terminadas as votações, vamos continuar o debate do projecto de lei n º 140/VIII — Alteração à Lei da Nacionalidade (PSD).

Antes de dar a palavra, peço aos Srs Deputados que criem condições para prosseguirmos os nossos trabalhos

Pausa

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr. **António Filipe** (PCP) — Sr Presidente, creio que já há melhores condições para eu poder falar e para a Sr.ª Deputada Manuela Aguiar me ouvir, pois gostaria de me dirigir a ela enquanto proponente do projecto de lei em debate

Sr. Presidente, Srs Deputados O projecto de lei do PSD, apresentado pela Sr ª Deputada Manuela Aguiar, pressupõe a existência de um problema relativamente à nacionalidade de cidadãos que tiveram nacionalidade portuguesa

Creio que para equacionarmos a solução para esse problema importa verificar exactamente em que consiste o mesmo

Tanto quanto parece, o que acontece é o seguinte a lei da nacionalidade, entre 1959 e 1981, isto é, até à aprovação da Lei da Nacionalidade que presentemente vigora, considerava que perdiam a nacionalidade portuguesa os cidadãos que adquirissem outra nacionalidade. Portanto, durante esse período, houve vários cidadãos que, pelo simples facto de terem adquirido, por efeito da sua vontade, outra nacionalidade, perderam automaticamente e de forma administrativa a nacionalidade portuguesa.

Em 1981, a lei foi alterada e passou a dispor num sentido completamente diferente De acordo com a actual Lei da Nacionalidade, não há perdas de nacionalidade administrativas, só perdendo a nacionalidade portuguesa quem adquirir outra nacionalidade e declare que pretende deixar de ter nacionalidade portuguesa. A Lei da Nacionalidade que está em vigor desde 1981 diz, no seu artigo 8.º, que «Perdem a nacionalidade portuguesa os que, sendo nacionais de outro Estado, declarem que não querem ser portugueses»

Consta também deste diploma, concretamente do artigo 31 º, de que já falámos, que «Os que, nos termos da Lei n º 2098, de 29 de Julho de 1959, e legislação precedente, perderam a nacionalidade portuguesa por efeito da aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira podem adquiri-la mediante declaração (. .)», isto é, mediante declaração do próprio de que quer readquirir a nacionalidade portuguesa

Portanto, aparentemente, nos termos da lei, a situação está bem equacionada. Porém, os Srs. Deputados dizem, e terão razão, que na prática não é isto o que está a passar-se. Ora, se não é isto o que está a passar-se, convém verificar o que está a acontecer exactamente.

Disse o Sr. Deputado Carlos Luís que existe um regulamento que obstaculiza a reaquisição da nacionalidade portuguesa, havendo, portanto, uma prática administrativa ilegal Ilegal, repito! É isto o que está a passar-se!

Portanto, a questão que temos de colocar é a seguinte estando em vigor, desde 1981, uma lei que permite que, mediante simples declaração do interessado, a nacionalidade seja readquirida por quem a perdeu ao abrigo da lei anterior, por que motivo o governo do PSD fez aprovar e o Governo do PS mantém, há mais de quatro anos, um regulamento que obstaculiza a reaquisição da nacionalidade?

Os Srs Deputados Carlos Luís e Manuela Aguiar falaram, depois, numa realidade muito preocupante, que é a existência de declarações administrativas, tendo referido até a famigerada declaração de perda de nacionalidade.

Importa dizer claramente que essa prática administrativa é de uma flagrante ilegalidade Era importante que isso ficasse claro porque quem ler a Lei da Nacionalidade e tudo o que está escrito por especialistas em Direito da Nacionalidade verificará que não existe uma declaração exterior à vontade do próprio As declarações previstas na Lei da Nacionalidade são feitas pelo próprio, quer a declaração de perda de nacionalidade quer a declaração para a reaquisição da nacionalidade.

Portanto, importa apurar — e creio que esta Assembleia deveria fazê-lo com a maior urgência — o que está a funcionar ilegalmente no plano administrativo, criando uma situação que todos temos de reconhecer que é absurda. O problema existe e é preciso resolvê-lo!

O que é necessário verificar calmamente é se esta questão se resolve através de uma alteração à Lei da Naciona-

lidade ou através da revogação e substituição urgente de mecanismos administrativos que estão a emperrar o processo e que estão a constituir, objectivamente, um obstáculo à aplicação deste diploma

A solução que a Sr ª Deputada Manuela Aguiar propõe cria alguns equívocos, na medida em que se diz «Não são sujeitos a declaração de perda de nacionalidade ( )» Esta declaração de perda de nacionalidade não existe nos termos da lei portuguesa, pelo que não se deve reconhecer o que não existe mas, sim, corrigir uma prática ilegal, que, pelos vistos, está a verificar-se

Na segunda alteração à Lei da Nacionalidade que a Sr ª Deputada propõe diz-se que a nacionalidade portuguesa pode ser readquirida «a) mediante declaração ( ), b) Mediante mera inscrição no consulado. c) Por comprovação de fixação de residência ( )» Penso que as duas última alíneas criariam algumas confusões relativamente a realidades distintas uma coisa é o vínculo de residência outra coisa é o vínculo de nacionalidade.

Portanto, não se pode gerar uma situação em que se criem confusões entre realidades que são completamente diferentes ou em que alguém readquira a nacionalidade sem o pedir e o pretender O Estado português, assim como não pode administrativamente retirar a nacionalidade também não pode administrativamente atribuí-la

O que é preciso é criar um mecanismo em que se reconheça que a declaração do interessado é imediatamente registada e passa a ter todos os efeitos sem qualquer obstáculo de natureza administrativa, que é absolutamente ilegítimo e ilegal Portanto, valia a pena reflectirmos sobre qual é a solução para assegurar — não digo consagrar porque, no nosso entender, isso está legalmente consagrado — que o que está legalmente consagrado seja, de facto, levado à prática

A Sr ª Deputada Manuela Aguiar apresentou uma iniciativa quanto a um problema que existe na vida de compatriotas Como é evidente, reconheço-lhe esse mérito e ainda bem que o problema é aqui discutido Porém, salvo o devido respeito, a solução que propõe não nos parece ser apta para resolver este problema concreto Contudo, parece-me que a Assembleia da República não deve deixar de se pronunciar sobre este problema e de fazer o que está ao seu alcance para o resolver

Aplausos do PCP e do Sr Deputado do PS Carlos Luís

O Sr. **Presidente**· — O Sr Deputado Temo Correia pediu a palavra para formular um pedido de esclarecimento, porém o Sr. Deputado António Filipe só dispõe de 8 segundos para responder

O Sr **Telmo Correia** (CDS-PP). — Sr Presidente, o meu grupo parlamentar cede o tempo que o Sr Deputado António Filipe considerar necessário para responder ao pedido de esclarecimento

O Sr **Presidente** — Nesse caso, o problema está resolvido

Tem a palavra, Sr Deputado Telmo Correia

O Sr **Telmo Correia** (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Deputado António Filipe, gostaria de colocar-lhe uma pergunta breve

Sr Deputado, compreendo algumas das suas preocupações e devo dizer-lhe que, quando analisei o projecto de lei em debate, também se me suscitou essa questão: efectivamente, grande parte do problema é burocrático É uma questão burocrática que está a impedir ou a fazer com que demore imenso tempo a reaquisição da nacionalidade, levando a que os cidadãos não possam resolver este assunto

No entanto — e já saudei a Sr ª Deputada Manuela Aguiar por isso —, creio que a apresentação deste projecto de lei é, apesar de tudo, um contributo positivo para ajudar a resolver a questão Efectivamente, o problema começa na infelicidade da lei de 1959 e passa pelo facto de a lei de 1981 não o ter resolvido completamente. É tempo de tentarmos melhorar a lei e resolver o problema.

Se percebi o projecto de lei em debate — eventualmente, a Sr ª Deputada Manuela Aguiar terá ocasião ainda de se pronunciar sobre este ponto e de o esclarecer completamente —, a vossa intenção para evitar o problema burocrático é remeter a iniciativa desta matéria para os consulados, o que já ajudará a resolvê-lo

O Sr. **Carlos Luís** (PS) — Isso já existe!

O **Orador** — A mera devolução e o processo geral faz com que se chegue a várias situações, que me sensibilizaram para esta matéria, como as que estão descritas num rol enorme de cartas enviadas por emigrantes para o nosso grupo parlamentar Uma delas diz o seguinte·«Nasci em Portugal, vivi muitos anos em Portugal, mas perdi a nacionalidade portuguesa por força da lei de 1959, da lei do Estado Novo Foi uma enorme injustiça».

Algumas destas cartas terminam, do nosso ponto de vista, de uma forma sensibilizante É o caso da carta seguinte «Sou minhoto, vivi no Porto desde os 12 anos ( ) até 1961 ( ) morrerei português de coração Peço desculpa por qualquer erro de português que esta carta possa ter Peço-vos um bom trabalho em nossa defesa» Temos inúmeras cartas destas, dirigidas, designadamente, ao nosso líder parlamentar

Penso que este projecto de lei, com os acertos que resultem da análise em especialidade, para os quais o Sr Deputado certamente contribuirá, é um bom princípio para conseguirmos encontrar a melhor solução Por isso, Sr Deputado António Filipe, pergunto-lhe se, apesar de tudo, estaria ou não disponível para, com a sua eficiência jurídica que conheço desde os tempos da faculdade, encontrarmos, em especialidade, a melhor solução

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr **Presidente** — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe, reduzindo o tempo de intervenção de acordo com o que a gentileza exige nestes casos

O Sr. **António Filipe** (PCP)· — Sr. Presidente, não vou abusar da gentileza do Sr Deputado Telmo Correia, que já foi extremamente amável nas referências que me fez

Mas quero dizer-lhe, Sr Deputado, que, embora reconhecendo que o problema existe, achamos injusto dizer que ele decorre da Lei da Nacionalidade, porque ele procede de uma prática absolutamente abstrusa da Administração, tanto mais que a própria Lei diz que as declarações de nacionalidade podem ser prestadas perante os agentes diplomáticos ou consulares, sendo, neste caso, registadas oficiosamente. Não se compreende, pois, como é que, havendo um dever de registo oficioso, o registo não aparece!

6

Penso, portanto, que esta é uma prática absolutamente condenável por parte da administração consular portuguesa e que o Governo deve ser responsabilizado pela forma péssima como está a aplicar a Lei da Nacionalidade neste ponto.

Estamos disponíveis para tentar resolver o problema, mas parece-nos inadequada a forma como essa resolução é proposta, porque faz a introdução de conceitos jurídicos que não existem face à Lei da Nacionalidade portuguesa Por outro lado, também nos parece que a Lei da Nacionalidade portuguesa deveria ser repensada não apenas em aspectos de pormenor, mas até mesmo quanto à sua concepção geral. Creio que a questão não é discutida há muitos anos nesta Assembleia, pelo que valeria a pena uma discussão séria, por parte todos os grupos parlamentares, das grandes linhas da Lei da Nacionalidade portuguesa, que, do nosso ponto de vista, carecem de alguma reformulação

O Sr. **Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Luís Fazenda

O Sr **Luís Fazenda** (BE)· — Sr Presidente, começo exactamente por repetir as palavras do Sr. Deputado António Filipe, dizendo que é necessário — e é tempo! — um debate mais alargado sobre a Lei da Nacionalidade, não só sobre os seus conceitos, mas também sobre as inúmeras injustiças que existem, não só aquelas que hoje, aqui, se procuram reparar

Há situações insólitas de filhos de estrangeiros nascidos em Portugal que, devido a períodos legais, uns são portugueses e outros não. E não podemos ignorar também que, devido a longos anos de clandestinidade de imigrantes, não são verificados os prazos suficientes nos casos de filhos de estrangeiros, o que tem provocado, em cadeia, toda uma série de consequências negativas e discriminatórias para com seres nascidos em Portugal e que teriam, a justo título, a capacidade de aquisição da nacionalidade portuguesa Há ainda outras situações, tais como as que têm a ver com pessoas de ex-territórios sob administração portuguesa, cuja nacionalidade é hoje extraordinariamente equívoca, etc

Com esta iniciativa julgo que se procura reparar algumas injustiças Creio que na reaquisição da nacionalidade, se bem entendi o projecto de lei, a mera inscrição terá de ser sujeita a processo, a formalidades de processo e a garantias relativamente a essa matéria De qualquer modo, independentemente de ser da lei que deriva a má prática ou de ser a lei que impede a boa prática, creio que essa matéria pode vir a ser discutida e melhorada em sede de especialidade

Iremos, pois, viabilizar esta iniciativa exactamente para que possamos proceder a esse debate na especialidade, deixando um pouco para essa sede a discussão do passar de culpas, sobre o que foi feito na década do governo do PSD e o que não foi feito na semidécada do governo do Partido Socialista, porque o que realmente é necessário é encontrar uma solução

Sr. Presidente, cedo o tempo de que o meu partido ainda dispõe à Sr.ª Deputada Manuela Aguiar para que possa dar alguns esclarecimentos sobre esta matéria

O Sr. **Presidente**· — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr ª Deputada Manuela Aguiar

A Sr.ª **Manuela Aguiar** (PSD) — Sr Presidente, agradeço muito ao Sr. Deputado Luís Fazenda a sua gentileza, aproveitando para dar alguns esclarecimentos sobre esta questão

Em primeiro lugar, o que aqui nos ocupa é o problema dos portugueses de nacionalidade originária, dos emigrantes portugueses que se naturalizaram noutro país antes de 1981 E foi a estes que a lei retirou — a lei anterior, não só a Lei n.º 2098, de 29 de Julho de 1959, como toda a legislação anterior —, automaticamente, a cidadania portuguesa De jure, não têm, pois, a nacionalidade portuguesa e estão numa de duas situações. ou houve em relação a eles a declaração de perda da nacionalidade portuguesa, que não é ilegal porque está prevista no artigo 16 º da Lei da Nacionalidade, ou não houve. Se houve, entendo que se torna necessário um processo, o mais expedito possível — e pode ser o que referiu o Sr. Deputado António Filipe ou outro qualquer —, que apresse a reaquisição É isso que importa —, porque não se admite que o processo demore três, quatro, cinco ou sete anos, quando, por exemplo, a Itália dá a reaquisição da nacionalidade em duas ou três semanas Ora, é isto o que nós precisamos de fazer. Seja nos consulados ou seja aqui no país! Que esta situação fique bem clara!

Para aqueles que não foram sujeitos a processo de declaração de perda da nacionalidade — que só pode ser feita em relação aos que perderam a nacionalidade antes da entrada em vigor da nova Lei — o problema que se nos põe é este ou cruzamos os braços, obrigamo-los a comunicar que perderam a nacionalidade, faz-se o registo de perda, o tal registo a que o Sr Deputado Carlos Luís chama «o malfadado» ou coisa parecida,.

O Sr **Carlos Luís** (PS) — E é verdade!

A **Oradora** — É verdade, sim!

. ou interditamos doravante a possibilidade de fazer a declaração de perda de nacionalidade e, nesse caso, vários milhares de emigrantes, que vêm usando documentação portuguesa e actuando como portugueses, ficam com o seu estatuto de nacionalidade consolidado. É tão-só disto que trata o projecto de lei!

Eu sei que há muitas outras questões importantes, nomeadamente a da imbricação do jus soli com o jus sanguinis No entanto, se entendemos apresentar alterações pontuais da lei foi para que este problema específico pudesse ter uma muito rápida solução É gravíssima a situação de milhares de emigrantes portugueses! Mas estou perfeitamente de acordo que urge repensar outras disposições da Lei da Nacionalidade

O Sr **Luís Marques Guedes** (PSD)· — Muito bem!

O Sr. **Presidente** — Srs. Deputados, chegámos ao fim do debate do projecto de lei n.º 140/VIII — Alteração à Lei da Nacionalidade, apresentado pelo PSD.

Passamos agora à discussão, na generalidade, do projecto de lei n º 157/VIII — Garante a gratuitidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória (PCP).

Para introduzir o debate, tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita.

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs Deputados O projecto de lei que o Partido Comunista Português apresenta hoje a esta Assembleia tem como objectivo fundamental garantir de facto o que o texto constitucional já consagra como um direito.

O artigo 74 ° da Constituição da República Portuguesa assegura que «Todos têm direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar»

E acrescenta que incumbe ao Estado «Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito» e ainda «Estabelecer progressivamente a gratuitidade de todos os graus de ensino»

No que se refere a esta matéria, Vital Moreira e Gomes Canotilho consideram que «O direito ao ensino consiste, (. .) no direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar» e que este direito se analisa em dois aspectos «(.) garantia das condições para se poder frequentar a escola (existência de escolas próximas, transportes, gratuitidade, subsídios, alojamento, etc , garantia de iguais oportunidades de sucesso escolar ( )»

E relativamente à incumbência do Estado em assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito, direito que se mantém no actual texto constitucional, este facto implicará, por exemplo, «( ) a obrigação de criação de uma rede escolar de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de todas as crianças quanto à formação escolar de base (.)» e ainda «(..) a criação de condições para que a obrigatoriedade possa e deva ser exigida a todos (gratuitidade integral, incluindo material escolar, refeições e transportes)».

E é deste referencial teórico e constitucional que decorre o entendimento e o enquadramento que fazemos do nosso projecto

As despesas com a frequência da escolaridade obrigatória têm um enorme peso nos orçamentos familiares

É frequente, nos meses de Setembro e Outubro, ouvirmos a tradução monetária deste peso É o custo do início do ano lectivo, mesmo quando as opções de compra se reduzem exclusivamente à listagem dos manuais considerados indispensáveis

Estamos a excluir, à partida, todo o restante material didáctico, o obrigatório e o facultativo, cuja aquisição por parte dos pais e encarregados de educação dependerá das capacidades económicas ou da ausência delas

Estamos a excluir, à partida, todas as modalidades especiais e actividades de ocupação de tempos livres, que, apesar de constituírem parte da organização geral do sistema educativo, funcionam a expensas próprias da família

E estamos a excluir também, à partida, as despesas de transporte, de alimentação e alojamento, cujos apoios económicos só se concretizam quando as dificuldades do agregado familiar tocam os limiares da sobrevivência

E no nosso país, fruto do desordenamento generalizado de um território cada vez mais litoralizado e cada vez mais assimétrico e fruto também da ausência de uma rede escolar minimamente eficaz na resposta às necessidades da população escolar, o contingente de alunos deslocados dos seus locais de residência é uma realidade que progride de forma preocupante, gerando bolsas de violência e de exclusão, que emergem cada vez mais cedo no espaço da escolaridade obrigatória

No que se refere aos transportes, apresentámos, muito recentemente, um projecto de lei que garantia a instituição de um regime especial para jovens menores de 16 anos no acesso a serviços de transporte, saúde e cultura.

Assim, ao propormos um preço reduzido para passes e outros títulos de transporte tivemos como objectivo não só facilitar a frequência escolar mas também o acesso a actividades culturais, desportivas ou recreativas em geral.

O Sr **António Filipe** (PCP) — Muito bem!

A **Oradora** — Mas esta Assembleia não considerou então prioritário a aprovação de um mecanismo facilitador do cumprimento do direito à educação e à cultura

Hoje propomos uma outra medida, também ela prosseguindo objectivos similares· a democratização do ensino, criando condições de promoção do sucesso escolar e educativo de todos os alunos

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Sr Presidente, Sr ª Deputadas e Srs. Deputados, é insuficiente afirmar pela palavra a importância estratégica que a educação assume no desenvolvimento harmonioso e integral dos indivíduos, considerando-a ora paixão, ora prioridade principal do País, quando pelos actos da governação se concretizam políticas que pouco mais fazem do que confirmar atrasos acumulados e fragilidades conhecidas e reconhecidas

É insuficiente dizer-se da importância da criação de condições de igualdade real de oportunidades de acesso e de sucesso educativo para todos os portugueses e pouco fazer para implementar um conjunto de medidas que promovam o acesso à escola, independentemente da origem sócio-económica e sócio-cultural das crianças e dos jovens, independentemente da região do País onde nasceram ou onde vivem

O Sr **António Filipe** (PCP)· — Muito bem!

A **Oradora** — E são estas as razões que justificam o nosso projecto A gratuitidade dos livros escolares para toda a escolaridade obrigatória enquadra-se plenamente nos instrumentos legislativos que ordenam o nosso sistema educativo, quer o observemos no âmbito da Constituição da República Portuguesa quer o analisemos, de forma mais particular, no texto da Lei de Bases do Sistema Educativo

Sr Presidente, Sr ª Deputadas e Srs. Deputados, estamos convictos que vos propomos a realização de mais um passo para a democratização do acesso e do sucesso educativos.

Estamos convictos que muitas outras medidas, algumas em vigor e outras ainda por implementar, podem acrescentar mais valia ao edifício da concretização, de facto, da escolaridade obrigatória

Porque não chega determiná-la por decreto ou consagrá-la constitucionalmente, é preciso ter vontade de a querer, é preciso ter vontade de a fazer.

É por isso que consideramos indispensável também o incremento do apoio social escolar em todos os níveis da escolaridade obrigatória, com crescimento considerável das capitações para atribuição dos respectivos apoios e dos montantes limite previstos para as diversas áreas.

É por isso que consideramos indispensável também a criação de incentivos e de apoios financeiros familiares, com vista a permitir o cumprimento da escolaridade obrigatória, introduzindo-se medidas de responsabilização das famílias por esse mesmo cumprimento.

É por isso que consideramos indispensável também a garantia de transportes, alojamento e alimentação para os alunos que, vivendo afastados da escola ou por outros motivos, careçam, total ou parcialmente, desses benefícios sociais.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A **Oradora**: — Por fim, gostaria de, antecipadamente, responder aos Srs. Deputados e às Sr.as Deputadas que estão efectivamente preocupados com a gratuitidade dos manuais escolares, mas que consideram injusta esta medida pelo facto de ela poder abranger, à partida, todas as crianças e jovens, independentemente das suas condições económicas. Esta matéria de discriminação positiva resolve-se, com eficácia, eficiência e vontade política, no âmbito do sistema fiscal.

Vozes do PCP — Muito bem!

A **Oradora**: — O nível de fiscalidade em Portugal é dos mais baixos da União Europeia. Simultaneamente, a carga fiscal é demasiado pesada para inúmeros cidadãos que pagam impostos. A carga fiscal é profundamente iníqua, é escandalosa a inoperacionalidade para combater a insustentável evasão fiscal e o regime dos benefícios fiscais está transformado numa política de favores ilegítimos às aplicações financeiras e especulativas.

Por isso, temos vindo a propor uma reforma fiscal que alivie os que vivem dos rendimentos do trabalho, que tribute os rendimentos e mais valias do capital e que penalize os infractores

Consideramos que a reforma fiscal é indispensável a uma maior justiça social e é também indispensável à concretização, por parte do Estado, das suas responsabilidades sociais, por exemplo, na área da educação.

Não podemos inviabilizar uma medida constitucionalmente possível e socialmente necessária — a gratuitidade dos manuais escolares para a frequência da escolaridade obrigatória — em nome de uma falsa justiça e de uma solidariedade caritativa, porque não há coragem nem vontade políticas para tomar decisões que inviabilizem privilégios e benesses injustificáveis e simultaneamente permitam uma mais justa e equitativa repartição da carga fiscal.

Aplausos do PCP

O Sr. **Presidente** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Zorrinho.

O Sr **Carlos Zorrinho** (PS). — Sr. Presidente, a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita fez uma intervenção bastante alargada — não alargada no tempo, mas na temática —, com assuntos variados De qualquer modo, vou centrar a minha questão no projecto de lei em discussão

Sr.ª Deputada, embora por vezes digamos o contrário, a verdade é que os problemas complexos raramente têm soluções simples. O seu grupo parlamentar e a Sr.ª Deputada fizeram um esforço meritório para encontrar uma solução simples para um problema muito complexo, mas manifestamente não o conseguiram. E não o conseguiram — não obstante ter tentado responder-me a priori —, desde logo no plano dos valores, porque o vosso projecto de lei não respeita, de facto, a equidade, trata de igual forma ricos e pobres. E a justiça não é sobreponível, a justiça fiscal pode ser somada à justiça na distribuição destes recursos no domínio da educação.

E não o conseguiram também porque o projecto não avalia minimamente os efeitos colaterais desta medidas, os quais têm de ser ponderados — podem ser maiores ou menores, mas têm de ser ponderados —, já que são significativos num sector importante da nossa economia: o sector da concepção de manuais escolares, de edição de manuais escolares, da distribuição de manuais escolares É importante! Isto não quer dizer que obste a esta medida, mas tem de se avaliar antes de se propor uma medida deste tipo.

É por isso que o Governo aborda este problema complexo com a preocupação de estudar os seus vários impactos. Como tal, assumiu um compromisso razoável, que é o de, até ao final desta Legislatura, dar uma resposta ao problema, que é efectivo, do peso excessivo do custo dos manuais escolares em orçamentos familiares, nomeadamente nos das famílias com menos recursos

É por isso também que o PS considera extremamente positivo, ouvindo a Sr.ª Deputada e conhecendo a filosofia do seu projecto de lei, poder contar com o vosso apoio para concretizar o esforço feito pelo Governo, tendo em atenção os vários impactos deste processo.

Gostaria também de saber — a uma parte da questão já respondeu, mas gostaria que comentasse o meu contra-argumento — o que o PCP pensa fazer, em primeiro lugar, para conseguir que uma medida que visa trazer justiça seja, de facto, socialmente justa do ponto de vista dos rendimentos, tendo a ideia de que a justiça fiscal se pode somar a outro tipo de justiça, no caso concreto a redistributiva, e, em segundo lugar, para minimizar os impactos colaterais no sector livreiro

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Luísa Mesquita, para responder

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP). — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Zorrinho, o Sr Deputado não colocou exactamente questões. Foi muito claro, tendo colocado questões que já havia colocado anteriormente e em relação às quais já tinha ouvido a resposta na minha intervenção Portanto, efectivamente, não colocou questões.

Já quanto às reflexões que fez acerca da minha intervenção, há algumas respostas que lhe posso dar.

Quanto aos efeitos colaterais, Sr. Deputado, é óbvio quais serão os efeitos colaterais de um projecto de lei desta natureza, se for aprovado São de sucesso e êxito escolares para todos os jovens que possam usufruir de uma medida desta natureza Toda a gente reconhece que estes são os únicos efeitos colaterais

De tal maneira isto é tão bem reconhecido pelo Governo que, na anterior Legislatura, em todas as medidas que tomou nesta área, sabendo que, de algum modo, eram onerosas a nível do leite escolar, da alimentação, dos transportes escolares, do alojamento, da prevenção e seguro escolar e do apoio à saúde escolar, remeteu as modalidades de aplicação global para as câmaras, para o poder local, exactamente reconhecendo, Sr Deputado, que estas medidas eram fundamentais para o «tal» êxito escolar Não teve foi capacidade para, em termos da administração central, fazer as respectivas transferências financeiras de forma a que as câmaras pudessem responder a estas questões, mas transferiu-as por inteiro.

Não sei se o Sr. Deputado está interessado, de facto, em ouvir as minhas explicações.

O Sr. **Carlos Zorrinho** (PS) — Estou a ouvir, Sr.ª Deputada

A **Oradora**: — Estava convencida de que o Sr Deputado tinha as respostas, não queria era aceitá-las.

Relativamente às outras questões, as únicas que ficaram na dependência da administração central, e que têm a ver com os livros e outro material escolar, com as actividades de complemento curricular, com o alojamento no ensino não básico e com as propinas que já existem no ensino secundário, o Governo do Partido Socialista nada fez.

Portanto, Sr Deputado,

O Sr **Presidente**· — Sr ª Deputada, terminou o seu tempo

A **Oradora** — Vou terminar, Sr Presidente, dizendo que o nosso apoio é total e, por isso, precisamos do voto do Partido Socialista para que o nosso projecto de lei possa descer à Comissão respectiva a fim de ser discutido na especialidade e discutido simultaneamente com a iniciativa do Governo, que, espero, seja célere

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, para assistirem ao debate que está a decorrer, chegaram recentemente ao Plenário um grupo de 60 alunos da Escola do 1 ° Ciclo do Ensino Básico de Igreja, Vila Chã, Vila do Conde. Vieram de muito longe Um carinho para eles.

Aplausos gerais, de pé.

Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr ª Deputada Isabel Sena Lino.

A Sr ª **Isabel Sena Lino** (PS) — Sr. Presidente, Srs Deputados· A escolaridade obrigatória tem sido uma conquista permanente, cujos benefícios se traduzem na elevação do nível de formação da população portuguesa, especialmente das famílias mais carenciadas económica e culturalmente Esta obrigatoriedade, como é sabido, pretende garantir que todos possam aceder ao domínio dos códigos sociais e aos instrumentos fundamentais de integração na sociedade, com a dignidade da plena cidadania

A Constituição da República é clara quanto à responsabilidade do Estado em assegurar o acesso de todos os cidadãos ao conhecimento e ao saber. O alargamento da escolaridade obrigatória foi um passo importante, justamente na actualização das necessidades quanto à formação das pessoas, quer por razões de incremento dos direitos individuais, quer por razões estratégicas de desenvolvimento do País, percorrendo-se, desse modo, etapas gradualistas quanto ao desenvolvimento dos princípios constitucionais sobre cultura e ensino

O actual Governo, no seu programa, propõe-se fazer até ao final da Legislatura, e cito a «revisão do enquadramento legal da política do livro escolar, com garantia da gratuitidade dos livros e materiais didácticos, nos primeiros quatro anos de escolaridade, de modo gradual e concertado com os parceiros do sector»

Ora, esta posição vem na sequência do desenvolvimento de uma política de reforço sucessivo dos direitos das famílias, de forma gradualista, como necessariamente se devem realizar as acções neste domínio São passos seguros, que, por isso mesmo, se tornam em aquisições sociais tranquilas

Este compromisso político tem subjacente uma outra realidade social, representada pelo conjunto dos parceiros nesta área, que extravasam a escola e que se materializam nas diversas actividades económicas que se desenvolvem em torno dos manuais escolares Tomar medidas desgarradas desta realidade incontornável seria não compreender o País e muitas das actividades geradores de emprego que ficariam em grave risco de sobrevivência Há, pois, que identificar e negociar a implementação daquele compromisso programático do Governo

Contudo, é preciso dizer que hoje em dia os alunos cujas famílias têm carências económicas já têm o acesso aos manuais e outro material escolar de forma gratuita ou comparticipada pela acção social escolar Aliás, já está para publicação no Diário da República o despacho que define os valores para o próximo ano, cujos cálculos contemplam aumentos superiores aos da inflação

Vozes do PS — Muito bem!

A **Oradora** — A elaboração dos manuais escolares respeita, antes de mais nada, os programas escolares que naturalmente lhe são preexistentes Por sua vez, os programas escolares têm uma duração de quatro anos nos 1.° e 2.° ciclos do ensino básico e de três anos no 3 ° ciclo do ensino básico e no ensino secundário Para que os editores possam corresponder em tempo útil, os programas ou as alterações têm de ser publicados com uma antecedência de 18 meses relativamente ao momento da sua aplicação

O modo de aparecimento e a utilização do manual escolar são dados importantes para que seja possível compreender o seu ciclo de vida e, por essa via, melhor se perceber a necessidade, quer de negociar com vários parceiros, quer a implementação gradualista da sua gratuitidade Governar é tomar decisões exequíveis e que possam reforçar a coesão social

A progressiva e gradual aplicação da gratuitidade aos manuais escolares justifica-se que se inicie pelos primeiros quatro anos de escolaridade, ou seja, pelo 1.° ciclo do ensino básico

O Sr **Carlos Zorrinho** (PS) — Muito bem!

A **Oradora**· — Desde logo, porque este ciclo tem uma menor diversificação de livros e a sua distribuição é mais simples, independentemente do modo que venha a ser adoptado para a sua aquisição

De facto, para os ensinos básico e secundário existem manuais no mercado praticamente para todas as disciplinas e áreas disciplinares, mas a sua efectiva utilização não é usual em algumas disciplinas do ensino básico, como são o caso da expressão musical, da expressão e educação dramática e outras Mas utilizam sempre manuais escolares as disciplinas de estudo do meio, da língua portuguesa e da matemática.

E à medida que o aluno vai progredindo na escolaridade obrigatória aumenta e diversifica-se de modo significativo o número de manuais escolares e, no 3 ° ciclo, chega aos nove manuais

Mas, em contrapartida, existe maior oferta de manuais escolares no primeiro ano de cada ciclo do ensino básico, oferta que diminui nos anos seguintes Por exemplo, para a língua portuguesa, para o 1 ° ano do 1.° ciclo, existem 32 manuais diferentes no mercado e no 4.° ano do mesmo ciclo baixa para metade, 16

Contudo, trata-se de um momento especial da progressão no sistema educativo, onde a aplicação gradual da gratuitidade deve verificar-se sem demagogias

Sr Presidente, Srs Deputados O PCP propõe a gratuitidade de todos os manuais escolares para toda a escolaridade obrigatória, fundando-se numa leitura desgarrada do conceito da gratuitidade inscrito na Constituição. Ou seja, o referente constitucional da gratuitidade reporta-se à obrigação do Estado em oferecer uma rede pública de ensino, cuja frequência é gratuita.

É claro que as condições económicas e o estádio de desenvolvimento do País poderão favorecer uma extensão, para nós o mais possível, das condições de frequência na escolaridade obrigatória Mas pretender aplicar a gratuitidade dos manuais escolares aos nove anos de escolaridade, sem mais, constitui um acto de verdadeira demagogia, porque todos temos consciência da sua inexequibilidade perante as condições concretas do País Seriam meio milhão de alunos abrangidos de uma só penada, cujos cálculos de encargos financeiros nem o próprio partido proponente é capaz de realizar

Vozes do PS — Muito bem!

A **Oradora** — Para além de outras implicações sociais que não estão avaliadas

Não podemos esquecer que, em poucos anos, este Governo tem vindo a implementar medidas estruturantes do sistema, no duplo sentido de aprofundar a justiça social e realizar as condições para o desenvolvimento, como é caso paradigmático o alargamento da rede pré-escolar, cuja componente educativa é gratuita

Por isso, é nosso entendimento que o projecto de lei que agora debatemos não deverá acolher posição favorável da Câmara

Aplausos do PS

O Sr **Presidente** — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr Deputado Luís Fazenda

Estou certo de que dará parte do seu tempo à Sr ª Deputada Isabel Sena Lino para lhe responder

O Sr **Luís Fazenda** (BE) — Sr Presidente, darei com o maior gosto

Sr ª Deputada Isabel Sena Lino, a sua intervenção suscita o meu pedido de esclarecimento Penso que na última campanha eleitoral para a Assembleia da República todos ouvimos o Sr Primeiro-Ministro falar da gratuitidade dos livros escolares para a escolaridade obrigatória Não sei como é que, hoje, a Sr ª Deputada fala, a propósito de um projecto de lei do PCP, de medidas desgarradas

Desgarrada, aliás, foi uma palavra recorrente no seu discurso, visto que foi considerando tudo mais ou menos desgarrado, desde a Constituição até às promessas do Sr Primeiro-Ministro na última campanha eleitoral

A minha pergunta é muito clara tendo em conta essa promessa, como é que o «desgarrado» vai ficar «agarrado», ou seja, como é que caminhamos para um ensino tendencialmente gratuito previsto na Constituição? Afastar agora o projecto de lei proposto pelo PCP pode ser um acto político, mas o Partido Socialista adoptou compromissos públicos e não me parece que seja desta forma que se possa «sacudir a água do capote»

O Sr. **Presidente** — Tem a palavra a Sr ª Deputada Isabel Sena Lino, para responder

A Sr ª **Isabel Sena Lino** (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado Luís Fazenda, penso que o Primeiro-Ministro, quando falou nesse compromisso, não poderia ir contra o seu próprio Programa do Governo

O Sr **Bernardino Soares** (PCP) — Sabe-se lá!

A **Oradora** — E no Programa do Governo do Partido Socialista está aquilo que já citei, que é a revisão do enquadramento legal da política do livro escolar com garantia da gratuitidade dos livros e materiais escolares nos primeiros quatro anos de escolaridade, de modo gradual e concertado com os parceiros do sector

Vozes do PS — Exactamente!

A **Oradora** — Parece-me que estas medidas têm de ser feitas com gradualismo, são medidas negociadas, não se pode ignorar .

A Sr ª **Luísa Mesquita** (PCP) — Ó Sr ª Deputada!

A **Oradora** — O PCP só vê o problema do insucesso, mas tínhamos de ver outras injustiças que se iriam criar, nomeadamente aos editores, aos livreiros, a pequenas empresas, o problema do desemprego Por isso, todas estas medidas têm de ser feitas com gradualismo

Relativamente ao 1 º ciclo, este problema vai ficar resolvido Quanto ao 2 º e 3 º ciclos, essa injustiça já está a ser resolvida mediante o que a acção social escolar já distribui aos mais necessitados

Penso que o PCP deve ter, com certeza, feito um estudo económico, apesar de não estar referido na sua fundamentação, mas considero que o que propõe é uma perfeita aventura Na realidade, temos de ir com passos seguros, graduais, e é por isso que esta política do Governo, para que não haja mais injustiças, aponta para uma primeira fase que vai ficar concluída nos primeiros quatro anos

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr **Presidente** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr Deputado David Justino

O Sr **David Justino** (PSD) — Sr Presidente, a demagogia do Sr Primeiro-Ministro, nomeadamente em campanha eleitoral, não nos surpreende, já estamos habituados

Mas que o Partido Comunista Português queira secundar e apoiar, eventualmente até ultrapassando os limites, essa mesma demagogia, por vezes é que surpreende, e não se torna tão fácil quanto isso

O Partido Social Democrata estaria numa posição relativamente fácil de secundar a iniciativa do Partido Comunista Português, mas devo desde já dizer que não o fazemos, não deixando, porém, de reconhecer algumas das dificuldades que milhares de famílias portuguesas enfrentam relativamente aos custos a suportar para manter os seus filhos no sistema de ensino E, nessa perspectiva, gostaria de chamar a atenção para dois aspectos

Em primeiro lugar, as condições de sucesso escolar não estão meramente dependentes da gratuitidade dos livros Penso que a Sr ª Deputada não disse isso, mas esta relação quase directa entre sucesso escolar e gratuitidade dos manuais escolares é algo que não existe, não está demonstrada e duvido que a vossa certeza relativamente aos efeitos possa ser assim tão evidente quanto fizeram crer

Em segundo lugar, julgo que seria muito mais importante e acolheria, da nossa parte, um maior apoio se, por acaso, o Partido Comunista Português quisesse propor medidas de reforço da acção social escolar não só relativamente aos manuais mas ao conjunto dos recursos dos materiais escolares, indispensáveis para que as famílias mais carenciadas pudessem aliviar no seu orçamento esta mesma despesa

Existe um sistema de acção social escolar e o Partido Social Democrata apresentará, em breve, uma proposta relativamente a alguns dos recursos educativos, que, julgo, de forma progressiva, deverão merecer objecto dessa acção social escolar, mas penso que o carácter universal desta gratuitidade do livro não é um factor que implemente uma situação de justiça, mas claramente de injustiça E é injustiça porque não o discutimos em absoluto, mas discutimo-lo atendendo à situação em que vive não só o País mas também em que vivem milhares de famílias

Vamos garantir a gratuitidade dos manuais escolares quando dezenas de milhar de famílias pagam mais por mês na rede pré-escolar, nomeadamente na comparticipada, do que o que se paga de propinas por ano numa universidade? Esta é que é a verdadeira injustiça, e era sobre esta, nomeadamente em relação ao fundamento das verdadeiras despesas e encargos, que gostaria de ver o Partido Comunista Português apresentar propostas! E o Sr Deputado pode crer que

O Sr **Bernardino Soares** (PCP) — O PSD apresentar propostas, nem pensar!

A Sr ª **Luísa Mesquita** (PCP) — Na altura não votam, mas essa questão é outra!

O **Orador** — O PSD apresentará as propostas a seu tempo

Não creio que, no caso dos manuais escolares, esta seja a melhor via Estamos dispostos a viabilizar este diploma, para discussão em especialidade, em comissão, mas devo dizer, desde já, que discordamos profundamente do princípio aqui enunciado

Por último, gostaria também de manifestar a minha preocupação no que diz respeito à necessidade da melhoria das condições ao nível da acção social escolar Esse é o investimento que o Partido Social Democrata gostaria de fazer, nomeadamente em relação aos casos que, manifestamente, são carenciados e não àqueles que, na verdade, a universalidade acaba por esconder

Aplausos da Deputada do PSD Manuela Ferreira Leite

O Sr **Presidente** — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Rosado Fernandes

O Sr **Rosado Fernandes** (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados Embora não tenha a pretensão de ser um hermeneuta bíblico, a verdade é que, de facto, a alínea *a*) do n º 2 do artigo 74.º da Constituição estabelece que incumbe ao Estado «Assegurar o ensino básico universal, obrigatório e gratuito» Os sábios da escritura poderão encontrar várias explicações para este artigo, mas o que ele diz é isso mesmo, que é gratuito

O Sr **Bernardino Soares** (PCP) — Muito bem!

O **Orador** — Se custa? Custa, com certeza! Custa muito dinheiro? Com certeza! Mas há muitas coisas que custam muito dinheiro e que são inúteis e há coisas que custam muito dinheiro e que são úteis

Julgo que combater, em Portugal, aquilo que agora se chama, macaqueando o inglês, a «iliteracia», e a que os franceses chamam «iletrismo», não tem preço E não estou a fazer demagogia, sei que não tem preço!

Sei que, neste momento, estamos a perder lugares na economia, que devíamos ter, porque, de facto, não temos a qualidade de mão-de-obra que devíamos ter, devido ao descuido, durante anos, de sucessivos governos — e não quero acusar ninguém nem medir forças com algum partido, isso não me interessa

Mas uma coisa é certa se não combatermos isso, não há qualquer dúvida de que Portugal não estará no seio das nações a «pedalar no pelotão da frente», que é uma imagem ciclística, muito utilizada, por exemplo, pelo Dr Cavaco Aprecio muito a bicicleta, é um exercício muito bom para os trigémeos, de qualquer maneira, julgo que, sem haver um investimento exactamente nas crianças que estiveram a assistir, nas galerias, de forma a que não saiam estropiadas E que o problema não é o insucesso, o problema é o abandono, porque junta-se ao insucesso o abandono

Efectivamente, já tive ocasião de constatar quanto custa a uma família de parcos recursos comprar todos os manuais, alguns de péssima qualidade, e ficamos chocados com o preço que isso custa a uma família, que agora vai ter de pagar mais juros para amortizar a dívida casa, para amortizar a dívida do carro — se o tiver — ou qualquer outra coisa que tenha comprado, pelo que somos, sinceramente, a favor do projecto

É evidente que o projecto de lei do Partido Comunista Português também prevê o reembolso Portanto, há possibilidade de existir uma regulamentação que obrigue as pessoas a reembolsar

No que diz respeito à injustiça fiscal, não é preciso acabar com o sigilo bancário para saber quem não paga impostos! Qualquer fiscal das Finanças sabe, toda a gente sabe quem não paga impostos, toda a gente vê que aqueles que pagam impostos e que caiem na asneira de os pagar são fiscalizados todos os anos! Toda a gente sabe que aqueles que andam na candonga, e que toda a gente verifica que andam na candonga, não pagam impostos! Porquê?! Não sei!

Também sei que quando é feita uma avaliação pelo IRS, há empresários que têm alguns recursos e que têm os filhos nas escolas sem pagar nada! Também se sabe isso! Portanto, não vale a pena estarmos com mentiras Eu pago os estudos da minha filha, e com gosto, porque posso pagar, mas sei que há quem não possa

O que penso ser importante, e que me preocupa, é que isto, depois, não se transforme num negócio para o Ministério! E quanto a essa questão penso que o projecto do Partido Comunista Português é um pouco inocente, na medida em que, depois, não garante quem é que vai aprovar os livros, quem é que vai apreciar os livros, quem é que vai editar os livros, podendo ser fonte de alguma fraude nesta sociedade, que, entretanto, se tem habituado, nada mal, a traficar!

Portanto, pela nossa parte, estamos dispostos a permitir que o projecto do PCP baixe à Comissão para ser discutido na especialidade Digo-o sem qualquer espécie de rebuço, porque, de facto, penso que há uma grande luta a travar, que nem é no ensino superior, mas, principalmente, no básico, sendo sobretudo aí que as crianças são estropiadas pelo mau ensino, que muitas vezes abandonam Estou farto de constatar situações de filhos de pessoas

que trabalharam comigo a terem de abandonar o ensino, situação que sempre me envergonhou

Vozes do CDS-PP. — Muito bem!

O Sr **Presidente** — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr ª Deputada Luísa Mesquita, utilizando 2 minutos que lhe foram concedidos por Os Verdes

A Sr.ª **Luísa Mesquita** (PCP)· — Sr Presidente, Sr ª e Srs Deputados Agradeço ao Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes pelos 2 minutos cedidos.

Optei por fazer esta pequena intervenção um pouco no sentido de responder a algumas das questões que foram colocadas e também de esclarecer algumas dúvidas levantadas relativamente ao nosso projecto

Gostaria de começar por ler um texto de um documento orientador do Ministério da Educação sobre educação, integração e cidadania, o qual subscrevemos na sua totalidade. O texto estabelece que «(.) a garantia da gratuitidade na frequência da escolaridade obrigatória, designadamente quanto a livros e material escolar, bem como quanto a ajudas técnicas ( ) deverá ser concretizada a curto prazo, a generalização dos programas de alimentação escolar, visando orientar e desenvolver hábitos alimentares (.), nomeadamente com medidas como refeitórios e leite escolar para as crianças, deverá ser resolvida a curto prazo».

Trata-se de medidas calendarizadas para todas estas questões que acabei de referir. Para estes objectivos fundamentais, «(..) o Governo já celebrou quatro protocolos com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no final de 1996 (.)» — os tais que transferiram as responsabilidades para o poder local, sem contrapartidas financeiras, sem que o poder central tivesse feito alguma coisa —, « (.) centrados na descentralização de competências em matéria da educação pré-escolar, acção social escolar, transportes escolares e gestão de residências para estudantes do ensino não superior ( )»

Mais ainda o Governo também referiu que ia fazer a «(.) redefinição das regras de adopção e do regime de preços dos manuais escolares, a produzir efeitos a partir do ano lectivo de 1998/1999 (.)»

Refiro isto para responder à Sr.ª Deputada Isabel Sena Lino É que se continuarmos à espera das medidas do Governo do Partido Socialista esta é a prova exacta de que elas levam décadas a aparecer. Portanto, Sr Presidente, Sr.ª e Srs. Deputados, estas são as razões por que é urgente tomar medidas nesta matéria.

As medidas deste Governo na área da acção social escolar são, de facto, muito insignificantes, muito insatisfatórias, e vou referir dois exemplos suficientemente claros acerca desta questão. Há agora as chamadas bolsas de mérito, que são bolsas de estudo instituídas pelo Governo no âmbito do combate à exclusão

O Sr. **Presidente** — Deixe-me interrompê-la, Sr.ª Deputada, para lhe dizer que pode fazer uma intervenção mais serena, não tão apressada, já que a partir de agora continua dispor do tempo do Bloco de Esquerda

A **Oradora**: — Agradeço, Sr Presidente

Como dizia, as bolsas de mérito são bolsas de estudo, instituídas por este Governo, têm o objectivo de promover o prosseguimento de estudos por parte dos alunos em situação de carência económica, funcionam a partir de 1 de Setembro de 1999 e para ter acesso a estas bolsas é preciso ter média de nível 4 ou então médias superiores a 15 valores É assim que o Governo do Partido Socialista entende a acção social escolar! É assim que o Governo do Partido Socialista entende a igualdade de oportunidades! Ou seja, para além de aluno carenciado, tem de ser excelente, e então, nesse caso, terá direito à acção social escolar!

Relativamente aos escalões de capitação mensal necessários para ter direito ao pagamento de parte dos livros, à alimentação escolar ou à actividade de complemento curricular, é preciso ter uma capitação mensal de 28 500$ Portanto, Srs Deputados, é preciso, efectivamente, morrer de fome para um agregado familiar de quatro pessoas ter direito a algum subsídio na área da educação, desde a alimentação, livros e material escolar ao complemento das actividades curriculares! É esta a leitura do Partido Socialista acerca do apoio social

Relativamente às questões colocadas pelo Sr Deputado Rosado Fernandes, gostaria de dizer que a nossa disponibilidade é total para, em sede de especialidade, encontrarmos a melhor forma de redacção do nosso projecto, no sentido de clarificar algumas matérias que, na opinião do Sr Deputado, estão insuficientemente esclarecidas

Mas devo dizer, também, que este nosso projecto tem um objectivo muito claro, que é a gratuitidade dos manuais escolares É que, quanto à avaliação da qualidade dos manuais escolares que as crianças deste país têm, não só primeiro ciclo, mas também no segundo e terceiro ciclos da escolaridade obrigatória, diria mesmo que o vandalismo é total Trata-se de uma ausência total de qualidade, de uma ausência total de parâmetros de natureza pedagogica e, inclusivamente, de incidências de natureza etária Os nossos jovens têm acesso a livros que não têm a ver com as suas idades, que são perfeitamente criminosos na atitude pedagógica que deveriam ter junto dos nossos alunos Mas, quanto a esta matéria, deveria ser apresentado outro projecto e outras medidas, que são também necessárias pelo que, da nossa parte, terão toda a disponibilidade para podermos tomar medidas e avançar Mas, de facto, o nosso projecto tem um objectivo muito claro, que tem a ver, efectivamente, com o sucesso escolar, Sr Deputado David Justino! Dir-me-á que não é com este projecto que se resolve todo o problema do abandono e do insucesso escolar no nosso país Efectivamente, não é, mas é também com esta medida!

Sr.ª Deputada Isabel Sena Lino, quanto ao desemprego que o projecto de lei do Partido Comunista pode gerar, permitir-me-á que diga que é ridículo partir deste projecto de lei para tirar uma ilação política dessa natureza Não estamos aqui a falar do encerramento das livrarias e das tipografias, nem a apresentar a esta Assembleia um projecto de lei para que os nossos jovens e as nossas crianças deixem de ter manuais nas escolas A Sr ª Deputada percebeu tudo ao contrário! Estamos aqui, sim, a apresentar um projecto para que todas as nossas crianças e todos os nossos jovens tenham manuais Portanto, serão precisas mais livrarias, mais tipografias e mais manuais

Vozes do PS: — Há um manual único!

A **Oradora** — Srs Deputados do Partido Socialista, quero dar-vos uma última informação, porque penso que ainda não tiveram acesso a ela, isto é, à actualização das capitações .

O Sr **Presidente** — Terminou o tempo de que dispunha para intervir, Sr ª Deputada.

A **Oradora** — Vou terminar, Sr Presidente

Quero apenas dizer-lhes, Srs Deputados, que esta é uma matéria de discussão em toda a União Europeia e, neste momento, há países que já optaram pela gratuitidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória, com sucesso efectivo neste domínio. Seria bom que, de facto, os Srs Deputados conhecessem essa realidade

Vozes do PCP — Muito bem!

O Sr. **Presidente** — Srs Deputados, terminado este ponto da nossa ordem de trabalhos, vamos dar início à discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 27/VIII — Altera a composição e competência da Comissão Nacional de Eleições, revogando a Lei n º 71/78, de 27 de Dezembro

Para introduzir o debate, tem a palavra o Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública

O Sr **Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública** (Alberto Martins) — Sr Presidente, Sr ª e Srs Deputados O reforço dos meios de controlo e transparência na apreciação das contas das campanhas eleitorais é o objectivo desta proposta de lei '

A Comissão Nacional de Eleições, criada em 1974, é um órgão independente que funciona junto da Assembleia da República Compete-lhe, essencialmente, assegurar a igualdade de tratamento dos cidadãos em todas os actos de recenseamento, operações eleitorais e referendárias, assegurar a igualdade de oportunidades de acção e propaganda das candidaturas durante as campanhas eleitorais e referendárias, promover o esclarecimento objectivo dos cidadãos nestas matérias e, substancialmente, apreciar a regularidade das receitas e despesas relativas a campanhas eleitorais e referendárias

Decorridos mais de 20 anos sobre a publicação da lei que regula a sua composição, competências e funcionamento, justifica-se introduzir, sem a descaracterizar, algumas alterações, no sentido da sua qualificação e do reforço de competências e meios

O Sr **José Magalhães** (PS) — Muito bem!

O **Orador** — Já em Janeiro deste ano, quando apresentei, nesta Assembleia, a proposta de lei do Governo, de alteração da lei de financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, anunciei então que seriam reforçados os meios ao dispor da Comissão Nacional de Eleições para proceder à fiscalização das contas das campanhas eleitorais

O Sr **José Magalhães** (PS) — Muito bem!

O **Orador**: — Não faria sentido que apresentássemos uma proposta que se limitasse a estabelecer o reforço de meios, ignorando as sucessivas sugestões e propostas que, ao longo dos anos da existência deste órgão, têm sido formuladas e até publicamente apresentadas, ignorando igualmente o conjunto de competências que lhe foram sendo atribuídas pelas diversas leis eleitorais e referendárias e que deveriam, naturalmente, acrescer ao elenco de competências que lhe fora originalmente fixado em 1978.

Na audição parlamentar sobre entidades públicas independentes, promovida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em 26 de Novembro de 1996, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições referiu que, ao longo dos anos, especialmente a Comissão, tem manifestado a necessidade de ajustamentos e aperfeiçoamentos, não de natureza política criativa, mas face aos próprios instrumentos com os quais tem de trabalhar

Citou várias questões, muitas das quais resultantes de omissões da Lei n º 71/78, e concluía que estas deficiências dão lugar a aproveitamentos e abusos que colocam a Comissão Nacional de Eleições entre dois fogos· uns pretendem que ela actue por a semelhança das situações, a razoabilidade das soluções e a analogia o imporem, outros, porém, entendem abusiva ou ilegal essa actuação, dirigindo-lhe censuras várias

É neste quadro que surge esta proposta de lei que procura tão-só actualizar as competências, adequar os meios e recursos ao dispor da Comissão, dignificar o mandato dos seus membros, colmatar lacunas reconhecidamente existentes no seu regime sem, porém, descaracterizar o seu estatuto

O Sr **José Magalhães** (PS) — Muito bem!

O **Orador** — Para o efeito, solicitei um estudo legislativo ao Prof Jorge Miranda e ao Dr Alexandre Sousa Pinheiro, o qual constitui o quadro de referência desta iniciativa legislativa

Nos termos da presente proposta, o presidente da Comissão é um jurista de reconhecido mérito, a designar pela Assembleia da República, por maioria de dois terços dos Deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções.

Com esta solução, pretende-se reforçar não só a legitimação originária do Presidente como a estabilidade no exercício do cargo, designando-o por um período de seis anos, superior ao dos restantes membros, mas determinando a sua não renovação

A proposta incorpora, ainda, a alteração recentemente aprovada na Assembleia da República, por este Plenário, quanto aos cidadãos a designar por este órgão de soberania, cidadãos de reconhecido mérito integrados em lista e propostos um por cada grupo parlamentar regimentalmente constituído

Mantém-se a designação de três técnicos pelos membros do governo responsáveis pelas áreas da Administração Interna, Negócios Estrangeiros e Comunicação Social, directamente intervenientes no processo eleitoral

Reforçam-se as garantias dos membros da Comissão, determinando que, para além de independentes e inamovíveis, são irresponsáveis pelos actos praticados no exercício das suas funções E estas garantias são comuns, como se sabe, aos titulares de outros órgãos independentes da Administração

O Sr **José Magalhães** (PS) — Muito bem!

O **Orador**· — Prevê-se que percam o mandato os membros que venham a ser abrangidos por qualquer das incapacidades ou incompatibilidades previstas na lei

O elenco de competências da Comissão é actualizado, incorporando o conjunto de competências que de forma dispersa lhe tem sido atribuído pelas várias leis eleitorais Estabelece-se, nomeadamente, que compete à Comissão

Nacional de Eleições receber a declaração, por parte dos partidos políticos, coligações e grupos de cidadãos eleitores, do número de candidatos apresentados a cada acto eleitoral, tendo sobretudo em vista a apreciação e fiscalização mais rigorosa de contas relativas às campanhas eleitorais e referendárias

Compete-lhe igualmente apreciar a regularidade das receitas e despesas e a regularidade das contas relativas a campanhas eleitorais e referendárias e participar ao Ministério Público quaisquer actos ilícitos de que tome conhecimento em eleições e referendos

Determina-se ainda, nesta proposta, que compete à Comissão Nacional de Eleições instruir os processos de contra-ordenações praticados por partidos políticos, coligações de partidos e grupos de cidadãos eleitores, bem como por empresas de comunicação social, de publicidade, de sondagens e proprietárias de salas de espectáculos, quando tal competência lhe seja expressamente atribuída por lei

Pretende-se também que a Comissão Nacional de Eleições retenha a nossa memória política nas questões eleitorais e referendárias, fixando-se que lhe compete proceder à recolha e arquivo dos tempos de emissão do direito de antena transmitidos na rádio e na televisão, respeitantes às campanhas eleitorais e referendárias.

A aplicação de coimas, nos termos da proposta, compete ao Presidente da CNE e dos actos da Comissão e do seu Presidente cabe recurso, nos termos da lei, para o Tribunal Constitucional e para o Supremo Tribunal de Justiça.

De forma a permitir o reforço dos meios ao serviço deste órgão, determina-se na proposta que a Comissão Nacional de Eleições disponha de instalações e de um serviço privativo, com regulamento e quadro de pessoal a aprovar pela Assembleia da República Pode ainda a Comissão celebrar protocolos com instituições universitárias ou outras entidades públicas e privadas, bem como recrutar pessoal especializado para a realização de tarefas específicas necessárias ao cumprimento das suas competências.

Finalmente, como órgão independente da administração, a CNE está sujeita à fiscalização da Assembleia da República, fixando-se a exigência de elaboração de relatório anual a apresentar até 31 de Janeiro de cada ano

Com esta proposta, é bom frisá-lo, não se pretende criar uma nova Comissão Nacional de Eleições, mas apenas actualizar as suas competências, reforçar os recursos e meios e dignificar o mandato dos seus membros

Estamos, naturalmente, disponíveis e esperemos que na especialidade possam ser encontradas as soluções mais consensuais e ajustadas ao objectivo essencial que proclamamos. reforço do controlo, transparência e eficiência na apreciação das contas das campanhas eleitorais Em suma, reforço da credibilidade da acção política e da política

Aplausos do PS

O Sr **Presidente** — Para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro, inscreveram-se o Srs Deputados António Filipe e Telmo Correia

O Sr Ministro tem 1 minuto e 23 segundos para responder. Não sei se consegue responder nesse período, a menos que os Srs Deputados cedam algum tempo ao Sr Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe

O Sr **António Filipe** (PCP) — Sr Presidente, pela minha parte, dado que a pergunta que vou fazer é muito breve, estou na disposição de ceder algum tempo ao Sr Ministro, caso seja necessário

O Sr **Presidente** — Sr Deputado, o PS, entretanto, cedeu 3 minutos ao Governo

O **Orador**· — Neste caso, reconheço ao PS o direito de preferência, Sr Presidente

A pergunta é muito simples O Sr Ministro referiu diversos aspectos desta proposta de lei que compreendemos Ora, a pergunta que lhe vou fazer é precisamente sobre aquilo que não compreendemos Ou seja, por que razão é que o Governo propõe que seja alterada a forma de designação do Presidente da Comissão Nacional de Eleições?

O Governo não deu qualquer razão justificativa para isso Não apresentou qualquer argumento válido, nem na exposição de motivos da proposta de lei, tanto quanto me lembro, nem na intervenção do Sr. Ministro, tanto quanto pude ouvir

Se, actualmente, e desde há muitos anos, sem que isso tenha sido alguma vez contestado, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições é um juiz designado pelo Conselho Superior da Magistratura, não compreendemos porque é que o Governo agora propõe que ele passe a ser eleito pela Assembleia da República por maioria de dois terços, o que significa que será objecto de negociação entre o PS e o PSD

Gostaria que o Sr Ministro nos explicasse quais as razões que levam a que o Governo faça esta proposta

O Sr. **Presidente**. — Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr **Telmo Correia** (CDS-PP) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Ministro, muito brevemente, e também com toda a disponibilidade de tempo que for necessária para o Sr Ministro, a minha pergunta vai um pouco no mesmo sentido da pergunta do Sr. Deputado António Filipe

Conheço a Comissão Nacional de Eleições, fui seu membro há alguns anos atrás, e reconheço que não alinhei nem alinho na discussão de quem defende, pura e simplesmente, a extinção do órgão Entendo que ele pode ter sentido e utilidade, podendo ganhar ainda nova utilidade

Fiquei com a sensação de que nas recentes campanhas referendárias — e agora, precisamente com a existência de candidaturas independentes e de uma série de novas realidades — a experiência da Comissão Nacional de Eleições, com a sua acção informativa, formativa, pedagógica até, como aconteceu nos referendos, é importante e pode ser útil

Todavia, creio que a evolução do órgão se deveria fazer no sentido de garantir cada vez mais a sua independência e, de alguma forma até, do meu ponto de vista — compreendo que o Sr Ministro, se calhar, pense de outra forma —, de desgovernamentalização do próprio órgão Parece-me que um dos problemas que o órgão terá será o de uma excessiva participação do Governo, pois tem três técnicos por ele designados para participarem com direito a voto, o que se calhar não faz sentido

Concebo a democracia dos partidos, mas concebo também que, nesta matéria, este tipo de órgãos independentes devem ter uma garantia de judicialização Ou seja, veria mais até um reforço do carácter judicial do órgão

Penso que o caminho que esta proposta agora nos traz é exactamente o contrário Quer dizer, temos um presidente designado pelo Conselho Superior da Magistratura, e não creio que haja qualquer desconfiança de fundo em relação ao Conselho Superior da Magistratura. Tivemos vários presidentes da CNE e durante muitos anos o Sr Conselheiro Melo Franco foi seu presidente e obteve alguns resultados significativos — foi com ele que estive na CNE

Não percebo por que razão agora se muda e se introduz um conceito mais partidário e mais político-partidário na presidência deste órgão

O reforço de meios, caso haja reforço de competências, fará sentido Quanto ao quadro de pessoal próprio, tenho dúvidas, porque a CNE sempre funcionou com base no quadro da Assembleia, e também não vejo grande razão para que isso se altere

Em relação a esse reforço, quero só chamar a atenção do Sr Ministro, pois poderei até conhecer melhor esta matéria uma vez que estive lá, para o facto de a fiscalização das contas, um dos seus grandes objectivos, se faz com a independência dos membros da CNE mas, sobretudo, com meios técnicos que não são da própria Comissão, como sempre foi, pois não são os cidadãos

O Sr **Presidente**: — Tem de terminar, Sr Deputado

O **Orador** — Vou já terminar, Sr Presidente

Como dizia, não são os cidadãos eleitos nem o presidente, juiz ou não, que têm a capacidade de fazer essa fiscalização técnica das contas, quanto muito, têm a capacidade de as apreciar

O Sr **Presidente**· — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública

O Sr **Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública** — Srs Deputados António Filipe e Telmo Correia, agradeço as questões que colocaram, que são, de facto, importantes

Se me permitem que inverta um pouco a ordem dos pedidos de esclarecimento, deixarei para o fim a questão do presidente e começarei pela relativa aos meios

Estou de acordo com o que disse o Sr. Deputado Telmo Correia, ou seja, o problema que aqui se coloca é o de uma adequação de meios para poder fazer uma avaliação rigorosa das contas Daí a possibilidade que agora se abre, e que foi muito pretendida e exaltada por diversos representantes dos grupos parlamentares, de a Comissão poder contratar pessoas especializadas que a ajudem a fazer o seu juízo Isto vai ao encontro daquilo que o Sr Deputado acabou de referir

O acervo de meios acrescidos é para a prossecução dos objectivos da Comissão Nacional de Eleições, os quais são, em grande medida, de acordo com esta proposta de lei, coordenados em função das novas realidades eleitorais e referendárias e das novas competências que estavam, de alguma forma, dispersas e que a Comissão acabava por cumprir Esta proposta de lei é, em grande medida, sistematizadora, com um reforço de meios materiais, mas meios adequados e numa proporcionalidade também muito adequada

Quanto à questão da composição da Comissão, devo dizer que esta é uma Comissão, neste momento e com a composição actual, pela primeira vez minoritária em termos de presença de membros do Governo Com a alteração dos cinco membros designados pela Assembleia, os membros do Governo são claramente minoritários e provêm das áreas governamentais que têm conexões directas com o processo eleitoral

Como o Sr Deputado bem sabe, a minha experiência da matéria eleitoral decorre do conhecimento e do conjunto de referências e de documentação que me chegou através dos serviços Negócios estrangeiros, comunicação social e administração interna são, pois, as áreas do Governo que têm conexões imediatas, e daí a sua participação de forma absolutamente minoritária na Comissão

Quanto ao presidente, devo dizer que esta não é, para nós, uma questão essencial Pensamos que seria positivo, por duas razões, por um lado, como todos sabemos e tem sido dito por todas as bancadas, há problemas no exercício da judicatura em Portugal por haver falta de juízes Nesse sentido, os juízes devem ser afectados às funções do julgamento e da justiça em termos estritos e libertos destas funções, que são, enquanto funções profissionais estatutárias, acessórias Como tal, tinha este objectivo

Há juízes repartidos por vários órgãos e há a ideia — aliás, já foi, em tempos, produzida doutrina pelo Conselho Superior da Magistratura nesse sentido — de que os juízes devem ser libertos de algumas daquelas que não são as suas funções nucleares Um dos objectivos era, pois, esse. Não há qualquer incidente de suspeição, quer para o estatuto das pessoas que têm vindo a presidir, quer para as pessoas que, em concreto, ao longo destes tempos, têm assegurado essa presidência, aliás com rara distinção.

Como consideramos que deve ser um jurista a presidir a esta Comissão, entendemos que deveria ser um jurista legitimado pela Assembleia, pois entre a legitimação estatutária do Conselho Superior da Magistratura e a legitimação da Assembleia da República por dois terços dos votos, esta última tem, em termos de legitimação originária, um valor acrescido, como seguramente todos reconhecerão É essa a razão de haver órgãos do Estado que são legitimados desta forma, como o Provedor de Justiça e os juízes do Tribunal Constitucional, entre outros.

A ideia era a da dignificação da legitimação originária do presidente, mas nunca pondo em causa a dignidade estatutária dos presidentes ou até da manutenção da solução que existe Esta não é uma questão essencial para nós, embora nos pareça melhor, no sentido de responder a duas questões de natureza distinta

Daí que, quanto à questão colocada pelos Srs. Deputados Telmo Correia e António Filipe, a razão de ser seja esta Na exposição que fiz, invoquei muito brevemente a legitimação originária do presidente, que é, desta forma, acrescida pela participação da Assembleia.

O Sr **Presidente**· — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Miguel Macedo

O Sr **Miguel Macedo** (PSD) — Sr Presidente, Sr. Ministro, Srs Deputados Vou fazer uma breve intervenção sobre esta matéria, começando por dizer que não se surpreenderão que recorde aqui a posição do PSD aquando da revisão constitucional, que pretendia justamente fazer extinguir a Comissão Nacional de Eleições. E isto por um conjunto de razões que, evidentemente, não tem a ver com nenhuma das pessoas que presidiram à Comissão Nacional de Eleições ou lá trabalharam no desempenho de mandatos, mas que tem a ver com uma avaliação que o PSD faz

Consideramos que este tipo de órgão com este tipo de competências tem, ao longo do tempo, esgotado a sua utilidade prática e, com franqueza, não vemos que as atribuições e competências da Comissão Nacional de Eleições não possam ser exercidas, porventura até melhor, quer pela administração eleitoral, quer por outras entidades do Estado

Realço este ponto porque é desta reflexão que parto para a intervenção que vou passar a fazer

Começo por sublinhar que hoje não estamos como estávamos há 20 ou há 22 anos, quando a Comissão Nacional de Eleições assumiu o recorte e o figurino que ainda tem no nosso ordenamento Temos uma Comissão Nacional de Eleições em que a representação partidária se justificava na altura porque estávamos num período de consolidação da democracia, em que era preciso, sem margem para qualquer dúvida — como hoje também é, sem margem para qualquer dúvida, mas em condições diferentes —, garantir a transparência dos processos eleitorais e em que era preciso que toda a regularidade do procedimento eleitoral fosse também assegurada pela participação dos partidos dentro de uma estrutura como esta

Julgamos que hoje essas necessidades não se fazem sentir com essa premência, uma vez que estamos no quadro de uma democracia perfeitamente estabilizada, com outras entidades — desde logo, os tribunais — com competências clarificadas em relação ao contencioso eleitoral, pelo que, do nosso ponto de vista, ficam significativamente reduzidas a importância e a imprescindibilidade da Comissão Nacional de Eleições Este era o primeiro ponto que queria abordar

O segundo ponto tem a ver justamente com a manifestação de estranheza pela seguinte circunstância a proposta de lei é apresentada no momento em que ou já se fez um percurso no sentido de retirar aos partidos a exclusividade de se candidatarem em processos eleitorais ou se pré-anuncia o alargamento da possibilidade de não serem só os partidos a candidatarem-se em diversos processos eleitorais Isto para não referir que nos processos referendários, hoje, já está consagrada na lei uma vasta possibilidade de participação a grupos de cidadãos organizados para esse efeito

Ora, do nosso ponto de vista, pode fazer pouco sentido que se acentue a vertente da representação partidária, a este nível, na Comissão Nacional de Eleições

Vozes do PSD — Muito bem!

O **Orador** — É que, tirando o Governo a presidência da Comissão Nacional de Eleições a um juiz, que é indicado pelo Conselho Superior da Magistratura, e propondo que o presidente deste órgão passe a ser eleito na Assembleia da República, portanto através dos partidos com representação parlamentar, através de dois terços dos votos dos Deputados, está evidentemente a acentuar-se a vertente da representação partidária Do meu ponto de vista, esta situação é contraditória com o sinal dos tempos em relação à participação em eleições de cidadãos que não estejam estruturados atraves dos partidos

O terceiro ponto tem a ver com o que resultou da intervenção do Sr Ministro, pelo menos para mim Penso que é um pouco difícil dizer que com esta proposta de lei se assegura melhor a independência da Comissão Nacional de Eleições quando sai da presidência desta Comissão, de acordo com o que é proposto, um juiz e passa a estar uma pessoa eleita pela Assembleia da República Percebo o discurso da legitimação,

O Sr **José Magalhães** (PS) — E, portanto, suspeita!

O **Orador** — mas este discurso não outorga, por si só, mais isenção a quem vai presidir à Comissão Nacional de Eleições

Vozes do PS — Nem menos!

O **Orador** — Exactamente! Mas julgo que a justificação dada pelo Sr Ministro é, desse ponto de vista, insuficiente É que não é pelo facto de o presidente da Comissão Nacional de Eleições passar a ser eleito no quadro da Assembleia da República que daí decorre maior independência para este órgão

Outra questão que quero referir tem a ver com a irresponsabilidade, característica que agora também se pretende assacar aos membros da Comissão Nacional de Eleições no exercício dos seus mandatos

Não tenho a certeza absoluta, mas julgo que, na última revisão da Lei da Alta Autoridade para a Comunicação Social, não foi atribuída esta prerrogativa aos membros da Alta Autoridade e vejo mal que esta prerrogativa seja atribuída aos membros da Comissão Nacional de Eleições Com o conjunto de atribuições e competências estabelecidas nesta proposta de lei, não vejo por que é que os membros da Comissão Nacional de Eleições hão-de ter esta prerrogativa da irresponsabilidade em relação às decisões que tomam no exercício dos seus mandatos Esta e também uma matéria importante sobre a qual o Governo nos deveria esclarecer

Acompanho tambem as críticas e as dúvidas que foram levantadas sobre a razão de ser da manutenção de três técnicos, nomeados pelo Governo, na Comissão Nacional de Eleições Percebe-se que, em 1978, estes três técnicos estivessem na Comissão Nacional de Eleições É que a comunicação social era, em grande medida, pertença do Estado, directa ou indirectamente, e havia um conjunto de questões — algumas delas novas que tinham a ver com a participação de eleitores que exerciam o seu direito de voto no estrangeiro, como, hoje, aliás, ainda acontece, mas, na altura, as dificuldades eram maiores — que justificavam, eventualmente, a presença de um técnico do Ministério dos Negócios Estrangeiros e de um do Ministério da Administração Interna, dado o procedimento eleitoral passar, em grande medida, por entidades que estão ligadas a este Ministério

O que não se percebe, se fizermos uma reflexão desapaixonada sobre isto, é por que é que, 20 anos depois, esses técnicos hão-de ter direito de voto Porquê?! Estão na Comissão Nacional de Eleições para a assessorar tecnicamente e têm direito de voto?! Esta é outra questão que quero deixar

Sr Presidente, Sr Ministro e Srs Deputados, a última questão tem a ver com uma previsão de aumento de custos em relação a esta matéria, a qual pode ser significativa

Tanto quanto sabemos, hoje, a Comissão Nacional de Eleições importa, em termos de custos, à Assembleia da República cerca de 200 000 contos Permitir, como se pretende, que a Comissão Nacional de Eleições tenha um quadro de pessoal proprio vai inevitavelmente acarretar um aumento de custos, que é significativo em relação a um órgão que está a ser reforçado nos termos em que foi proposto — e não quero evidentemente falar no aumento dos 50% da remuneração que é atribuída, através das senhas de presença, aos membros da Comissão Nacional Eleições, na medida em que se trata de um assunto relativamente,

menor e com o qual não vale a pena estarmos a perder tempo

Devo dizer que, para o PSD, causa alguma preocupação e estranheza que o Governo venha propor que a Comissão Nacional de Eleições tenha um quadro de pessoal próprio, como se a existência do mesmo fosse uma condição essencial e absolutamente necessária para que a Comissão Nacional de Eleições, a existir — e comecei por dizer que, do nosso ponto de vista, pode fazer sentido que já não exista —, possa cumprir as missões que lhe foram atribuídas por lei

Aplausos do PSD

O Sr **Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr **Telmo Correia** (CDS-PP) — Sr Presidente, confesso que não me tinha apercebido da minha inscrição, que deve ter sido feita pelo meu grupo, mas, independentemente disso, aproveito a oportunidade e o ensejo, na sequência da intervenção do Sr Deputado Miguel Macedo, para dizer que, até agora, a resposta que o Sr Ministro deu às questões levantadas não nos esclarecem completamente É que chegar aqui — o que tem sido, em vários casos, a prática do Governo — e dizer «entendemos que podia ser um cidadão eleito pela Assembleia, mas, se não for assim, não é», para nós, é uma resposta curta Não percebemos por que é que o referido órgão não deve ter à sua frente um juiz conselheiro, como sempre teve até hoje.

A questão, mais uma vez repetida, de um quadro de pessoal próprio continua a ser importante

Trazendo, mais uma vez, a minha experiência deste órgão, devo dizer que grande parte das inúmeras competências que ele tem são, sem as querer desqualificar, quase burocráticas, ou seja, publicação de mapas, recepção de processos, recepção de candidaturas . As competências importantes deste órgão são as que dizem respeito ao esclarecimento dos cidadãos e aquela em que ele age praticamente como um órgão judicial, ou seja, aplicação de coimas, fiscalização, garantia da independência . É nestas competências que o órgão é relevante e decisivo e todas essas recomendam que seja o mais próximo possível de um tribunal

Para terminar esta minha ideia, devo dizer que não estamos de acordo com este modelo e com o avançar desta proposta Refiro, mais uma vez, que, segundo a experiência que tive, acompanhando a Administração Eleitoral espanhola, precisamente num encontro promovido pela própria Comissão Nacional de Eleições portuguesa, há uns anos atrás, em Espanha — e, em Espanha, enfim, não haverá, creio eu, os mesmos problemas ou a justiça não tem problemas tão graves como os nossos —, quem assume esta função, directamente, é precisamente o órgão correspondente ao nosso Conselho Superior da Magistratura, ou seja, um órgão superior, de topo, composto por juízes Além disso, toda a Administração Eleitoral espanhola funciona com mecanismos de recurso, desde a 1 ª instância dos tribunais, pois a queixa pode ser feita no bairro onde houve um incidente eleitoral, por exemplo, no decurso de uma votação, até ao topo, onde se encontra o órgão dos juízes para decidir

Dirão que, em Portugal, não é esta a tradição, que temos esta Comissão há 20 anos, que, apesar de tudo, tem funcionado e, portanto, poderemos continuar com ela, e que também temos o Tribunal Constitucional, com características semelhantes. Mas, aproveitando este ensejo, repito a ideia de que toda a evolução devia ser no sentido da judicialização e da desgovernamentalização deste órgão,.

O Sr **Carlos Encarnação** (PSD) — Tem toda a razão!

O **Orador** — . a qual, neste momento, é claramente excessiva e não faz sentido, porque o grande trabalho deste órgão é apreciar questões eleitorais, conflitos eleitorais, polémicas eleitorais e protestos e, se até é útil que nele estejam pessoas ligadas aos partidos — e não, forçosamente, membros dos partidos —, porque canalizam informação, já não faz sentido que um técnico do Governo esteja, sistematicamente, a votar matéria de contencioso eleitoral

O Sr **Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Laurentino Dias

O Sr **Laurentino Dias** (PS) — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados A minha intervenção será muito breve

A Comissão Nacional de Eleições, como aqui já foi dito, e todos sabemos, tem uma actividade que se vem prolongando ao longo destes últimos 24 anos e tem intervindo com a frequência, e muita, resultante dos sucessivos actos eleitorais e agora também referendários Quando o Governo entendeu trazer aqui, ao Parlamento, uma proposta no sentido de reforçar a sua capacidade de intervenção, de reforçar os seus meios, de alterar e reforçar as suas competências, colocou a questão justamente nos termos em que agora também a ouvi ser colocada pelo Sr Deputado Miguel Macedo, o que me agradou.

O Sr Ministro acabou de afirmar, na sua intervenção inicial, que estaria pronto para, em sede de especialidade, apreciar alguns dos contornos já aqui aflorados do texto da proposta de lei, mas será interessante ver como se pode discutir esta proposta, de forma útil e objectiva — se calhar, pode —, em sede de especialidade, sendo certo que, por exemplo, o PSD, como acabou de referir, e já o disse noutras oportunidades, tem vontade de extinguir este órgão É que a vontade de extinguir este órgão leva a algumas afirmações que, francamente, são completamente desajustadas do texto da proposta de lei, tal qual como é, e já seriam desajustadas no passado, no tempo de outros governos e de outras maiorias neste Parlamento.

Governamentalização e partidarização subjacentes a esta proposta?! Longe disso! Não há!

O Sr **Guilherme Silva** (PS): — Que grande inocência!

O **Orador** — Não sou inocente, Sr Deputado!

O Sr **Carlos Encarnação** (PSD): — Ah! Então, é culpado!

O **Orador**. — V. Ex ª estende a sua afirmação a todos os órgãos que são eleitos nesta Assembleia por maioria de 2/3?! Estende?! Importa-se de dizer se sim ou se não?!

Por exemplo, o Tribunal Constitucional é eleito por maioria de 2/3! Estende a sua afirmação ao Tribunal Constitucional, eleito nas mesmíssimas condições que estão previstas nesta proposta de lei?!

Protestos do PSD

Os membros desta Comissão Nacional de Eleições, a eleger no Parlamento por maioria de 2/3, indicados por cada um dos partidos, são delegados dos partidos ou são cidadãos cuja candidatura cada um dos partidos entende apresentar?! Nem sequer são membros dos partidos, são cidadãos que os partidos, cada um deles, aqui podem apresentar para candidatura!

Protestos do PSD

O **Orador** — Posso acrescentar um outro exemplo?

Protestos do PSD

O **Orador** — Então, acrescento!

Governamentalização e partidarização, quando a Assembleia da República deverá indicar cinco membros para esta Comissão Nacional de Eleições, sendo cada um deles de cada um dos partidos aqui representados e tendo, por exemplo, um partido parlamentar com dois membros o mesmo peso do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata?! Chamam a isso governamentalização ou partidarização?!

Protestos do PSD

Por favor, parece-me que há aqui algumas contas que vale a pena fazer!

O Sr **Carlos Encarnação** (PSD)· — Quantos é que são nomeados pelo Governo?!

O **Orador** — Sr Presidente, Srs Deputados. A Comissão Nacional de Eleições deu, ao longo de todos estes anos, exemplos múltiplos Não tenho experiência como seu membro, porque nunca o fui, mas tenho, como, certamente, todos temos, experiência de trabalho com a Comissão Nacional de Eleições aos mais diversos níveis E a Comissão Nacional de Eleições deu-nos até agora uma prova fiável de que é um órgão que cumpre a sua função

O Sr **Miguel Macedo** (PSD) — Às vezes, a destempo!

O **Orador** — e que a cumprirá tanto melhor quanto formos capazes de o dotar dos meios e das competências próprias para esse efeito

Penso que, sem prejuízo de algumas particularidades que possamos encontrar consensualmente em sede de discussão na especialidade, aquilo que nesta proposta significa actualização, consolidação, reforço, garantias dos membros da Comissão Nacional de Eleições no exercício da sua função, garantias dos membros para disporem da independência e também da irresponsabilidade — por que não?! — no exercício dessas funções, se for apreciado e aprovado como deve ser, resultará, para os futuros actos eleitorais e para eventuais actos referendários, numa ainda melhor e mais capaz intervenção da Comissão Nacional de Eleições

Por isso, entendemos que esta proposta merece acolhimento e, por isso também, estaremos disponíveis para, em sede de especialidade, aqui ou ali, encontrar pontualmente uma ou outra solução que se venha a entender, de forma racional, lógica e objectiva, como útil para consolidar aquilo que significa de positivo para o trabalho futuro da Comissão Nacional de Eleições

Aplausos do PS.

O Sr **Presidente** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado António Filipe

O Sr **António Filipe** (PCP) — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs Deputados Em primeiro lugar, quero dizer que consideramos de grande importância a existência da Comissão Nacional de Eleições e vemos com muito apreço o trabalho que ela tem vindo a desenvolver

Dizia, há pouco, o Sr Deputado Miguel Macedo, em defesa da ideia contrária, que a Comissão Nacional de Eleições foi criada numa fase de consolidação da democracia, mas eu gostaria de dizer que mal de nós se considerássemos que, em algum momento, a democracia não carecia de ser consolidada Estamos sempre a tempo de consolidar a democracia e creio que quem perde o objectivo de consolidar a democracia, infelizmente, é quem não a tem A democracia é um edifício sempre em obras e, portanto, entendemos que o objectivo de a consolidar deve estar sempre presente entre nós

Parece-nos que, de facto, a Comissão Nacional de Eleições tem dado um contributo importante e permanente para a consolidação da democracia, designadamente em momentos particularmente sensíveis, que são os actos eleitorais e referendários

Quem conhece e tem consciência do trabalho da Comissão Nacional de Eleições, particularmente nesses momentos, verifica que o trabalho que ela desenvolve em momentos eleitorais e mesmo no próprio dia das eleições, de disponibilidade permanente para resolver problemas práticos que se colocam na realização do acto eleitoral e que têm de ser resolvidos, é um trabalho que não está ao alcance da Administração Pública

A autoridade que é reconhecida à CNE na sua actuação, pelo facto de ela ter uma representação pluripartidária, faz com que este órgão não possa ser substituído, com vantagem, pelo funcionamento normal da Administração Pública, sem qualquer menosprezo por essa actividade De facto, ela tem uma natureza diferente e parece-nos que o reconhecimento que a CNE tem, devido à sua natureza e à sua composição, não é substituível nos mesmos termos

Entendemos, portanto, que a CNE existe muito bem e deve continuar a existir. E, de facto, também nos parece pertinente reforçá-la e actualizar o legislação que rege o seu funcionamento.

Posto isto, diria que o Governo traz aqui uma proposta de lei muito razoável se não fosse propor a alteração da forma de designação do Presidente da Comissão Nacional de Eleições E digo isto porque os elementos que o Sr Ministro referiu em abono da proposta de lei do Governo não nos convenceram

Parece-nos que, em geral, a fórmula encontrada para a composição da CNE tem sido feliz e tem provado O facto de todos os grupos parlamentares estarem representados na CNE tem sido muito positivo e tem feito com que nunca tenha havido qualquer querela à volta da sua composição, ao contrário do que já aconteceu em relação a outros órgãos, que foram muito contestados, quer no momento da aprovação da respectiva lei, quer mesmo relativamente ao seu funcionamento concreto Problemas de funcionamento decorrentes da forma de designação dos seus elementos têm existido relativamente a outras entidades independentes mas nunca existiram relativamente à Comissão Nacional de Eleições

O mesmo se diga em relação ao Presidente da Comissão Nacional de Eleições Temos tido exemplos de entidades cuja composição tem sido bloqueada por falta de en-

tendimento entre o PS e o PSD relativamente à obtenção de uma maioria de 2/3 necessária, e creio que não é preciso trazer aqui à colação exemplos recentes que toda a gente conhece

Ora, muito nos preocuparia que, amanhã, pudéssemos estar confrontados com uma situação em que, em vésperas de um acto eleitoral, a Comissão Nacional de Eleições não tivesse presidente porque o PS e o PSD não se entendiam para eleger um cidadão por maioria de 2/3

Vozes do PCP — Muito bem!

O **Orador** — Portanto, parece-nos que este risco não deve ser corrido Aliás, não há qualquer necessidade de o correr quando, até à data, o Conselho Superior da Magistratura sempre designou um presidente para a Comissão Nacional de Eleições e ele sempre tem exercido as suas funções sem que tenha havido reparos de maior relativamente ao seu exercício

Quase que me apeteceria apelar ao Governo para que, de facto, retirasse esta norma, porque, se o fizesse, ficaria com uma proposta de lei muito razoável e que não mereceria as críticas que estamos a fazer, que dizem respeito precisamente a esse problema, que pode ser pontual mas não é uma questão de pormenor nem de somenos

O Sr **Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública** — Peço a palavra, Sr Presidente

O Sr **Presidente** — O Sr Ministro não tem tempo

O Sr **José Magalhães** (PS). — Sr Presidente, o PS cede-lhe o tempo de que ainda dispõe

O Sr **Presidente** — Tem, então, a palavra, Sr Ministro

O Sr **Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública** — Sr Presidente, Srs Deputados Começaria pela intervenção do Sr Deputado António Filipe Se a perfeição se atinge com a nossa disponibilidade para retirar este ponto, a perfeição é atingível e, por isso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista está também a manifestar a sua concordância quanto à possibilidade de encontrarmos a tal perfeição a que V Ex ª alude em sede de especialidade

Porém, a ideia da votação por 2/3 da Assembleia da República parece-nos ser a mais digna das votações que há na democracia e no Estado de direito, em Portugal,

O Sr **José Magalhães** (PS) — Muito bem! Convém não esquecer!

O **Orador** — e, por isso, os Srs Deputados, ao tentarem minimizar o sentido desta votação, devem ter na devida nota que estão a minimizar o estatuto nuclear da Assembleia da República Quanto a isto, estamos entendidos

O Sr **José Magalhães** (PS) — Muito bem!

O **Orador** — Quanto à composição da Comissão, devo dizer que ela mantém a sua composição tal como existe agora, salvo a questão do presidente

No que se refere à questão dos custos, devo dizer que não existe aqui qualquer risco, porque os cinquenta avos de que aqui se fala vêm dar senhas de presença entre 15 000$ e 20 000$, numa ou duas senhas de presença que há por mês, quanto aos membros da Comissão Os Srs Deputados estejam descansados porque não há despesismo da parte do Governo em relação àquilo que pretende para a Comissão

No que diz respeito ao quadro de pessoal, ele será aprovado pela Assembleia e será adequado às necessidades da Comissão Portanto, não há também aqui qualquer ausência de controlo, pelo contrário, serão VV Ex ªs, enquanto órgão deliberativo final, que irão evitar que haja qualquer despesismo, se houvesse alguma tentação, que nunca houve da minha parte

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr **Presidente** — Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos de hoje

A próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, dia 2, às 10 horas, com a discussão das apreciações parlamentares n.ºs 11/VIII, 17/VIII, 18/VIII e 19/VIII e da petição n º 297/VI (4 ª)

Srs Deputados, está encerrada a sessão

Eram 20 horas e 15 minutos

Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação, relativas à votação, na generalidade, da proposta de lei n º 28/VIII

Porque manter a criminalização das touradas com touros de morte me parece excessivo, porque urge pôr fim à oposição feroz e hipócrita na vigência dos Governos de maioria socialista quanto às festividades de Barrancos, porque durante décadas, apesar da proibição dos touros de morte em Portugal, os sucessivos governos consentiram a prática nas tradicionais festas daquela vila alentejana, voto a favor da presente proposta de lei do Governo sobre a descriminalização no pressuposto de que se criem as condições legislativas no sentido de se caminhar para um regime legal de excepção em Barrancos

O Deputado do PS, *António Saleiro*

Ao votar favoravelmente a proibição das touradas de morte como contra-ordenação apoio, sobre a matéria, a até agora única proposta na nossa história de democracia política em que, sem dúvida num patamar frágil e difícil e sem recurso a regimes de excepção, se procura a não desacreditação de franjas singulares da nossa população

E se é verdade que a lei é igual e abstracta, porque é a vontade do povo, deve ligar essa vontade, deve unir e não separar, sem contudo deixar de afirmar que não deve ficar impune, não a morte em si, mas o processo decorrente do espectáculo e como espectáculo

Acresce que a proibição das touradas de morte como contra-ordenação, pelo dinamismo da sua regulamentação, permite ter a expectativa intelectual, onde se enquadra o quase todo nacional, de que as tradições e costumes sejam repensadas pelos próprios utilizadores, talvez numa caminhada de gerações, talvez com outro envolvimento social, em que sobrelevem, se assim o quiserem, outros valores emotivos, sem a amargura e frivolidade violentas do espectáculo da morte

A Deputada do PS, *Luísa Vasconcelos*

Considero que a violência gratuita, desproporcionada e pública sobre animais constitui um traço dominante de um tipo de sociedade com a qual não me identifico

A violência sobre os animais e a sua divulgação pelos media contribui, a meu ver, para criar sentimentos de agressividade que podem ser extremamente prejudiciais ao equilíbrio dos diferentes grupos sociais

Por isso, sou contra as touradas, independentemente de terminarem ou não com a morte do touro

Reconheço, contudo, que há tradições, comportamentos e atitudes que só o decurso do tempo pode modificar ou erradicar

Não tenho dúvidas que, dentro de muito poucos anos, a realização de touradas e espectáculos similares será uma desagradável recordação da actividade lúdica desta nossa sociedade

Neste quadro de cultura e tradição se insere a tourada de Barrancos, realizada durante as festas da santa padroeira da vila, e só durante esse tempo, que termina com a morte do touro.

Criminalizar esta actividade como resulta da lei em vigor não resolve o essencial da questão em primeiro lugar, porque há aqui efectivamente uma tradição popular de incontornável natureza cultural, em segundo lugar, porque o que está errado não é a tourada de Barrancos mas, sim, toda a actividade assente no sofrimento e na morte dos touros que se pratica noutros lados; em terceiro lugar, porque esta questão se politizou excessivamente e tem vindo a ser usada contra o Governo e a sua autoridade democrática

Não deixa, aliás, de ser surpreendente que, ocorrendo estas festividades há largos anos, apenas tenham sido objecto de atenção mediática e oposição feroz na vigência de governos de maioria socialista

Votei, portanto, de forma a facilitar uma solução transitória para o problema e apenas com esse objectivo Acredito que, a prazo, as soluções globais virão de encontro aos princípios que defendo Comprometo-me a apreciá-las e dinamizá-las no Parlamento, nomeadamente apreciando uma lei de defesa e protecção dos animais, contra a violência gratuita e pública e sua a utilização comercial

No caso concreto de Barrancos, manter a criminalização seria excessivo e desequilibrado face a outros interesses que importa defender, a tranquilidade pública e a prevalência do Estado de direito democrático

Os Deputados do PS, *Manuel dos Santos — Natalina Moura — Maria Celeste Correia — Eduarda Castro — Joaquim Sarmento — João Sobral — Jamila Madeira*

Votámos contra a proposta de lei n.º 28/VIII em coerência com as nossas posições anteriores (expressas numa declaração de voto) e por termos apresentado um anteprojecto de lei sobre a protecção de animais à direcção da nossa bancada, a discutir oportunamente

Os Deputados do PS, Maria Santos - *Francisco Torres*

Sobre certas questões votadas na Assembleia da República, entendo necessário que se conheça o meu sentido de voto

Tendo havido votos diferentes na bancada do PSD e uma vez que a votação não foi nominal, declaro por este meio o meu voto contra E voto contra na convicção de que a solução política que nos é proposta mais não significa que uma grave cedência nos princípios, por não haver coragem nem engenho para resolver o problema de touros de morte em Barrancos

O Deputado do PSD, *Azevedo Soares*

Votei contra a descriminalização dos touros de morte porque entendo que a Assembleia da Republica acaba de aprovar uma lei que marca um retrocesso repugnante em relação aos padrões civilizacionais e culturais que devem reger a sociedade e o Estado Português no dealbar do novo século É certo que o nosso Código Civil e a legislação penal fundamental não dedicam ainda grande atenção à problemática da defesa da vida dos animais, a não ser como causadores de dano pelo instituto de propriedade dos respectivos donos com correspondente responsabilidade Não tenho dúvidas que o Direito Civil e o Direito Penal acabarão por acolher a defesa do animal como um ser vivo, tal como a biologia tem vindo a esbater as fronteiras entre seres humanos e outros tipos de animais com sistema nervoso, vontade, inteligência e emoções, portanto, capazes de sentir a dor, a angústia, o desgosto e principalmente as torturas e a morte infligida de forma violenta, como é especialmente visado na Declaração Universal dos Direitos do Animal, de 15 de Outubro de 1978

Não é por acaso que S Francisco de Assis, o grande símbolo ocidental da defesa dos animais, os tratava como «irmãos» A sensibilidade é um todo e, como se escreveu algures, não é pensável ser-se cruel para com os animais e ao mesmo tempo bondoso para com as pessoas Não infligir torturas nem sofrimento é um ditame de uma vida civilizada e culta Deve haver no fundo de nós próprios, cada homem e mulher, uma orientação ético-humanista para transformar o espectáculo lúdico em qualquer coisa que nos dê prazer sem termos de assistir ao barbarismo da morte violenta infligida a qualquer animal, neste caso o touro

A Assembleia da República, com a maioria dos votos que fez vencimento, não se prestigiou com esta lei, muito pelo contrário Não podia eu votar de outra maneira

O Deputado do CDS-PP, *Narana Coissoró*

As touradas com « touros de morte » que há anos se vêm realizando por ocasião das festas da freguesia de Barrancos, traduzem um exemplo de uma tradição local específica, enraizada na respectiva cultura popular, que não tem paralelo no restante território nacional

Todavia, face à proibição imposta pelo Decreto n.º 15 355, de 11 de Abril, a realização de tais touradas vinha sendo considerada crime, o que, atenta a persistência da população de Barrancos na celebração da sua tradição secular, vinha provocando, nos últimos anos, incidentes que, pelas suas importantes consequências sociais e políticos, o CDS-PP procurou resolver através do projecto de lei n.º 8/VIII

Neste projecto de lei, as touradas com touros de morte passavam a constituir contra-ordenação

Todavia, fixava-se uma excepção, admitindo-se a autorização destas touradas para casos em que fosse de atender a tradições locais relevantes, como expressão de cultura popular, ou quando se integrassem em festivais taurinos ocasionais e não ofendessem os sentimentos dominantes entre as populações dos locais onde estivesse prevista a realização de tais espectáculos

Numa palavra, se, por um lado, se continuava a exercer um juízo de censura sobre uma prática contrária à vontade e à sensibilidade da população portuguesa, por outro, estabelecia-se um regime de excepção que permitiria à população de Barrancos dar voz à sua matriz cultural de referência, em respeito pela respectiva identidade

Por isso, pelo seu rigor, mas também pela sua tolerância, o projecto de lei n.º 8/VIII, da autoria do CDS-PP, mereceu oportunamente, o voto favorável do signatário

Mas o mesmo não sucedeu com a proposta de lei n.º 28/VIII, de iniciativa governamental, que proíbe como contra-ordenação os espectáculos tauromáquicos em que seja infligida a morte às reses nele lidadas e revoga o Decreto n.º 15 355, de 11 de Abril de 1928

É que esta proposta de lei peca pela falta de rigor, mas também pela sua intolerância Não agrada aos proibicionistas, que pretendiam a manutenção da criminalização das touradas com touros de morte, nem agrada aos defensores desta prática, que continuarão a ter de viver com a ilegalidade da mesma Numa palavra, não resolve os problemas de ninguém, com excepção, porventura, dos problemas do Sr Ministro da Administração Interna

Por essa razão, a proposta de lei n.º 28/VIII mereceu o voto contra do signatário

O Deputado do CDS-PP, *Nuno Teixeira de Melo*

Declaração de voto enviada à Mesa, para publicação, relativa à votação, na generalidade, do projecto de lei n.º 34/VIII

Assumi, por disciplina de voto do Grupo Parlamentar do PSD, o voto de abstenção em relação ao projecto de lei em causa Bem compreendendo e apoiando a necessidade de regulamentação de outras práticas terapêuticas eventualmente fora do âmbito da medicina, expresso aqui a minha discordância com o alcance, o modo e os termos do referido projecto Assinale-se a duvidosa oportunidade política desta iniciativa legislativa, quando não estão ainda devidamente previstos na lei actos de saúde de maior importância, como é manifestamente o caso do acto médico A urgência, que comungo, de obstar ao vazio legal não deveria, ainda assim, subverter a lógica valorativa e de competências nos cuidados de saúde.

A propositura legal conjunta ora adoptada de especialidades ou práticas muito diversas constitui, infelizmente, caso único na União Europeia O critério científico com provas cabais, a exigência e responsabilidade próprias de cada ofício, a avaliação formativa e curricular dos profissionais, as escolas credenciadas, o código deontológico, a organização profissional, as regras de consultório, entre outros aspectos, não foram assim tidos em conta caso a caso, não destrinçando essencialmente aquelas disciplinas com autonomia e densidade científica bastantes das putativas terapias de efeito placebo (ou pior)

A designação de «medicinas alternativas» confere, desde logo, um estatuto enganoso Não há medicina alternativa assim como não há «direito alternativo», «economia alternativa» ou «história alternativa» Como já defendi «Há medicina, com as profusas limitações que conhecemos e com os indiscutíveis méritos que vivemos E há médicos bons, razoáveis e maus, mas não há médicos alternativos Estes só existirão quando os médicos não assumirem as suas competências ou quando, sem lei, os espertos andarem de bata»

É que, de facto, resta saber, desde logo, se algumas daquelas especialidades ou subespecialidades não deveriam ser regulamentarmente exercidas por médicos, à semelhança do que está preconizado em legislação de diversos países desenvolvidos, nomeadamente da União Europeia Por outro lado, a complementaridade terapêutica pode considerar-se bem mais adequada e proficua do que o carácter mutuamente exclusivo

Acresce que várias das soluções encontradas ao longo do projecto de lei, designadamente quanto à credenciação dos profissionais, me merecem fortíssimas reservas e outras frontal oposição Por fim, regista-se a chegada tardia dos proponentes à liberdade de escolha individual nos cuidados de saúde Não esqueçamos quem reprovou no Parlamento a iniciativa do PSD para a prescrição privada e comparticipada de meios auxiliares de diagnóstico. Lá se foi a alternativa!

O Deputado do PSD, *Nuno Freitas*

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Maria Amélia do Carmo Mota Santos

Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
Henrique José Monteiro Chaves
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
José Manuel de Matos Correia
José Manuel Durão Barroso

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

António Bento da Silva Galamba
João Cardona Gomes Cravinho
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
Júlio Francisco Miranda Calha
Nelson Madeira Baltazar

Partido Social Democrata (PSD)

Ana Maria Martins Narciso
José de Almeida Cesário

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas

A Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual

DIÁRIO
Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 480$00 (IVA INCLUÍDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa